

Patrícia Maccarini Moraes

**A DIFÍCIL CONCILIAÇÃO ENTRE OS TRÊS MUNDOS:
FAMÍLIA, TRABALHO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL**

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Serviço Social, Departamento de
Serviço Social, do Centro
Socioeconômico da Universidade
Federal de Santa Catarina, como
requisito para a obtenção do título
de mestre em Serviço Social.

Orientadora: Prof.^a Regina Célia
Tamaso Miotto, Dr.^a.

Florianópolis
2015

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Moraes, Patricia Maccarini

A difícil conciliação entre os três mundos: : família,
trabalho e qualificação profissional / Patricia Maccarini
Moraes ; orientadora, Regina Célia Tamaso Mioto -
Florianópolis, SC, 2015.
197 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro Sócio-Econômico. Programa de Pós-Graduação em
Serviço Social.

Inclui referências

1. Serviço Social. 2. Família. 3. Conciliação família -
trabalho . 4. Qualificação Profissional. I. Mioto, Regina
Célia Tamaso. II. Universidade Federal de Santa Catarina.
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. III. Título.

Patrícia Maccarini Moraes

A DIFÍCIL CONCILIAÇÃO ENTRE OS TRÊS MUNDOS: FAMÍLIA, TRABALHO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 09 de Outubro de 2015.

Prof.^a Vânia Maria Manfroi, Dr.^a
Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Serviço Social –
UFSC

Banca Examinadora:

Prof.^a Regina Célia Tamasso Mioto, Dr.^a
Orientadora
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.^a Andréa de Souza Gama, Dr.^a
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Prof.^a Liliane Moser, Dr.^a
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.^a Vânia Manfroi, Dr.^a
Universidade Federal de Santa Catarina

Dedico este trabalho a todas as famílias trabalhadoras no setor têxtil, em especial àquelas que dedicaram seu tempo e emprestaram suas histórias para a realização desta pesquisa.

AGRADECIMENTOS

O mestrado do qual esta dissertação é resultado foi realizado entre três cidades: Florianópolis, Jaraguá do Sul e Canoinhas. Entre tantas idas e vindas, recebi o apoio de muitos aos quais devo agradecer:

Ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFSC, aos docentes, pelo grande aprendizado, aos servidores técnico-administrativos, por sempre estarem dispostos a nos ajudar.

Ao Núcleo de Pesquisa Interdisciplinar Sociedade, Família e Política Social da UFSC- NISFAPS. Tive grandes oportunidades para aprender e crescer ao conviver com professoras e colegas tão especiais.

Às professoras Liliane Moser, Carmen Gelinski e Andrea Gama pelas relevantes contribuições para qualificar esta pesquisa.

À Professora Regina Célia Tamasso Mioto, minha orientadora, agradeço pela confiança, pela compreensão e por ter iluminado o meu caminho no mestrado e na pesquisa. Obrigada por entender as minhas necessidades de conciliação entre a família, o trabalho e os estudos. As nossas conversas proporcionaram momentos de crescimento profissional e pessoal.

Ao seu Zezinho e à dona Maria por terem me recebido em sua casa durante os pernoites em Florianópolis. O carinho e a alegria de vocês tornaram mais leve essa jornada. Não posso esquecer das caronas do Carlinhos, e da Vivi, por ter me emprestado a sua família.

Às minhas tias Sirlete e Sabrina. Vocês me acolhem desde a graduação e sempre fizeram parte das minhas conquistas. Obrigada!

Aos meus pais, a quem agradeço infinitamente por terem me colocado no caminho dos estudos. Em especial, à minha mãe, por ser esse exemplo de mulher forte e batalhadora. Mãe, devo muito do que sou a você. Ao meu irmão, obrigada por sempre estar presente, alegrando meus dias. Agradeço também a toda a minha família, por compreender as ausências em momentos importantes e por sempre torcer por mim.

Ao Adilson, meu companheiro. Obrigada por ser meu maior incentivador e meu maior apoio. Obrigada pela compreensão e por vibrar comigo a cada pequena conquista.

Às minhas amigas Viviane, Bruna e Simone. Valeu pela torcida, pelas palavras de incentivo e por sempre estarem presentes, ainda que distantes fisicamente.

Aos colegas e amigos que fiz durante esse tempo no mestrado, em especial à Luciana, Cristiane e Nelize, com quem dividi muitas angústias e, claro, alegrias.

Ao IFSC Câmpus Canoinhas, pelo apoio concedido para a conclusão do mestrado. Aos colegas da Coordenadoria Pedagógica, agradeço por terem assumido parte do meu trabalho para que eu pudesse me ausentar para cumprir os compromissos do mestrado.

Ao IFSC Câmpus Jaraguá do Sul, pelo apoio no acesso aos dados dos alunos do curso técnico. Em especial, agradeço à Virgínea pela acolhida e pelas informações prestadas.

Por fim, agradeço aos alunos do curso Técnico em Vestuário PROEJA-CERTIFIC e às suas famílias pela recepção, pela atenção e por me emprestarem as suas histórias para compor esta pesquisa.

RESUMO

Esta dissertação propõe-se a analisar as condições de vida e trabalho das famílias trabalhadoras no setor têxtil da cidade de Jaraguá do Sul –SC. Esta pesquisa parte do pressuposto de que produção e reprodução são esferas inseparáveis para a compreensão da vida social. Baseando-se nos efeitos da crise capitalista e da reestruturação produtiva, analisa no setor têxtil as pressões sobre os trabalhadores e suas famílias para conciliar as demandas da produção, da reprodução e também da qualificação profissional como estratégia de aumentar ou manter a empregabilidade. Para desvendar os meandros da articulação entre família, trabalho e qualificação profissional em famílias trabalhadoras do setor têxtil, foram entrevistadas dez famílias que têm entre seus membros trabalhadores matriculados no curso Técnico em Vestuário (PROEJA/CERTIFIC) do Instituto Federal de Santa Catarina, Câmpus Jaraguá do Sul. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevista semiestruturada com os estudantes trabalhadores e, quando possível, entrevistaram-se também os cônjuges. Foram entrevistados trabalhadores inseridos em indústria têxteis, em facções de costura e em domicílio. Esses três espaços de inserção profissional foram escolhidos para que se pudesse apreender as diferenças ou semelhanças nas condições de trabalho e nas estratégias de conciliação que são desenvolvidas pelas famílias. Os dados obtidos indicam que as famílias trabalhadoras do setor têxtil em Jaraguá do Sul estão submetidas à constante exploração e praticamente inexistem políticas ou medidas que favoreçam a conciliação com o trabalho, desenvolvidas pelo Estado ou pelas empresas. As famílias enfrentam dificuldades de diversas ordens, por exemplo, não conseguem acesso aos serviços públicos. Assim, as estratégias adotadas para equilibrar as tensões entre as demandas da família, do trabalho e da qualificação profissional são sempre de natureza privada. As famílias se organizam em termos de horários e fazem ajustes na rotina, dividem de maneira bastante equilibrada o trabalho entre os cônjuges e fazem uso da solidariedade familiar como alternativas. O trabalho informal, seja em facções ou em domicílio, revelou-se uma perversa estratégia adotada pelas famílias, principalmente para aquelas com filhos pequenos. Já o curso, por apresentar metodologia e organização curricular diferenciada, mostrou-se favorável à conciliação.

Palavras-chave: Família. Trabalho. Qualificação Profissional. Conciliação.

ABSTRACT

This study aims to analyze the living and working conditions of working families of textile industry in town of Jaraguá do Sul – SC. This work assumes that production and reproduction are inseparable spheres for understanding of social life. Basing in effects of the capitalist crisis and productive restructuring, the study analyzes in the textile industry the pressures on workers and their families to conciliate the demands of production, reproduction and also the professional qualification as a strategy to increase or to maintain employability. Aiming to understand the complexity of the relationship between family, work and professional qualification in working families in the textile industry ten families were interviewed. These ten families have among their members workers enrolled in the Technical Course in Clothing (PROEJA / CERTIFIC) of Instituto Federal de Santa Catarina, Campus Jaraguá do Sul. Data collection was conducted through a semi-structured interview with students and workers and, when possible, the spouses were interviewed too. Workers of textile industry, sewing factions and service at home were interviewed. These places were chosen to understand the differences or similarities in working conditions and in the conciliation strategies that are developed by the families. The obtained data in this research indicate that the working families of textile industry in Jaraguá do Sul are subdued to constantly exploration, without policies or measures that favor the conciliation with the work, developed by state or companies. The families are facing difficulties of various aspects, like the lack of access to the public services. Therefore, the adopted strategies by these families to equilibrate the tensions between demands of families, working and professional qualification are always of a private nature. The families are organized with schedules and adjust the routine; they divide the domestic working among the spouses and make use of family solidarity as an alternative. The informal working, in sewing factions or in domicile, is a perverse strategy adopted by families, especially those that have young children. While the course, for presenting a differential methodology and curricular organization, is favor to conciliation.

Keywords: Family. Work. Professional qualification. Conciliation.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Distribuição dos alunos por sexo.....	90
Gráfico 2: Frequência no curso	91
Gráfico 3: Área de trabalho	92

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Características gerais das famílias	95
Tabela 2: Nível de rendimento e escolaridade dos entrevistados e cônjuges/ companheiros.....	99

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABIT – Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção.

Art. – Artigo.

BF – Bolsa Família.

CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica.

CERTIFIC – Certificação de Saberes Profissionais.

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho.

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social.

CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social.

EAA – Escola de Aprendizizes e Artífices.

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente.

EMJA – Ensino Médio para Jovens e Adultos.

FIES – Fundo de Financiamento Estudantil.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IF – Instituto Federal.

IFSC – Instituto Federal de Santa Catarina.

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social.

MEC – Ministério da Educação.

MEI – Microempreendedor Individual.

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego.

OIT – Organização Internacional do Trabalho.

PAEVS – Programa de Atendimento aos Estudantes em Situação de Vulnerabilidade Social.

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio.

PIB – Produto Interno Bruto.

PROEJA – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego.

SUAS – Sistema Único de Assistência Social.

SUS – Sistema Único de Saúde.

STIV – Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Vestuário.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	21
1 - APORTES TEÓRICO-METODOLÓGICOS.....	35
1.1- APONTAMENTOS INICIAIS SOBRE TRABALHO E RELAÇÕES SOCIAIS.....	35
1.1.1 - As transformações no mundo do trabalho e as suas expressões no setor têxtil em Jaraguá do Sul.....	45
1.1.2 - Da indústria às facções	48
1.1.3- O trabalho em domicílio: face perversa da informalidade....	52
1.2 - A família e as tensões entre trabalho e responsabilidades familiares.....	55
1.3 - As exigências pela qualificação profissional e as pressões que recaem sobre a classe trabalhadora.....	66
2 – O CONTEXTO DA PESQUISA: A CIDADE, O DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA TÊXTIL E O IFSC DE JARAGUÁ DO SUL.....	77
2.1 - JARAGUÁ DO SUL: O DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA TÊXTIL E ALGUMAS PECULIARIDADES	77
2.2 – O INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA E SUA ATUAÇÃO EM JARAGUÁ DO SUL	82
2.3 – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E A ELEIÇÃO DOS SUJEITOS DA PESQUISA	88
2.4 - PERFIL DAS FAMÍLIAS	94
3 - O PANORAMA DO TRABALHO DAS FAMÍLIAS NO SETOR TÊXTIL DE JARAGUÁ DO SUL	101
3.1 – AS CONDIÇÕES DO TRABALHO NA INDÚSTRIA TÊXTIL	101
3.2 - AS CONDIÇÕES DO TRABALHO INFORMAL NO SETOR TÊXTIL.....	108
4 – AS ESTRATÉGIAS PARA A CONCILIAÇÃO ENTRE FAMÍLIA, TRABALHO REMUNERADO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL.....	117
4.1 – A ROTINA DAS FAMÍLIAS	117
4.2 – O ACESSO AOS SERVIÇOS PÚBLICOS	124

4.3 – AS JUSTIFICATIVAS PARA A INSERÇÃO NO TRABALHO INFORMAL.....	132
4.4 – O TRABALHO FAMILIAR E A PRESENÇA DE SOLIDARIEDADES	136
5 - A REALIDADE DO TRABALHADOR-ESTUDANTE: DESEJOS, MOTIVAÇÕES, DIFICULDADES.....	147
5.1 - MOTIVAÇÕES E EXPECTATIVAS REFERENTES AOS INVESTIMENTOS NA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL: A BUSCA POR UM FUTURO PROMISSOR.....	147
5.2 - O APOIO DA FAMÍLIA PARA A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL.....	156
5.3 – A ADEQUAÇÃO DA PROPOSTA DO PROEJA ÀS NECESSIDADES DOS TRABALHADORES-ESTUDANTES	161
6 – A ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS PARA CONCILIAÇÃO DA TRÍPLICE JORNADA.....	167
6.1 – OS MODOS DE VIDA E A PERSISTENTE EXPLORAÇÃO	167
6.2 – A INFORMALIDADE COMO ESTRATÉGIA DE CONCILIAÇÃO ENTRE TRABALHO E FAMÍLIA.....	172
6.3 – A DIFÍCIL CONCILIAÇÃO ENTRE OS TRÊS MUNDOS: FAMÍLIA, TRABALHO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL.....	174
CONSIDERAÇÕES FINAIS	179
REFERÊNCIAS.....	183
APÊNDICES	189
APÊNDICE A - QUESTÕES NORTEADORAS PARA A ENTREVISTA.....	193
APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	195

INTRODUÇÃO

Com o advento do capitalismo, a industrialização produziu uma divisão entre trabalho na fábrica e trabalho na casa. Nesse contexto, família e trabalho passaram a ser tratados em separado: a família vinculada à ordem da reprodução, e o trabalho à ordem da produção. Com tal separação, assistiu-se também à divisão sexual do trabalho, ou seja, a mulher foi associada ao trabalho de reprodução e de cuidadora do lar, e o homem ao trabalho na empresa e de provedor da família. Assim foi se construindo o ideal de família nuclear ao longo do processo de desenvolvimento do capitalismo.

Para Gama (2012) o capitalismo subverte as condições de produção, assim como as condições de reprodução de seres humanos. A relação de assalariamento estabelecida com os avanços do capitalismo alterou as relações entre produção e reprodução social: “[...] o contrato sexual (PATEMAN, 1993), a invisibilidade do trabalho reprodutivo, o status inferiorizado das mulheres e o teor e a natureza das relações familiares” (GAMA, 2012, p. 151). A autora destaca que as famílias se estabelecem como unidades de consumo, em que a produção torna-se mais importante que a reprodução social.

De acordo com Saraceno (1995) e Iasi (2007), a reprodução da força de trabalho no modo de produção capitalista é sustentada pelo trabalho realizado pela família e na família. Assim, a família atua como mecanismo de produção de mais-valia por meio do trabalho doméstico não remunerado das mulheres, que participa da produção do valor pelo seu papel na reprodução da força de trabalho e pelo seu papel socializador no capitalismo (GAMA, 2012); ou seja, “não há como existir um processo social de produção apartado da reprodução da vida social – ambos são momentos diferenciados, mas não autônomos, de uma mesma forma social” (GAMA, 2012, p. 152).

No contexto da produção capitalista, o trabalho privado de reprodução - trabalho doméstico, de cuidados e administração da casa, realizado na família especialmente pelas mulheres - faz-se imprescindível, tanto para a manutenção da força de trabalho como para a própria vida. Porém, apesar da importância da esfera familiar na sustentação do desenvolvimento capitalista e do fato de essa esfera arcar com os custos da reprodução, insiste-se na naturalização do trabalho não pago desenvolvido no âmbito da família e, conseqüentemente, na sua “invisibilidade”. A família coloca-se então como âmbito primário da reprodução social e também como reprodutora das desigualdades

(SARACENO, 1995). A autora destaca que o homem (trabalhador/provedor) também depende da assistência prestada no âmbito da família, essencialmente pelas mulheres, mas essa dependência não é problematizada. A família constitui-se então como um “‘corpo intermediário’ entre indivíduo e sociedade, na espessa rede de interdependências que o constitui” (SARACENO, 1995, p. 207).

No Brasil, a partir dos anos 1970, com a saída das mulheres para o mercado de trabalho e com o movimento feminista de base marxista, o trabalho de reprodução, particularmente o trabalho não pago realizado na família, passou a ser questionado. Esse questionamento, somado ao movimento societal mais amplo pela defesa dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, influenciou novas possibilidades para as relações familiares e novas exigências em relação ao Estado na esfera da reprodução, por meio do incremento de serviços públicos voltados ao cuidado a dependentes. É fundamental assinalar que, nas últimas décadas, ocorreu um intenso processo de mudanças na estrutura e na organização das famílias. Além do crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho, percebe-se: o aumento do número de divórcios e filhos extraconjugais; a separação entre sexualidade e procriação a partir da difusão dos anticoncepcionais; a redução do tamanho das famílias; os casamentos tardios; a elevação da expectativa de vida, o que faz muitos idosos viverem sozinhos; uniões homoafetivas; famílias chefiadas por homens e mulheres isoladamente, entre outras mudanças.

Para Goldani (2005) as famílias no Brasil passaram por um processo de reorganização e diversificação, com novas formas, tamanhos e novos significados, tanto para seus membros como para a sociedade; por isso, é possível falar de famílias reinventadas. Apesar disso, reafirma-se o que aponta Iasi (2007, p. 126): “Acredito que o trabalho doméstico, numa sociedade capitalista e em se tratando de famílias proletárias, é um serviço que gera parte do valor que comporá a força de trabalho [...]”. O trabalho doméstico contribui assim para manutenção e reposição diária do trabalhador.

À centralidade da família para manutenção e reposição da força do trabalhador, acrescenta-se a discussão de que o trabalho por ela realizado extrapola aquilo que é definido como trabalho doméstico. Saraceno e Naldini (2003) apontam que existe uma gama de atividades necessárias para a manutenção da família que vão além do preparo de alimentos, higiene de roupas e da casa e mesmo do cuidado dos dependentes. São as interlocuções e relações estabelecidas entre a família e outras instituições para a provisão de bem-estar de seus membros que precisam ser consideradas. Nessa perspectiva é definido o trabalho familiar que

engloba: o trabalho doméstico, o trabalho de cuidados para com familiares, o trabalho de consumo – compra e preparação de alimentos –, o trabalho para acesso aos serviços públicos e privados e o trabalho de relação. O trabalho familiar incorpora ainda o gerenciamento da interface entre indivíduos, família e sociedade, passando pela rede de amigos e parentes, os serviços e o mercado de trabalho (SARACENO; NALDINI, 2003).

Ainda na década de 1970, a crise do sistema capitalista¹ implicou alterações nas relações de produção que conduziram ao declínio o modo de produção fordista e os modelos *welfare state*. Com isso, as estratégias de produção e as tecnologias adotadas para manter o ritmo de produtividade e de acumulação capitalista transformaram as forças produtivas. A expansão do modo de produção toyotista combinado com o modelo de acumulação flexível acarretou a flexibilização das relações de trabalho e alterou significativamente a forma de produzir e as relações de produção. A terceirização, o desemprego, a desregulamentação dos contratos, a degradação das condições de trabalho e o desmonte dos direitos trabalhistas passaram a fazer parte da vida dos trabalhadores. Diversos setores foram amplamente afetados pela reestruturação produtiva, entre eles o setor têxtil, que é objeto desta pesquisa.

No setor têxtil, a reestruturação produtiva articulou novas e velhas formas de exploração do trabalho vivo, combinou processos produtivos flexíveis, artesanais e tradicionais e possibilitou o trânsito de parte da produção para fora do espaço fabril. Para a realização desse trânsito foi necessário (re)utilizar espaços que na fase de industrialização foram relegados ao âmbito privado; transferiu-se, então, parte da produção para outros espaços, incluindo a casa do trabalhador. Entre estes outros espaços produtivos surgem as facções e o trabalho em domicílio², que

¹ Para Netto (2012), o capitalismo não existe sem crises, estas são cíclicas e não conduzem o capitalismo ao seu fim; por isso são constantes.

² RUAS (1993, p. 27) define este tipo de trabalho com o termo “trabalho a domicílio” para caracterizar “toda atividade realizada de forma remunerada no ambiente domiciliar” (RUAS, 1993, p. 27). Faz-se necessário esclarecer que nesta pesquisa, para obedecer à norma culta da língua portuguesa, será adotado o termo “trabalho em domicílio”. Este esclarecimento é necessário para evitar que o leitor confunda trabalho em domicílio com trabalho doméstico. As atividades de caráter doméstico (cuidar da casa, dos filhos, preparar alimentos para o consumo, etc.) serão identificadas pelo conceito de trabalho familiar, que será apresentado no decorrer do texto. Apesar disso, para respeitar a terminologia adotada pelos autores que embasam esta pesquisa, serão mantidos os termos por eles adotados.

retratam o retorno de formas de pré-capitalistas de trabalho (ANTUNES, 1997; HARVEY, 2011).

Constata-se que, apesar das históricas e constantes transformações nas forças produtivas, a apropriação do excedente produzido pelos trabalhadores mantém-se privada e a exploração da força de trabalho permanece na essência do sistema produtivo. O trabalho permanece como atividade alienada, estranha e alheia ao sujeito que o produz. As formas contemporâneas de produção permitem a ampliação das taxas de produção e, conseqüentemente, da acumulação/ lucro.

A reestruturação produtiva, além da incorporação de formas pré-capitalistas, propiciou também um incremento de tecnologia nos processos produtivos por meio da microeletrônica, da robótica e da automação (entre outros), permitindo, em parte, a substituição do trabalhador pela máquina. Fica instituída a figura do trabalhador polivalente, capaz de realizar várias tarefas ou operacionalizar várias máquinas ao mesmo tempo. Busca-se assim a construção de um "novo" perfil de trabalhador. Nesse contexto, crescem as demandas para a qualificação do trabalhador em níveis mais altos de escolarização e assim se exige um incremento nos anos de estudos para a maioria da população.

O desemprego, que também decorre da crise capitalista e está associado ao movimento de reestruturação produtiva pelo enxugamento provocado nos postos de trabalho, teve um crescimento expressivo no Brasil a partir da década de 1990 (SANTOS, 2013). O Estado passa a implementar diversas medidas direcionadas aos trabalhadores para enfrentar o problema do desemprego. Entre essas medidas, estão as políticas e ações que visam qualificar os trabalhadores. Com isso, os trabalhadores buscam na qualificação profissional uma alternativa para a inserção no mercado de trabalho (SOUZA; LUCENA, 2008).

No entanto, essa busca pela qualificação profissional é fortemente marcada por um caráter individualista, em que o problema do desemprego é encarado de forma desconexa do contexto econômico e político. Busca-se a inclusão social e no mercado por meio de ações pontuais e individualizadas. O problema do desemprego é tratado como possível de ser superado por meio de aquisições de habilidades e competências individuais por parte dos trabalhadores, pela manutenção e aumento da sua empregabilidade (AMARAL, 2012). Trata-se a "empregabilidade" como resultante do conjunto de conhecimentos, habilidades e empenho individual de adequação dos trabalhadores (PAIVA, 2001). Então, a

Desta forma, também aparecerão os termos trabalho domiciliar e trabalho a domicílio.

qualificação fica a cargo exclusivamente do trabalhador, que precisa se aperfeiçoar para estar apto a vender sua força num mercado cada vez mais competitivo e excludente. É constante, por isso, a pressão sobre o trabalhador para que se qualifique e garanta a sua empregabilidade para que consiga competir como mão de obra no mercado.

Acirrou-se a competitividade entre as empresas e internamente entre os trabalhadores, à medida que aumentou a procura por aperfeiçoamento e qualificação profissional, que coloca no horizonte a perspectiva de melhoria dos padrões de salário e das condições de vida. A crescente procura por mão de obra qualificada incrementou a oferta de cursos voltados à profissionalização, tanto privados quanto públicos. Destacam-se os Institutos Federais – IFs, entre eles o Instituto Federal de Santa Catarina – IFSC, que registrou uma expansão, principalmente após os anos 2000.

Concomitantemente ao trabalho remunerado e às exigências do mercado por qualificação profissional, o trabalhador não pode abandonar o trabalho de reprodução que se processa na família, já que esta sustenta/mantém a força de trabalho. Compõe-se assim um contexto recheado de fatores interdependentes e articulados que aumentam as pressões sobre as famílias para garantia da sobrevivência. A essas pressões associa-se também a precarização das relações de trabalho, que impõe condições de vida difíceis àqueles que sobrevivem da venda da sua força num momento em que as dimensões da sociabilidade são afetadas pela organização do Estado sob o capital monopolista. Este recoloca em patamar mais elevado o grau de exploração e de concentração da riqueza socialmente produzida, aumentando o quadro de desigualdade e exclusão social. Parafraseando Braverman (1976), esses tempos de monopólio permitem que o capitalismo receba a totalidade dos indivíduos, subordine-os ao mercado e os remodele de acordo com as necessidades do capital. No capitalismo monopolista, trata-se de garantir a “*preservação e controle contínuos da força de trabalho*, ocupada e excedente” (NETTO, 2011, p. 26, grifo do autor).

Sobre as condições de vida e de produção nesse sistema, Mészáros (2008, p. 73, grifo do autor) informa que:

Vivemos numa ordem social na qual mesmo os requisitos mínimos para a satisfação humana são insensivelmente negados à esmagadora maioria da humanidade, enquanto os índices do desperdício assumiram proporções escandalosas, em conformidade com a mudança da reivindicada *destruição produtiva*, do capitalismo no passado

para a realidade, hoje predominante, da *produção destrutiva*.

No Brasil, a influência da economia internacional e do capital financeiro intensificou-se durante a década de 1990 sob a lógica dos ajustes ao modelo neoliberal. A reestruturação produtiva ativou-se para manter a competitividade e a concorrência com o mercado internacional e impôs a desregulamentação dos direitos trabalhistas por meio da flexibilização dos contratos, da terceirização, da subcontratação, entre outros³. Além disso, nesse período assistiu-se à retração do Estado que ficou conhecida como contrarreforma, acompanhando a tendência de ajustes neoliberais que preconiza a contenção dos gastos sociais e a consequente redefinição do papel do Estado no âmbito da prestação dos serviços nessa esfera (SCHÜTZ, 2013). Com isso, os serviços de apoio às famílias ofertados pelo Estado implicaram maior responsabilização delas na provisão, a fim de compensar lacunas e insuficiências. Estes serviços passaram a ser cada vez mais mercantilizados e, portanto, tendem a ser acessados apenas pelas famílias que possuem condições financeiras para adquiri-los. Para as famílias pobres, diante da insuficiência de serviços de assistência pública, as opções situam-se nas redes de interajuda e solidariedade familiar. Nisso, as políticas setoriais sob responsabilidade do Estado tendem a focalizar o campo da pobreza e a formalizar exigências e contrapartidas para as famílias usufruírem de bens e serviços.

A crescente participação da mulher no mercado de trabalho, cuja renda tornou-se fundamental para o sustento das famílias, não foi acompanhada de equalização nas assimetrias de gênero nem da ampliação de políticas de apoio, sejam públicas ou privadas. Estas questões colocam, para as famílias trabalhadoras, um desequilíbrio entre trabalho e responsabilidade/demandas familiares. Esta tensão foi tradicionalmente resolvida no âmbito privado, principalmente pela sobrecarga de trabalho feminino, à medida que a mulher assume a dupla jornada de trabalho, conforme demonstrado nos estudos de Torres et al. (2004) e Gama (2014).

Nesse contexto, a pesquisa realizada propõe-se a analisar os meandros da relação entre família, trabalho e qualificação profissional, considerando as demandas colocadas aos trabalhadores na atualidade.

³ Acrescenta-se a isso a abertura econômica para o capital internacional na maioria dos países. Sabe-se que os fatores macroeconômicos são mais amplos do que os apontados, mas entendemos que já são conhecidos e por isso não serão detalhados.

Parte-se do pressuposto de que família e trabalho são fundamentais para a organização da vida social e se implicam mutuamente. Pressupõe-se também que as crescentes exigências do mercado por qualificação profissional não consideram as demais dimensões da vida do trabalhador e lhe impõem uma situação de sobrecarga. Assim, esta pesquisa articula três importantes dimensões da sociabilidade: família, trabalho e educação - via programas de qualificação profissional. Tratar trabalho e família como articulados e interdependentes obriga a reconhecer a existência das tensões entre trabalho e responsabilidades familiares e que as pressões sobre a família aumentam à medida que as pessoas precisam incorporar outros elementos, como nas situações em que se conjugam trabalho, família e estudos.

Esta pesquisa busca conhecer e analisar as condições de vida e trabalho das famílias que trabalham no setor têxtil e, mais especificamente, como se dá conciliação entre família, trabalho e qualificação profissional. Essa busca implica discutir a forma como as famílias vivem. Bermúdez (2003) utiliza o conceito modos de vida, ao estudar as condições das trabalhadoras da indústria do vestuário no Uruguai. Ela aponta que existem diversas teorias em torno do conceito e todas têm como objetivo superar as dicotomias entre condições objetivas e subjetivas, esferas pública e privada, produção e reprodução. Com isso, modo de vida se transforma em um conceito que permite articular, “[...] por un lado: a) objetividad e subjetividad; b) condiciones y representaciones; c) estructuras y procesos; y, por otro, d) mapear los espacios donde los sujetos se insertan em la historia” (BERMÚDEZ, 2003, p. 118)⁴.

Nesse sentido, a categoria modos de vida problematiza a relação que os indivíduos estabelecem com as estruturas econômicas e políticas, conjugando condições materiais e subjetivas de vida. A categoria é integradora com relação a conceitos que analisam processos socioeconômicos, tais como gênero de vida – referente a aspectos classistas e estruturais da atividade social, as características das relações de propriedades e distribuição; nível de vida – composto pelas características quantitativas de consumo dos grupos e indivíduos; qualidade de vida – descreve as características de vida ecológicas e socioculturais; estilo de vida – reflete as particularidades individuais dos sujeitos e é empregado para a análise das qualidades criadoras,

⁴ Por um lado: a) objetividade e subjetividade; b) condições e representações; c) estruturas e processos; e, por outro, d) mapear os espaços onde os sujeitos se inserem na história (Tradução nossa).

sociopsicológicas e psicológicas da vida em sua dinâmica histórica. “Modos de vida, pues, resulta ser una categoría que dota de integralidad y continuidad a una serie de conceptos habituales en la bibliografía sociológica que aborda la forma como, en definitiva, las personas viven” (BERMÚDEZ, 2003, p. 134)⁵.

A autora analisa as situações de crise econômica, especialmente o surgimento de instabilidade ou precariedade, que refletem sobre as desigualdades sociais e as formas de aplicação da proteção social e ao mesmo tempo provocam transformações nos modos de vida. A precariedade e a perda de controle da organização material da vida resulta de uma complexa trama de fatores econômicos, culturais, sociais e psicológicos que são originados por mecanismos mais gerais que se articulam com os mecanismos familiares e individuais (BERMÚDEZ, 2003). Modos de vida compõem uma tipologia com características que ultrapassam os traços pessoais, pois se situam no plano das conexões entre processos individuais e contexto societal.

A autora estabelece duas tipologias pelas quais classifica as trabalhadoras que entrevistou: modos de vida com dimensões “ontológicas e sociorreferenciadas” e modos de vida com dimensões “ônticas e, por isso, autorreferenciados”. Os modos de vida com dimensões ontológicas e sociorreferenciadas são aqueles em que estão presentes o tempo familiar – implícito nas tarefas reprodutivas materiais e simbólicas - e o tempo industrial – regido pela lógica de acumulação capitalista. Registra-se a presença de uma articulação temporal e espacial complexa ou ampliada que implica a presença de três registros: os tempos de ciclos de vida; o tempo linear das tradições e da vida cotidiana e o tempo histórico-social. Sobre o espaço, a autora indica três dimensões a partir das quais se articulam os modos e trajetórias de vida: o espaço doméstico e cotidiano, o local ou cidadão e o nacional. Este modo de vida associa-se a uma noção de trabalho honesto, regido por uma lógica do provedor, que confere um valor moral à persistência de uma vida ancorada no trabalho regular e na família organizada. Modo que se define pelo valor dado a enfrentar os desafios da vida através da razão, da vontade e da autodeterminação. Caracteriza-se também pela luta na defesa dos direitos civis, sociais e políticos (BERMÚDEZ, 2003).

⁵ Modos de vida, pois, resulta ser uma categoria que dota de integralidade e continuidade a uma série de conceitos habituais na bibliografia sociológica que aborda a forma como, em definitivo, as pessoas vivem (Tradução nossa).

Já os modos de vidas com dimensões “ônticas e, por isso, autorreferenciados” são aqueles em que, para a mulher, o ciclo de vida doméstico e familiar é o pano de fundo em que acontecem e se organizam as mudanças nas atitudes e valores. O ciclo doméstico aparece como mais determinante e as transformações em suas vidas associam-se às mudanças na vida familiar. O espaço geralmente se reduz ao doméstico e a um âmbito local restrito. O tempo e o espaço possuem dois marcos de referência básicos: trabalho e família, que coincidem com a ausência de um reconhecimento ontológico. A família organiza-se em torno do chefe provedor e da oposição homem/mulher. Assim, dimensões significativas da vida social apresentam-se despolitizadas e fortemente privatizadas. A autora resume esse modo de vida como aquele que privatiza os significados concedidos às condições materiais de vida e os lugares sociais ocupados, e as subjetividades são construídas em torno de dois polos quase dicotômicos: trabalho e família. “Por lo expuesto sostenemos que los modos de vida elaborados [...] sino que son fruto y simiente de las actuales condiciones del desarrollo del capital y sus implicancias en las nuevas formas de gestión de la fuerza de trabajo” (BERMÚDEZ, 2003, p. 213)⁶.

Tendo como pano de fundo os referenciais informados, parte-se para a realização da pesquisa, cujo *locus* é a cidade de Jaraguá do Sul (SC). Esta cidade tem grande parcela de sua economia pautada no setor têxtil e vem expressando os processos de transformação das relações de produção ao longo do tempo. Desde a instalação da primeira malharia na cidade, no ano de 1936, até hoje, o parque industrial se expandiu e se consolidou. Acompanhando o movimento de reestruturação produtiva, para manter a competitividade com os mercados nacional e internacional, as empresas têxteis da cidade iniciaram a descentralização de algumas etapas do processo produtivo, como a costura e a revisão, para esferas diferenciadas: os domicílios dos trabalhadores e as facções. Para diminuir os custos, as empresas demitiram as costureiras mais antigas e depois as recontrataram com salários menores ou então as incentivaram a abrir o próprio negócio. Em alguns casos, a própria empresa financiava as máquinas de costura e entregava as peças a serem costuradas.

Assim, a produção para o setor têxtil espalhou-se pela cidade, possibilitada pela terceirização da produção, que sai da fábrica para a

⁶ Pelo exposto, sustentamos que os modos de vida elaborados [...] são fruto e semente das atuais condições de desenvolvimento do capital e suas implicações nas novas formas de gerenciamento da força de trabalho (Tradução nossa).

facção e desta para a casa do trabalhador⁷. A força de trabalho é predominantemente feminina, dadas as características das atividades que as colocam como pertencentes ao universo feminino na tradicional divisão sexual do trabalho. Reconhece-se a centralidade da mulher na temática em discussão, por isso, subsidiariamente, as assimetrias de gênero perpassam esta pesquisa. Historicamente, o trabalho feminino é imprescindível para a manutenção da família por meio do trabalho doméstico. Sabe-se também que as mulheres são majoritárias no setor têxtil. Isso faz com que as questões de gênero não possam ser ignoradas. No entanto, a pesquisa centra-se nas situações vivenciadas pelas famílias como um todo, considerando que é a família, enquanto instituição, que deve responder pela provisão de bem-estar. Independentemente de sua composição e dos seus arranjos internos ela deve atender as expectativas sociais no campo da proteção social. Além disso, a observação da realidade da pesquisa, nos autoriza também a dizer que homens e mulheres possuem responsabilidades familiares e contribuem de alguma forma com o trabalho familiar, ao mesmo tempo em que precisam se inserir no mercado de trabalho e responder às exigências de qualificação profissional.

As alterações nas formas de produção, no mercado de trabalho, na estrutura das famílias e a retração do Estado na oferta dos serviços, que cada vez individualiza as necessidades sociais e privatiza (delega ao âmbito do privado, da família) as respostas à reprodução social, marcam o cenário em que se coloca o problema de pesquisa: como as famílias que se dedicam ao trabalho remunerado no setor têxtil, à qualificação profissional e ao trabalho familiar se organizam para responder à provisão de bem-estar, tarefa socialmente prescrita às famílias? E, ainda, propõe-se identificar quais as condições e os mecanismos de conciliação desenvolvidos pelas famílias para responder às demandas do trabalho familiar, do trabalho remunerado e da qualificação profissional.

A escolha do objeto foi condicionada à experiência profissional da pesquisadora como assistente social em municípios contíguos à Jaraguá do Sul. A inserção profissional, tanto no campo da política de assistência social como na política de educação, possibilitada pelo IFSC (Instituto Federal de Santa Catarina), despertou reflexões sobre a realidade das famílias, bem como sobre a crescente procura dos trabalhadores por cursos de qualificação profissional. Considerando que o IFSC, onde a pesquisadora está inserida atualmente, oferta vários cursos voltados para

⁷ Esse fluxo serve como modelo explicativo ao leitor, mas não é único, já que a fragmentação e a terceirização da produção percorrem vários caminhos.

a produção têxtil, optou-se por pesquisar famílias envolvidas nas diversas etapas da produção nesse setor no município de Jaraguá do Sul. Foram estudadas famílias com algum integrante inserido no curso Técnico em Vestuário (PROEJA-CERTIFIC) e que, concomitantemente, estivesse empregado na indústrias têxteis, nas facções⁸ ou que realizasse trabalho em domicílio⁹. O principal fator de diferenciação foi o tipo de inserção no setor têxtil. Buscou-se estudar trabalhadores com os seguintes vínculos: a) empregados com contrato formal e acesso a direitos trabalhistas; b) trabalhadores contratados por faccionistas, que poderiam ter vínculo formal ou informal; c) trabalhadores que desenvolviam trabalho em domicílio de forma autônoma, sem qualquer tipo de contrato ou vínculo trabalhista¹⁰. A opção por analisar as três formas de inserção justifica-se pelo interesse em identificar diferenças ou semelhanças nas condições de vida das famílias. Entende-se que o setor têxtil como um todo apresenta formas precárias de inserção no mercado de trabalho. No entanto, o cenário altera-se com a presença de direitos para aqueles que trabalham na indústria e com a ausência desses direitos para os que trabalham em domicílio.

O curso Técnico em Vestuário (PROEJA – CERTIFIC) foi escolhido por atender, prioritariamente, trabalhadores do setor têxtil. O curso insere-se na modalidade de Educação de Jovens e Adultos e pretende qualificar mão de obra para atuação no setor e ofertar de, maneira integrada, a conclusão do ensino médio. A proposta pedagógica é diferenciada e direcionada a atender às reais necessidades dos trabalhadores, bem como busca aproveitar os conhecimentos adquiridos no trabalho para validar as disciplinas da formação profissional. Devido

⁸ “De acordo com Colli (2000) o feccionista se caracteriza como um proprietário de algum tear operando em casa ou em um barracão alugado e em condições inferiores a de uma empresa estabelecida. Mantém a dependência de outra empresa e não tem capital de giro. Para a autora a antiga facção contempla uma forma de prestação de serviços em que as firmas autônomas, com o aumento da demanda contratavam a facção e as empresas contratadas eram encaradas como capacidade de reserva. Porém a autora aponta que hoje em dia a facção é mais diversificada e ampla e envolve empresas de vários portes, autônomas e mistas” (CARVALHAL, 2007, p. 139).

⁹ Nesta pesquisa, o trabalho em domicílio é aquele realizado informalmente nos domicílios, geralmente com as máquinas acomodadas em um dos cômodos das casas, na maioria das vezes com a ajuda dos familiares para a realização do trabalho, sem qualquer tipo de contrato de trabalho ou vínculo empregatício.

¹⁰ No caso das facções e do trabalho a domicílio, supõe-se que a costura seja a atividade predominante.

a essas especificidades, os alunos desse curso foram escolhidos para compor o público a ser pesquisado.

Com este estudo, busca-se elaborar análises acerca de um fragmento da classe trabalhadora, por meio da aproximação de seus modos de vida. Para tanto, partiu-se de algumas indagações: Como as famílias interpretam as suas condições de vida, de trabalho e seus mecanismos de conciliação entre trabalho remunerado, trabalho familiar e qualificação profissional? O trabalho familiar fica a cargo de quem? De onde / quem provém os recursos financeiros, afetivos e emocionais que sustentam essas famílias? O que motivou as pessoas a se qualificarem profissionalmente? Quais as expectativas a partir do ingresso no ensino técnico e profissionalizante? Quais diferenças podem ser percebidas ao se analisar trabalhadores que estão inseridos em diferentes espaços? As exigências de qualificação profissional são diferentes?

Com base nesses questionamentos, construíram-se os objetivos. Essa pesquisa tem como objetivo geral: conhecer e analisar as condições de vida e trabalho das famílias inseridas no setor têxtil na cidade de Jaraguá do Sul que estão vinculadas, por meio de um de seus responsáveis, a programas de qualificação profissional. Os objetivos específicos foram assim colocados: identificar como as famílias conciliam as exigências do trabalho familiar, do trabalho remunerado no setor têxtil e da qualificação profissional; analisar como a família realiza a “gestão/provisão” de seu bem-estar e como avalia as suas condições de vida e trabalho; apreender as características do trabalho remunerado e do trabalho familiar desenvolvido pelo público pesquisado; detectar como as famílias avaliam os mecanismos de conciliação entre trabalho remunerado, trabalho familiar e qualificação profissional.

A partir das questões norteadoras e dos objetivos, elaborou-se a hipótese de que a conciliação do trabalho remunerado com o trabalho familiar e com a qualificação profissional não é fácil para essas famílias e lhes acrescenta diversas problemáticas. São os meandros dessas articulações, quase invisíveis, que se buscou estudar. Acredita-se que a relevância deste estudo está em articular duas esferas que geralmente são tratadas de forma separada: o trabalho e a família, acrescentando nessa inter-relação a inserção em cursos de qualificação profissional. Percebe-se que é primordial estudar a realidade dos trabalhadores-estudantes, já que representam um quantitativo significativo nos IFs e demais instituições de ensino superior. Os pais e mães de família que trabalham e estudam agregam atividades para além da dupla jornada de trabalho e contêm diversas nuances para serem reveladas.

A área de estudo sobre “conciliação entre trabalho e responsabilidades familiares”, apesar de consolidada em países da Europa, ainda é incipiente na América Latina e particularmente no Brasil. Além disso, é um fenômeno que requer atenção constante no campo do Serviço Social e da política social, considerando que a carga do trabalho familiar não é percebida ou é desconsiderada. Vale lembrar que as contradições entre capital e trabalho constituem a gênese da questão social e merecem atenção permanente.

Esta dissertação está estruturada em seis capítulos, além desta introdução. No segundo capítulo apresentam-se os aportes teórico-metodológicos, que se apoiam em três eixos principais: família, trabalho e qualificação profissional. Inicialmente, apresenta-se uma breve revisão bibliográfica acerca do mundo do trabalho, contemplando os seguintes aspectos: sentido ontológico do trabalho e o processo de reestruturação produtiva na transição fordismo para a acumulação flexível, que demarcam as profundas alterações e as novas exigências colocadas aos trabalhadores. Apresentam-se também os reflexos do movimento de reestruturação do capital no setor têxtil, mais especificamente na cidade de Jaraguá do Sul, em que se observa a descentralização do trabalho por meio das facções e do trabalho em domicílio, com grande ênfase na informalidade. Associam-se a essa discussão algumas considerações acerca do desmonte dos direitos do trabalho e da precarização das relações trabalhistas.

Na sequência, será apresentada uma sucinta revisão bibliográfica sobre a família, ancorada na teoria social crítica, bem como se inicia a discussão sobre as tensões entre família e trabalho. O conflito entre demandas familiares e de trabalho foi tradicionalmente resolvido no âmbito privado, mas é tornado público a partir da ampla inserção das mulheres no mercado de trabalho e das transformações sociofamiliares. Será exposto também o conceito de trabalho familiar que contempla o rol de atividades realizadas pela família para manutenção da força de trabalho. Este conceito é considerado por Saraceno e Naldini (2003) como mais amplo que o conceito de trabalho doméstico, pois incorpora os aspectos relacionais em sua definição.

Nesse segundo capítulo serão mostradas, também de forma concisa, as exigências para a qualificação profissional e as pressões que recaem sobre a classe trabalhadora. Articulam-se aí as condições atuais do trabalho e do mercado, o crescimento do desemprego, a existência do exército industrial de reserva e a necessidade permanente do trabalhador de vender sua força em troca de um salário para que assim consiga manter a si e a sua família. A busca pela empregabilidade é marcada por

iniciativas individuais dos trabalhadores, muitas vezes deslocadas dos efeitos causados pelo capital e suas crises.

Após trazer-se à luz os conceitos principais, apresentar-se-á o contexto da pesquisa. Os aspectos culturais e algumas peculiaridades de Jaraguá do Sul iniciarão o terceiro capítulo. Em seguida, discorrer-se-á sobre o IFSC, a sua atuação em Jaraguá do Sul e detalhes sobre o curso Técnico em Vestuário (PROEJA-CERTIFIC), ao qual estão vinculados as trabalhadoras e os trabalhadores entrevistados. Os procedimentos metodológicos e o perfil do público pesquisado somam-se a este capítulo.

A partir do capítulo quatro serão explicitados os resultados da pesquisa. Inicia-se com um panorama do trabalho no setor têxtil, contemplando as características do trabalho remunerado e não remunerado. Esse capítulo divide-se nos seguintes subitens: as condições do trabalho na indústria têxtil, as relações de trabalho e as demandas familiares e, por fim, as condições do trabalho informal no setor têxtil.

O capítulo quinto reúne as estratégias para a conciliação entre família, trabalho remunerado e qualificação profissional. Os aspectos gerais da rotina das famílias, o acesso a serviços públicos, a divisão do trabalho familiar e a solidariedade familiar compõem as estratégias articuladas pelas famílias.

O sexto capítulo aborda a realidade do trabalhador-estudante, seus desejos, suas motivações e suas dificuldades. Trata-se de uma análise dos motivos que levaram os trabalhadores a retomar os estudos, das articulações necessárias com a família e com o trabalho para que conseguissem permanecer na escola e de como avaliam o IFSC e o curso.

O sétimo capítulo estabelece análises a partir dos resultados da pesquisa, que foram informados em capítulos anteriores, sob um diálogo com autores de referências nessa temática. Nesse capítulo serão elencadas as principais estratégias articuladas pelas famílias para possibilitar a difícil conciliação entre os três mundos: família, trabalho e qualificação profissional. Para finalizar, serão apresentadas as considerações finais.

1 APORTES TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Considerando o objeto da pesquisa, bem como seus objetivos, torna-se necessária a explicitação de algumas categorias que dão sustentação a este estudo. Primeiramente, apresentar-se-á um debate embrionário sobre o trabalho no contexto da reestruturação produtiva enfatizando alguns aspectos do setor têxtil, como a inserção da informalidade e do trabalho em domicílio. Na sequência, apresentar-se-á uma revisão conceitual sobre família ancorada na teoria social crítica, situando a centralidade do trabalho familiar para a reprodução social e apontando as tensões e mecanismos para conciliação entre trabalho e responsabilidades familiares. Por fim, serão destacadas as exigências pela qualificação profissional presentes no mercado e as pressões que recaem sobre o trabalhador e sua família.

A sistematização destas categorias tem como objetivo principal situar o leitor de onde partimos na construção da problemática de pesquisa e, ainda, apresentar a forma de compreender os elementos em estudo.

1.1 APONTAMENTOS INICIAIS SOBRE TRABALHO E RELAÇÕES SOCIAIS

Na *Ideologia Alemã*, Marx e Engels (1999, p. 28) apontam como primeiro ato histórico dos homens a produção dos meios de vida: “O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção”. Nesse sentido, as relações sociais são formadas a partir das relações de produção. À medida que se desenvolveu a divisão do trabalho, novas relações sociais foram estabelecidas. Para os autores, a produção das ideias da consciência dos homens está diretamente relacionada com a vida material. “Os homens são produtores de suas representações, de suas ideias”, bem como “[...] as representações dos indivíduos são produzidas através de seu intercâmbio com a natureza” (MARX; ENGELS, 1999, p.36). Derivam também do processo de produção material a estrutura social e as formas de Estado. Os autores consideram que

O primeiro pressuposto de toda a existência humana, portanto, de toda a história é que os homens devem estar em condições de viver para “fazer história”. Mas para viver é preciso antes de tudo, comer, beber, ter habitação, vestir-se e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, portanto, a produção dos meios que produzem

essas necessidades, a produção da própria vida material, de fato este é um ato histórico [...] que ainda hoje [...] deve ser cumprido todos os dias e todas as horas, simplesmente para manter os homens vivos (MARX; ENGELS, 1999, p. 39).

Satisfeitas as primeiras necessidades, outras são produzidas. Uma condição que interfere no desenvolvimento histórico dos homens, por renovar a própria vida diariamente, é a procriação, da qual surgem os filhos e a família. Marx e Engels (1999) destacam que a família é inicialmente a única relação social, mas, com o desenvolvimento de novas necessidades e relações sociais, torna-se secundária.

O trabalho é central na mediação entre homem e natureza, na produção dos meios de subsistência e valores de uso e para a manutenção da força de trabalho, ou seja, para manutenção do próprio homem.

O trabalho é antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como uma potência natural. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza (MARX, 2013, p. 255).

No entanto, o trabalho apresenta-se como produtor de valores de uso e também de valores de troca, quando se expressa por meio de mercadoria. Vale atentar que “[...] para se tornar mercadoria, é preciso que o produto, por meio da troca, seja transferido a outrem, a quem vai servir como valor de uso” (MARX, 1867/ 2013, p. 119).

O desenvolvimento do modo de produção capitalista é produto da história, de um desenvolvimento anterior, da destruição de uma série de formas anteriores de produção social. Para o autor, o capital surge a partir da relação de compra e venda da força de trabalho, ou seja, a partir do momento em que o homem vende sua força para produzir mercadorias em favor de outrem.

Para Lukács (apud ANTUNES, 2009, p. 136) o trabalho apresenta-se como uma protoforma do ser social: “Assim, o trabalho constitui-se como categoria intermediária que possibilita o salto ontológico das formas pré-humanas para o ser social”. A sociabilidade é então originada a partir do ato laborativo e o trabalho coloca-se como um processo de humanização. Para esses autores, a principal diferenciação dos homens para com os animais é a capacidade de planejar previamente na sua consciência a atividade a ser realizada. O trabalho torna-se, então, categoria central para a existência do ser social, já que é por meio dele que se dá a realização das necessidades, da busca da produção e reprodução da vida em sociedade. Com isso, a consciência humana coloca-se como atividade autogovernada. O trabalho apresenta-se como mediação entre a esfera da necessidade e a sua realização.

O trabalho tem, portanto, quer em sua gênese, quer em seu desenvolvimento, em seu ir-sendo e em seu vir-a-ser, uma intenção ontologicamente voltada para o processo de humanização do homem em seu sentido mais amplo. O aparecimento de formas mais complexificadas da vida humana, as posições teleológicas secundárias, que se constituem como momento interação entre os seres sociais, de que são exemplos a práxis política, a religião, a ética, a filosofia, a arte etc., são exemplos de maior autonomia em relação às posições teleológicas primárias, encontra o seu fundamento ontológico – genético a partir da esfera do trabalho (ANTUNES, 2009, p. 142).

Com base nestes apontamentos, reafirma-se a centralidade da teoria social crítica para pensar o trabalho na sociedade atual, bem como para compreender as formas como se estabelecem as relações sociais de produção.

O processo de transformações do trabalho é histórico e constante. Por meio das novas estratégias de produção e tecnologias busca-se manter o ritmo de produção e de acumulação capitalista, num processo de transformação das forças produtivas. Uma dessas formas ficou conhecida como fordismo. Iniciou-se por volta de 1914, quando “[...] Henry Ford introduziu o dia de oito horas e cinco dólares como recompensa para os trabalhadores da linha automática de montagem de carros que ele estabelecera no ano anterior em Dearborn, Michigan” (HARVEY, 2011, p. 121). O autor destaca que o fordismo foi concomitante com o

taylorismo, fundado por F.W.Taylor, que apostava no aumento da produtividade por meio da decomposição dos processos de trabalho, organização das tarefas de forma fragmentada e com base no controle do tempo e movimentos. No entanto, a proposta de Ford ia além de Taylor.

O que havia de especial em Ford (e que, em última análise, distingue o fordismo do taylorismo) era a sua visão, seu reconhecimento explícito de que a produção de massa significava consumo de massa, um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista (HARVEY, 2011 p. 121).

As características mais gerais do fordismo eram: produção em massa, controle dos tempos e dos movimentos, existência do trabalho parcelar, fragmentação das funções, separação entre elaboração e execução do processo de trabalho e existência de unidades fabris concentradas e verticalizadas (ANTUNES, 1997). O objetivo desse modelo era criar um novo modo de viver, de relacionamento em sociedade de forma mais racionalizada, corporativa e com base no disciplinamento e controle rigoroso da classe da trabalhadora.

O fordismo enfrentou duas dificuldades principais: a dificuldade dos trabalhadores em se adaptar a um processo de trabalho rotinizado, extenso e estranho, já que não eram eles que controlavam o processo produtivo, e a forma de intervenção estatal. O modo de vida fordista transformou todas as esferas da vida social ao introduzir a padronização do consumo, a mercadorização da cultura e a consolidação do poder hegemônico dos Estados Unidos.

As desigualdades de diversas ordens produziam tensões entre aqueles excluídos do pleno emprego por diferenças de raça, gênero e origem étnica. Sem acesso ao emprego, esses grupos também não usufruíam dos benefícios do consumo de massa. Quanto às mulheres, ocupavam empregos mal remunerados. Nesse cenário, o Estado teve um papel crucial:

No mínimo, o Estado tinha de tentar garantir alguma espécie de salário social adequado para todos ou engajar-se em políticas redistributivas ou ações legais que remediasses ativamente as desigualdades, combatessem o relativo

empobrecimento e a exclusão das minorias. A legitimação do poder do Estado dependia cada vez mais da capacidade de levar os benefícios do fordismo a todos e de encontrar meios de oferecer assistência médica, habitação e serviços educacionais em larga escala, mas de modo humano e atencioso (HARVEY, 2011, p. 133).

O ciclo de expansão do fordismo foi aliado ao keynesianismo, em que o Estado assumiu novos papéis para construir novos poderes institucionais. Esse modo de intervenção, chamado Estado de bem-estar social, foi fundamental para o fordismo, pois o capitalismo era incapaz de regular as condições essenciais daquilo que produzia. Era necessário que se mantivesse o equilíbrio de poder entre o trabalho organizado, o grande capital corporativo e o Estado.

Durante o apogeu do fordismo, constatou-se a cooptação do papel dos sindicatos, o que desarticulou a luta e a organização da classe trabalhadora. A produção de massa basilar do fordismo exigia grandes investimentos em capitais fixos; por isso, no período pós-guerra, o Estado controlava os ciclos econômicos por meio das políticas fiscal e monetária (HARVEY, 2011). Após receber apoio do Estado keynesiano, o fordismo expandiu-se, principalmente até a década de 1970.

Essas políticas eram dirigidas para áreas de investimento público - em setores como o transporte, os equipamentos públicos etc.- vitais para o crescimento da produção e do consumo de massa e que também garantiam um emprego relativamente pleno. Os governos também buscavam oferecer um complemento ao salário social com gastos de seguridade social, assistência médica, educação, habitação, etc. (HARVEY, 2011, p. 129).

Para os países de Terceiro Mundo o processo prometia desenvolvimento, emancipação das necessidades e plena integração ao fordismo; porém, causava a destruição das culturas locais, opressão e formas de domínio capitalista que traziam pequenos ganhos para a maioria da população em termos de padrão de vida.

A partir de mobilizações de diversas frentes em vários países, a hegemonia americana se viu ameaçada. Por volta da década de 1960, houve uma redução no poder norte-americano de regulamentação do

sistema financeiro internacional, políticas de substituição de importação, principalmente nos países da América Latina, e intensificação da competição internacional. A Europa, o Japão e outros países desafiaram a hegemonia do fordismo estadunidense mediante processos de desvalorização do dólar (HARVEY, 2011).

O fordismo entrou em crise na década de 1970, evidenciando sua incapacidade para controlar as contradições inerentes do capitalismo. A rigidez e o controle da produção fordista foram substituídos pela acumulação flexível, uma alternativa encontrada para manter o padrão de acumulação capitalista. A partir de então, foram flexibilizados os processos de trabalho, os mercados, os produtos, os padrões de consumo e, conseqüentemente, as relações de produção. Foram criados novos setores de produção, formas alternativas de serviços financeiros e taxas intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional.

Durante as décadas de 1970 e 1980 viveu-se um conturbado período de reestruturação econômica e de reajustamento social e político. Nesse período, a rigidez característica do fordismo foi confrontada pela flexibilidade dos processos e dos mercados de trabalho, dos produtos e dos padrões de consumo. O setor de serviços se consolidou, demarcando uma das principais alterações ocorridas no mercado de trabalho do período (HARVEY, 2011). As implicações desse modelo, conhecido como acumulação flexível, foram: níveis relativamente altos de desemprego estrutural, rápida destruição e construção de habilidades, ganhos modestos de salários reais e retrocesso no poder sindical (HARVEY, 2011).

A acumulação flexível constituiu uma estratégia do capitalismo para superar a crise de produção do fordismo e alterou significativamente a estrutura da economia capitalista. Apesar disso, Antunes (1997, p. 22, grifos do autor) afirma que são mantidas três características essenciais desse sistema econômico: “*Primeira*: é voltado para o crescimento; *segunda*: este crescimento em valores reais se apoia na exploração do trabalho vivo no universo da produção e, *terceira*: o capitalismo tem uma intrínseca dinâmica tecnológica e organizacional”.

Esse crescimento apoiado na exploração do trabalho vivo articulou-se com uma reestruturação radical do mercado de trabalho, com grande quantidade de mão de obra excedente (empregados e subempregados), com regimes de trabalho mais flexíveis, uma possível redução do emprego regular e, conseqüentemente, uso do trabalho em tempo parcial, temporário e subcontratado (HARVEY, 2011).

As conseqüências da acumulação flexível foram significativas. O modelo japonês, ou toyotismo, causou maior impacto pela revolução

técnica e pela potencialidade de propagação que atualmente alcança uma escala mundial (ANTUNES, 1997). Esse modelo surgiu na fábrica de automóveis Toyota e configurou-se em um processo altamente lucrativo que acarretou consequências significativas no mundo do trabalho. A produção em massa foi esquecida. Neste modelo produz-se conforme a demanda, que deve ser variada, diversificada e pautada no consumo. É inserido o conceito de trabalhador polivalente, isto é, com capacidade de operar várias máquinas de uma só vez, no menor tempo e com máxima qualidade, vindo a flexibilizar ainda mais os processos produtivos e intensificar a exploração do trabalho.

São elucidativos os apontamentos do autor sobre o toyotismo, pois trazem aspectos que conformam as relações de trabalho até a atualidade:

Outro ponto essencial do toyotismo é que, para a efetiva flexibilização do aparato produtivo, é também imprescindível a flexibilização dos trabalhadores. Direitos flexíveis, de modo a dispor desta força de trabalho em função direta das necessidades do mercado consumidor. O toyotismo estrutura-se a partir de um número mínimo de trabalhadores, ampliando-os através de horas extras, trabalhadores temporários ou subcontratados, dependendo das condições de mercado (ANTUNES, 1997 p. 28).

A expansão dos padrões de produção toyotista enfraqueceu os sistemas de *welfare state* naqueles países onde estes já haviam sido constituídos, muito articulados com a lógica neoliberal, à medida que impunham a retração dos fundos públicos e também das conquistas sociais para o conjunto da classe trabalhadora.

A década de 1980 foi marcada pela inserção da automação, da robótica e da microeletrônica no espaço fabril (ANTUNES, 1997). Passou-se então de um padrão de produção baseado no fordismo e no taylorismo para um padrão baseado na acumulação flexível e no toyotismo. As metamorfoses no mundo do trabalho, conforme o autor, não foram apenas objetivas, materiais, mas causaram consequências subjetivas para os indivíduos afetados. Caracterizando os desdobramentos e os agravantes dessas transformações à classe trabalhadora, Antunes (1997, p. 16) afirma:

Vivem-se formas transitórias de produção, cujos desdobramentos são também agudos, no que diz

respeito aos direitos do trabalho. Estes são desregulamentados, são flexibilizados, de modo a dotar o capital do instrumental necessário para adequar-se a sua nova fase. Direitos e conquistas históricas dos trabalhadores são substituídos e eliminados do mundo da produção.

Nos anos 1980, o toyotismo alcançou poder ideológico e estruturante para representar a objetivação universal da categoria flexibilidade nas formas de produção no contexto da mundialização do capital. O autor ressalta que o toyotismo, como nova forma de gestão, tem seus aspectos essenciais (protocolos organizacionais e institucionais) voltados para realizar uma nova captura da subjetividade do operário em favor da lógica do capital. Contudo, não pode ser considerado um novo modo de regulação do capitalismo; limita-se à compreensão de uma nova lógica de produção de mercadorias e de novos princípios de administração e gestão da força de trabalho por meio da captura da subjetividade do trabalhador, buscando promover uma nova via de racionalização. O toyotismo adequou a produção de mercadorias às necessidades da acumulação do capital, na época da crise de superprodução, e ajustou-se à nova base técnica da produção capitalista, desenvolvendo plenamente a flexibilidade (ALVES, 2000).

Os autores Harvey (2011), Antunes (1997) e Alves (2000) apontam que não houve a total superação do fordismo pelo modelo de acumulação flexível, mas sim uma combinação de processos produtivos que articulou o primeiro com processos flexíveis, artesanais e tradicionais, o que não configura nada de tão novo, já que o capitalismo segue periodicamente esses caminhos.

A transformação da estrutura do mercado de trabalho teve como paralelo mudanças de igual importância na organização industrial. Por exemplo, a subcontratação organizada abre oportunidades para a formação de pequenos negócios e, em alguns casos, permite que sistemas mais antigos de trabalho doméstico, artesanal, familiar (patriarcal) e paternalista (“padrinhos”, “patronos” e até estruturas semelhantes à máfia) revivam e floresçam, mas agora com peças centrais, e não apêndices do sistema produtivo. [...] Com efeito, uma das grandes vantagens do uso dessas formas antigas de processo de trabalho e de produção pequeno-capitalista é o solapamento da organização da classe trabalhadora e a

transformação da base objetiva da luta de classes (HARVEY, 2011, p. 145).

Assim, demarca-se uma relação de continuidade/descontinuidade do toyotismo com o taylorismo – fordismo para dar maior eficácia à lógica da flexibilidade. Alves (2000, p. 33) destaca que “o aspecto original do toyotismo é articular a continuidade da racionalização do trabalho, intrínseca ao taylorismo e fordismo, com as novas necessidades da acumulação capitalista. É uma ‘ruptura’ no interior de uma continuidade plena”. O toyotismo promove uma “desespecialização” do trabalho por meio da instalação da polivalência e da plurifuncionalidade de homens e máquinas e da experiência do “tempo partilhado”, baseadas em padrões flexíveis. Este sistema incentiva a participação dos trabalhadores nos projetos dos produtos e processos de produção e aponta sugestões para aperfeiçoamento,

[...] o que não deixa de ser um novo patamar de apropriação gratuita das forças naturais do trabalho social, sem nenhum custo para o capital, tal como ocorreu na manufatura e grande indústria, em que o capital se apropriava das forças produtivas que derivavam da cooperação e da divisão do trabalho (MARX, 1985, p. 440 apud ALVES, 2000, p. 45).

Nesse contexto, Alves (2000) sugere a existência de uma nova ofensiva do capital na produção, que surgiu nos anos 1980 e ganhou vigor no decorrer da década de 1990, visto que, a partir do início dessa última década, foi inaugurado um complexo de reestruturação produtiva¹¹. Com o objetivo de buscar saídas para as constantes crises do capitalismo, constituiu-se uma nova organização do trabalho com tentativas de

¹¹Alves (2000, p. 11) conceitua reestruturação produtiva como “[...] um sistema de inovações tecnológico-organizacionais no campo da produção social capitalista - por exemplo, a robótica e a automação microeletrônica aplicada à produção; as novas modalidades de gestão da produção, tais como os CQC's e Programas de Qualidade Total; a série de racionalizações da produção, tais como os 'downsizing' e a reengenharia [...]. Além disso, é um importante componente do complexo de reestruturação produtiva, dos vários tipos de descentralização produtiva, tais como a terceirização ou as realocações industriais, que implicam o fechamento de fábricas num local e abertura em outro, ou ainda a instauração de novas legislações trabalhistas de cariz flexível, que criam nova regulamentação institucional do trabalho assalariado, adaptando-o às necessidades imperiosas do capital em processo”.

desmonte dos sindicatos e estabelecimento de uma nova forma de mediação entre capital, trabalho e Estado. Já que o modelo fordista de pleno emprego não se sustentou e o toyotismo necessitava de mais flexibilidade para garantir a produtividade e os lucros, novos tipos de contrato de trabalho surgiram, bem como o aumento do contingente de desempregados, subempregados, trabalhadores temporários, trabalhadores em domicílio, entre outras formas precarizadas de contratação (ANTUNES, 1997).

As formas de trabalho no capitalismo contemporâneo são marcadas pela expansão de empregos no setor de serviços, redução do número de operários dos parques fabris, heterogeneização do trabalho e crescente inserção do trabalho feminino no mundo operário, uma subproletarização que é marcada pela “expansão do trabalho parcial, temporário, precário, subcontratado, ‘terceirizado’, que marca a *sociedade dual* no capitalismo avançado” (ANTUNES, 1997, p. 41, grifo do autor). O desemprego estrutural é um dos resultados deste contexto, que não é novo e se reafirma constantemente. A alternativa encontrada pelo conjunto de trabalhadores como estratégia de sobrevivência é a informalidade.

O processo de trabalho na informalidade é o oposto do trabalho formal. É caracterizado pela precariedade dos empregos e da remuneração, regressão ou negação dos direitos sociais, ausência de proteção social e de sindicalização e assim conforma relações salariais individualizadas e, conseqüentemente, desarticuladas do processo conjunto de lutas da classe trabalhadora. Antunes (1997, p. 45) destaca:

Desse incremento da força de trabalho, um contingente expressivo é composto por mulheres, o que caracteriza outro *traço marcante* das transformações em curso no interior da classe trabalhadora. Esta não é “exclusivamente” masculina, mas convive, sim, com um enorme contingente de mulheres, não só em setores como o têxtil, onde tradicionalmente sempre foi expressiva a presença feminina, mas em novos ramos, como a indústria microeletrônica, sem falar do setor de serviços. Essa mudança na estrutura produtiva e no mercado de trabalho possibilitou também a incorporação e o aumento da exploração da força de trabalho das mulheres em ocupações de tempo parcial, em trabalhos “domésticos” subordinados ao capital [...].

O crescimento do setor informal de produção faz com que sistemas alternativos coexistam no mesmo espaço, à disposição do capitalismo. Uma vez que essas alterações conservam a essência deste sistema, Harvey (2011) e Antunes (1997) apontam que se trata de um retorno de formas absolutas de extração da mais-valia profundamente ancoradas na superexploração do trabalho. Tavares (2004, p. 43) acrescenta: “o que ocorre é que, sob a égide da acumulação flexível, formas particulares de inserção à produção, que já foram representativas de uma economia atrasada, tornaram-se bastante funcionais à acumulação capitalista”.

O reforço de formas antigas de trabalho transforma o papel das mulheres na produção e nos mercados. A mão de obra feminina passa a ser explorada sob as formas de contratos parciais e subcontratos, o que permite o desenvolvimento de sistemas de trabalho doméstico e familiar e o ressurgimento de ofícios de cunho patriarcal feitos em casa (HARVEY, 2011, p. 146). Um dos setores amplamente alterado com a reestruturação das relações produtivas foi o setor têxtil, que, afetado pela degradação dos contratos, pela informalidade e pela transferência dos processos de trabalho para unidades descentralizadas, reconfigurou-se como uma cadeia produtiva ancorada em relações precárias e instáveis, composta pelas facções e trabalho em domicílio.

A seguir, é detalhado esse processo enfatizando-se a cidade de Jaraguá do Sul, *locus* da pesquisa.

1.1.1 - As transformações no mundo do trabalho e as suas expressões no setor têxtil em Jaraguá do Sul

O setor têxtil no Brasil expandiu-se em razão da crise do capital de 1929, quando foram suspensas as exportações brasileiras e não houve possibilidade de importar produtos têxteis americanos, franceses, italianos e ingleses; enfatizou-se, em decorrência, a produção nacional. Durante a Segunda Guerra Mundial também foi registrada expansão no ramo têxtil, já que os fornecedores de produtos ao Brasil estavam envolvidos no conflito (MOSER, 1985).

As transformações ocorridas no setor têxtil estão articuladas com a totalidade do universo da produção e por isso também sofreram pressões das relações econômicas do país. Este setor sofreu inflexões a partir das políticas de ajuste neoliberal, com os impactos da abertura econômica dos mercados em busca de estabilização monetária e da concorrência com países altamente competitivos, como a China, por exemplo.

Tal política econômica provocou reflexos significativos para o setor têxtil-vestuário, reduzindo drasticamente a produção, devido à redução das alíquotas de importação, a taxa de câmbio valorizada e os baixos preços dos produtos asiáticos (BÁRH, 2012, p. 14).

Um dos piores períodos de recessão da indústria brasileira de confecção ocorreu no início da década de 1990, no período de abertura comercial iniciada no governo Collor, somado à entrada de produtos importados, o que provocou uma redução na produção e até mesmo a falência de empresas. Buscando garantir a competitividade e se manter no mercado, algumas empresas iniciaram lentamente um processo de reestruturação do setor e apostaram em inovações tecnológicas, “[...] principalmente nas etapas anteriores à costura, através da utilização dos sistemas de CAD nas fases de design, modelagem, gradeamento e encaixe, e de equipamentos de controle numérico na fase do corte” (ARAÚJO; AMORIM, 2002, p. 279).

Em função dessa reestruturação, as empresas mantiveram-se no mercado e, à custa de prejuízos ao trabalhador, conseguiram competir internacionalmente. É o que mostra o panorama atual do setor têxtil no Brasil: o país ocupa a quarta posição entre os maiores produtores mundiais de artigos de vestuário e a quinta posição entre os maiores produtores de manufaturados têxteis (ABIT, 2013). As indústrias brasileiras produzem desde as fibras até as confecções e por isso configuram-se como uma das últimas cadeias têxteis completas do ocidente.

Mais de 32 mil empresas de confecção estão instaladas no país e cerca de 80% são de pequeno e médio porte. O setor têxtil e de confecção emprega cerca de 1,7 milhão de brasileiros de forma direta (75% no segmento de confecção) e mais de 4 milhões, se somados os empregos diretos e indiretos. Mais de 70% desses trabalhadores são mulheres (ABIT, 2013). O mercado nacional consome 97,5% da produção e 2,5% é destinado às exportações. Registra-se uma tendência de queda na produção, ao mesmo tempo que o varejo registra aumento nas vendas, situação causada pela substituição de produtos nacionais por importados.

O Estado de Santa Catarina é o segundo maior polo têxtil e de vestuário do Brasil. A indústria têxtil e do vestuário possui uma participação de 17,74% na indústria catarinense; especificamente, a indústria têxtil representa 6,91% e a do vestuário 10,83%. A região do

Vale do Itajaí e o norte do estado, onde se localiza a cidade de Jaraguá do Sul, destacam-se no segmento (FIESC, 2014).

As empresas têxteis situadas na região de Jaraguá do Sul também foram afetadas pela crise da economia e pela concorrência com os produtos importados. Uma das respostas para a crise foi demitir as trabalhadoras da costura. Algumas foram recontratadas anos depois, mas com salários muito menores do que recebiam na época da demissão. Outras, sem possibilidade de colocação no mercado formal, começaram a trabalhar como costureiras autônomas. Nesta última situação, as máquinas de costura foram acomodadas em espaços arranjados, muitas vezes, num canto da casa. Essa prática difundiu-se na região, num cenário de alta transformação tecnológica, de informatização dos processos produtivos, do trabalho especializado, da existência do exército industrial de reserva, etc.. Destarte, observa-se nas indústrias têxteis e de vestuário que a atividade de costura ainda se mantém basicamente manual, baseada na dupla: costureira-máquina (SCHÖRNER, 2000; ARAÚJO; AMORIM, 2002).

Reafirmam-se as consequências que a flexibilidade introduziu na organização produtiva, entre as principais: desemprego, ressurgimento de velhas formas de trabalho precarizado e redução dos custos sociais do trabalho, uma vez que os trabalhadores exploram sua força para o capital e se permitem ser lesionados nos seus direitos fundamentais. Neste contexto, a produção do setor informal aparece como produção e reprodução do movimento de valorização do capital (TAVARES, 2004).

Essa autora aponta que até a década de 1980 as atividades informais eram predominantemente desenvolvidas por idosos, migrantes, analfabetos ou detentores de baixo nível de escolaridade. A insuficiência de empregos gerados no setor formal, se comparada com o contingente de força de trabalho disponível, fez com que muitos trabalhadores qualificados fossem inseridos em relações informais de produção. A informalidade do trabalho no Brasil, que aumentou significativamente a partir da década de 1990, é compreendida como um aviltamento ao trabalho assalariado devido aos processos de terceirização e à ausência de direitos trabalhistas. As relações de trabalho informais são reconhecidas como autônomas, independentes, com consentimento do Estado e, no fundo, estão diretamente subordinadas ao capital e se integram em sua organização produtiva.

No Brasil, é crescente o número de desempregados que buscam na informalidade estratégias de sobrevivência, o que faz crescer o contingente de cooperativas, empresas familiares, trabalho em domicílio e micro e pequenas empresas. A informalidade permite o trânsito da

produção para fora do espaço fabril, movimento que será detalhado a seguir.

1.1.2 - Da indústria às facções

As relações de produção informais, terceirizadas e flexíveis são adequadas ao capital porque não implicam os custos do trabalho formal. Como consequências, surgem as facções e o trabalho em domicílio, em que não se compra diretamente a força de trabalho, mas sim trabalho, serviço, mercadoria. O trabalho informal é, assim, uma perversa inserção do trabalhador no mercado.

Entretanto, no momento atual, as relações não contratuais, familiares, solidárias são reivindicadas pelas mesmas características pelas quais antes eram rejeitadas. Em face da incapacidade de gerar empregos, dezenas de documentos internacionais e governamentais, segundo Lautier (2004), recomendam a expansão das empresas familiares, pela flexibilidade da remuneração e do trabalho (TAVARES, 2004, p. 49).

A partir disso vêm à tona outras formas de trabalho e de relações produtivas: trabalho informal por peça ou por hora, trabalho em domicílio, trabalho subcontratado, entre outras. Estas “novas” formas que terceirizam a produção, os riscos e os custos apresentam um alto risco de insustentabilidade devido à instabilidade do mercado. Bärh (2012, p. 27) destaca aspectos fundamentais dessa terceirização:

Os serviços terceirizados quando realizados próximos aos domicílios familiares estão sujeitos a serem absorvidos pelos demais membros da família, principalmente quando se tratar de mão de obra feminina, onde em muitos casos são compartilhados os afazeres domésticos com os profissionais, envolvendo inclusive o trabalho infantil, expedientes de trabalho além dos normais permitidos pela legislação trabalhista e a informalidade.

A produção nessas condições é descentralizada e fragmentada. Algumas etapas que exigem maior destreza, supervisão e qualificação,

como a idealização dos modelos, modelagem e corte, são geralmente realizadas no interior da empresa. As fases de montagem e acabamento são terceirizadas. Na fase de montagem as costureiras recebem as peças já cortadas e as juntam, dando-lhes “corpo”; já na fase de finalização está a revisão das peças para cortar as linhas sobressalentes, pregar botões e pedras, aplicação de etiquetas, entre outras atividades (PEREIRA, 2006).

A terceirização dos riscos é identificada na forma de pagamento, pois na maioria das vezes este é contabilizado por peça, por produção, o que exige uma dedicação muito grande das costureiras para auferirem uma renda maior. É um trabalho altamente nocivo à saúde, pois exige muitas horas do dia e consiste em atividades repetitivas em locais muitas vezes insalubres, já que os espaços são adaptados no interior das próprias casas. Como se trata de uma atividade informal, em sua maioria sem qualquer regulação, a garantia de uma renda regular depende unicamente da quantidade produzida e não conta com cobertura de direitos trabalhistas e previdenciários (PEREIRA, 2006).

As facções funcionam na cidade de Jaraguá do Sul desde a década de 1980 e cresceram significativamente na década de 1990. Os empresários encontram muitas vantagens neste tipo de trabalho: economia no uso de instalações e de máquinas; redução nos custos referentes à contratação e gestão da mão de obra; redução dos custos com aluguel e flexibilidade para enfrentar crises e flutuações nas demandas. “Além disso existe o fato de que nas facções há a utilização da força de trabalho da família, que, geralmente, não é paga nem por ele e nem pelo empresário que contrata seus serviços” (SCHÖRNER, 2000, p. 132).

Em Santa Catarina, 83% das empresas do segmento têxtil e de vestuário utilizam o serviço de facções e 63% destas empresas revelam obter vantagens, ao economizarem com salários e encargos sociais; já para as facções, a subcontratação significa 25 % menos de faturamento (LINS, 2000 apud CALEFI, 2008).

Ao analisar o caso de uma empresa de vestuário da cidade de Criciúma, Calefi (2008) mostra como se dá o processo de descentralização do trabalho, em que o trabalho de concepção encontra-se no topo, o trabalho de administração no nível intermediário e, na base, o trabalho de execução. Mais detalhadamente: a empresa detentora da marca concentra as atividades de *marketing* e criação e assim garante a autoria; seus funcionários são estilistas e *designers*. Contratam-se outras empresas que são licenciadas pela marca e estas são responsáveis pela operacionalização do corte e distribuição das peças para a montagem. Para esta etapa, por sua vez, são contratadas as facções, lavanderias e bordadeiras, que são terceirizadas.

As facções que muitas vezes conformam-se em pequenos empreendimentos familiares podem ser legalizadas ou não, contar com a contratação de outras pessoas ou não. Não se trata de um trabalho marginal, mas sim que escapa à regulamentação e que se subordina diretamente aos processos de exploração do capital. O processo produtivo descentralizado em diversos locais e regiões cria uma massa elevada de mais-valia e se ressalta fragmentado, pois

Há, também, a fragmentação da fragmentação da produção, isto é, “empresários” que contratam faccionistas para a realização de serviços. Acontece, porém, que se esses não dão conta do serviço contratam outros faccionistas para realizarem parte do serviço para ele. Além disso alguns faccionistas, com mais empregados, para fugirem dos encargos sociais, dividem suas máquinas na casa dos vizinhos ou conhecidos, que acabam prestando serviços para ele, que por sua vez presta serviços para outros (SCHÖRNER, 2000, p. 134).

Carvalho (2007), em pesquisa realizada com costureiras que trabalhavam em domicílio ou em facções em uma região do Paraná, apontou que todas as mulheres estudadas recebiam por peça produzida e que algumas delas contribuíam para a Previdência Social como autônomas. Sobre o salário por peça, Marx afirma que se trata de uma forma modificada do salário por tempo, em que se pode

[...] medir o trabalho gasto pelo trabalhador pelo número de peças por ele produzido. No salário por tempo, o trabalho se mede pela sua duração imediata; no salário por peça, pela quantidade de produtos em que o trabalho se condensa durante um tempo determinado (MARX, 2013, p. 623).

Este tipo de salário se converte na forma mais fácil de descontos salariais e fraudes capitalistas, em que “a exploração dos trabalhadores pelo capital se efetiva, aqui, mediante a exploração do trabalhador pelo trabalhador” (MARX, 2013 p. 624). Esta forma de organização do trabalho impulsiona uma autoexploração por parte do trabalhador (CALEFI, 2008; MOSER, 1985).

O trabalho de costura, tanto na indústria como nas facções, é repetitivo, alienante e estafante, pois se resume a atividades rotineiras que eliminam a capacidade intelectual do trabalhador e o submetem a condições degradantes da saúde. “O trabalho nas facções é parcelado, repetitivo e fatigante; o que acaba por empobrecer o conteúdo do trabalho” (CALEFI, 2008, p. 31).

O estudo de Moser (1985)¹² apontou que a totalidade da mão de obra empregada na linha de montagem era composta por mulheres. Os dados da ABIT mostram que essa realidade não foi totalmente alterada. Esse predomínio das mulheres no setor têxtil pode ser justificado pela divisão sexual do trabalho, que historicamente destinou a elas as atividades manuais para as quais se exige pouca qualificação. A incorporação da mulher à indústria apropriou-se dos valores do patriarcado, que submetia as mulheres ao poder do homem. Sem o rompimento dessas estruturas de poder estabelecidas socialmente, ela se submete ao capital por meio da venda de sua força, num regime produtivo alienante e estafante.

A posse do dinheiro possibilita à mulher participar da sociedade, o que justifica, em parte, a sua inserção no universo fabril (MOSER, 1985). Ressalta-se, todavia, que as obrigações do trabalho doméstico impõem a dupla jornada de trabalho, bem como exigem da família uma reorganização para dar conta das demandas familiares: “Também os homens se adaptam às novas condições de trabalho da mulher. Em muitas famílias a mulher trabalha e o marido cuida dos filhos” (MOSER, 1985, p. 114). A autora sinaliza que a partir do trabalho industrial organiza-se uma nova divisão social do trabalho, em que a mulher participa de maneira prioritária da economia familiar e acumula os afazeres da manutenção da casa e da família.

Uma das peculiaridades do trabalho fora da empresa, particularmente o realizado em domicílio, é o fato de permitir que a mulher exerça um papel nas relações capitalistas, concomitante às atividades domésticas. Entre as várias formas de terceirização da

¹² Anita Moser em “A nova submissão: mulheres da zona rural no processo de trabalho industrial” (1985) retrata de forma pioneira a incorporação das mulheres ao processo de trabalho fabril na indústria têxtil. A partir de pesquisa realizada na cidade de Rodeio – SC mostra como as mulheres, até então trabalhadoras rurais, passam a ser exploradas pelo capital, bem como evidencia a organização do trabalho parcelado, especializado, com rígido controle e hierarquia definida. Moser apresenta também as mudanças no quadro social da cidade, nas relações sociais e familiares.

produção, dá-se centralidade ao trabalho em domicílio, assunto que será desenvolvido na sequência.

1.1.3- O trabalho em domicílio: face perversa da informalidade

Marx (1867/2013) retratou as condições do trabalho em domicílio no período pré-industrial, que se apresentava como uma esfera de exploração de capital erigida na retaguarda da grande indústria. Naquele período esse tipo de trabalho era utilizado para a fabricação de rendas, e os trabalhadores, ao invés de se concentrarem nas manufaturas, concentravam-se nas residências. O trabalho era parcelado e acontecia nas casas das mestras, que eram também muito pobres, ou então era exercido por mulheres que trabalhavam em suas próprias casas, sozinhas ou com a ajuda dos filhos.

O local de trabalho é uma parte de sua residência privada. Elas recebem encomendas de fabricantes, proprietários de grandes lojas, etc. e empregam mulheres, moças e crianças pequenas, conforme o tamanho dos aposentos disponíveis e a demanda flutuante do negócio (MARX, 1867/2013, p. 538).

A jornada de trabalho nessas condições era extensa, geralmente das 8 horas da manhã até às 8 da noite, com uma hora e meia de intervalo para refeições, feitas de maneira irregular e, na maioria das vezes, nos próprios locais de trabalho. Conforme demonstrou Marx, esses locais eram fétidos e insalubres. Algumas manufaturas empregavam mais de 3 mil trabalhadoras domiciliares (unicamente do sexo feminino), principalmente crianças e adolescentes. O trabalho infantil era, portanto, amplamente utilizado (MARX, 1867/ 2013).

Percebe-se então que, desde a manufatura, o trabalho em domicílio é superexplorado pelo capital e realizado em condições precárias e insalubres; condições que não são totalmente diferentes no período atual de terceirização da produção. A Organização Internacional do Trabalho (OIT)¹³ define trabalho em domicílio “[...] como a produção de bens ou serviços feita por um indivíduo, no seu domicílio ou em lugar de sua escolha, em troca de salário, sob a especificação de um empregador ou intermediário” (LAVINAS et al., 2000, p. 4). Essas autoras destacam que essa definição enfatiza a subordinação do contratado para com o contratante, e não propriamente o local da atividade.

¹³ Definição contida na Convenção da OIT assinada em 1996.

Esse tipo de trabalho torna-se uma alternativa principalmente para as mulheres, na conciliação das tarefas de trabalhadora, dona de casa e mãe, e as possibilita auferir uma renda que sustenta sozinha a casa ou que complementa a do marido. Esta “conciliação” entre trabalho produtivo e trabalho doméstico é apontada por Carvalho (2007, p. 133):

Muitas vezes as mulheres “optam” por determinada função tendo em vista a possibilidade de conciliar o trabalho assalariado e as funções domésticas, inclusive o cuidado com os filhos. Isso porque ainda é a mulher que executa essas tarefas domésticas, assim como o gerenciamento delas, quando ela dispõe de outra pessoa para realizá-la, como pudemos perceber em recente pesquisa.

Em pesquisa realizada com costureiras que trabalham em casa, Coimbra e Orchard (2014) apontaram que o trabalho em domicílio é o ideal para essas trabalhadoras, pois elas seriam donas do próprio horário de trabalho e teriam mais tempo para cuidar dos filhos e maridos. Nessa mesma pesquisa, contraditoriamente, as mulheres demonstraram o caráter ininterrupto do trabalho que realizam. Um das costureiras entrevistadas relatou o seguinte:

Pra te dizer bem a verdade, o trabalho doméstico fica, não se faz trabalho doméstico, não dá tempo. Ou tu trabalha, faz uma coisa bem feita, ou faz trabalho doméstico, tem que escolher, não dá pra fazer os dois (Costureira, 54) (COIMBRA; ORCHARD, 2014, p. 10).

Depreende-se disso que, nesse tipo de trabalho, o tempo de cuidado e dedicação às atividades domésticas é escasso, uma vez que as costureiras são constantemente pressionadas pelos fornecedores das mercadorias. Sempre há prazo para atender e, caso não seja atendido, corre-se o risco de ter o fornecimento cancelado. Dessa forma, parece que a mulher trabalhadora nunca está fora de expediente. O trabalho em domicílio permite a superposição, num só lugar, do trabalho produtivo e do reprodutivo; o espaço e o tempo fundem-se no trabalho em domicílio, o que conforma uma extrema exploração e precarização.

O trabalho domiciliar realizado por costureiras para o setor de confecções pressupõe intermediação entre empresa e trabalhador. Configura-se como

uma forma de extração da mais-valia absoluta, que é apoiada na extensão da jornada de trabalho, pelas empresas contratantes fora dos domínios fabris. É uma prática antiga e um recurso há muito tempo utilizado, sobretudo na indústria de confecções. A extração da mais-valia, nesse contexto, acontece em meio ao aumento das horas trabalhadas por essa fração de trabalhadores. O trabalho domiciliar permite ao capitalista extraí-las através da auto-exploração daqueles que executam suas funções em seu próprio domicílio à medida que esses necessitam de longas jornadas de trabalho para garantir uma renda compensatória (PEREIRA, 2006).

O trabalho em domicílio incorpora uma diversidade de situações impostas pelo capital, como, por exemplo, o alargamento do desemprego e a necessidade dos trabalhadores de reinventarem antigas formas de sobrevivência, as quais já podiam ser observadas em sociedades pré-capitalistas, como o trabalho dos artesãos. Retomando o que foi apontado por Antunes (1997) e Harvey (2011), ressalta-se que o trabalho em domicílio mostra retorno de formas pré-capitalistas de trabalho.

Para Tavares (2004, p. 171),

A transferência de parte da produção realizada fora das fábricas, mediante trabalho domiciliar, além de se constituir numa invasão ao ambiente familiar do trabalhador, propicia a prática de trabalho não pago, que incorpora toda a família, não deixando lugar para outras dimensões humanas na vida do trabalhador.

Com base nestes apontamentos, percebe-se que no trabalho em domicílio a casa passa a ser, ao mesmo tempo, o lugar da produção e da reprodução. Há uma sobreposição de funções, principalmente da mulher, no trabalho produtivo e reprodutivo. A prática do trabalho no domicílio impõe condições degradantes aos trabalhadores. Trata-se de uma invasão ao ambiente familiar que desmonta o modelo ideal de família que sustentou o capitalismo no período industrial, em que cabiam ao homem as atividades produtivas e às mulheres o trabalho doméstico e de cuidados. No trabalho em domicílio, homens, mulheres e crianças dele participam, submetendo suas forças à extração da mais-valia. São ainda

reforçadas a divisão sexual do trabalho e as desigualdades de gênero, mantendo-se a mulher no espaço familiar.

1.2 - A família e as tensões entre trabalho e responsabilidades familiares

A perspectiva de família que ilumina esta pesquisa está alinhada com a teoria social crítica, para a qual a família é condicionada historicamente, articulada com a sociedade e compreendida como uma unidade social complexa e contraditória, já que inserida numa sociedade de classes antagônicas. A família passa a ser considerada a partir de sua complexidade¹⁴, considerando-se que:

É construída e reconstruída histórica e cotidianamente, através das relações e negociações que estabelece entre seus membros, entre seus membros e outras esferas da sociedade e entre ela e outras esferas da sociedade, tais como Estado, trabalho e mercado. Reconhece-se também que além de sua capacidade de produção de subjetividades, ela também é uma unidade de cuidado e de redistribuição interna de recursos (MIOTO, 2010, p. 167/168).

Esta concepção contrapõe-se àquelas que tomam a família como principal responsável pelo bem-estar de seus membros, desconsiderando as mudanças ocorridas na sociedade (MIOTO, 2010). Em outro texto, a autora apresenta que “família é um espaço de pessoas: empenhadas umas com as outras; com relações familiares também construídas com outras esferas, Estado, mercado, associações, movimentos; lugar inventado para ‘fazer gente’” (MIOTO, 2004, p. 14).

Mészáros (2011) apresenta a família como um microcosmo reprodutor de desigualdades do sistema do capital. Sendo o menor de todos os microcosmos da reprodução, a família deve sempre proporcionar a reprodução biológica da espécie e a transmissão ordenada de propriedade de uma geração à outra, como espaço de reprodução e consumo. A sua funcionalidade para o capital, no dizer do autor, está na perpetuação – internalização - do sistema de valores, sem contestação: “O

¹⁴ Parte do conteúdo desta seção foi apresentado oralmente no minicurso: “A matricialidade sociofamiliar na PNAS: elementos para pensar o lugar das famílias”, na Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFSC- SEPEX, 2014.

aspecto mais importante da família na manutenção do domínio do capital sobre a sociedade é a perpetuação - e a *internalização* – do *sistema de valores* profundamente iníquo, que não permite contestar a autoridade do capital [...]” (MÉSZÁROS, 2011, p. 271, grifos do autor). Essa funcionalidade da família é detectada também quando esta contribui para a reprodução da força de trabalho por meio do trabalho doméstico (SARACENO; NALDINI, 2003).

Esse trabalho realizado pela família para a manutenção da força de trabalho apresenta-se sob diferentes terminologias: *care*, trabalho de cuidado, trabalho doméstico não remunerado, trabalho familiar, entre os principais. Relaciona-se diretamente com desigualdades de gênero a partir da divisão desigual do trabalho doméstico entre homens e mulheres. Apesar disso, esse tipo de trabalho interessa, pois *é realizado no interior e pelos integrantes da família*, mesmo quando o cuidado é institucionalizado. Na maioria dos casos, *é responsabilidade da família arcar com os custos* (grifos nossos), considerando-se a insuficiência dos serviços que aliviem a sobrecarga nesse aspecto e que o cuidado é imprescindível à reprodução humana, para que as pessoas possam viver e desenvolver sua subjetividade e identidade pessoal, seja qual for o modelo familiar. Existem diferentes modelos de família, o que indica a necessidade de falar de famílias, e também é certo que as funções de cuidados são desenvolvidas em todas elas (ASTELARRA, 2007).

Hirata (2010), ao discorrer sobre o *care* na França e outros países da Europa, destaca que este termo é de tradução difícil porque é polissêmico e abrangente: “cuidado, solicitude, preocupação com o outro, estar atento a suas necessidades, todos esses diferentes significados estão presentes na definição do *care*” (HIRATA, 2010, p. 43). O *care work* ou trabalho do *care* é realizado principalmente pelas mulheres, embora se relacione com toda a sociedade. Neste sentido, não seria visto como destinado apenas a idosos, crianças e enfermos: “A base da reflexão seria o conjunto da humanidade, porque todos têm necessidade de *care*” (HIRATA, 2010, p. 46). Para a autora, ainda há que se estudar a divisão sexual desse trabalho nas famílias e nas instituições, já que o *care* pode ser remunerado (serviço prestado por instituições) ou não remunerado (aquele realizado pelas famílias).

O trabalho doméstico não remunerado é realizado de forma gratuita e por diversas vezes considerado como uma manifestação de amor das mulheres para com seus familiares. No entanto, os homens não demonstram amor aos filhos e às esposas desta mesma forma. Depreende-se então que essa forma de expressar amor das mulheres, que é o trabalho doméstico gratuito, e essa relação social de amor e cuidado resultam em

diversos trabalhos: lavar e passar roupa, limpar a casa, cozinhar, entre outros (HIRATA, 2010). Numa definição rigorosa, o *care* é o “tipo de relação social que se dá tendo como objeto outra pessoa” (HIRATA, 2010, p. 48).

Apoiando-se na definição de Saraceno e Naldini (2003), ressalta-se que o trabalho realizado pela família extrapola aquilo que é definido como trabalho doméstico ou cuidado, pois, além do preparo dos alimentos, da higiene e dos cuidados, incorpora as negociações e relações estabelecidas pela família. Dessa forma, o trabalho familiar compreende:

Desde o trabalho doméstico em sentido estrito, ao trabalho de cuidados a familiares não autossuficientes por razões de idade ou invalidez, ao trabalho de consumo, que não compreende apenas a compra e eventual transformação de bens, mas também o trabalho necessário para utilizar adequadamente os serviços públicos e privados que hoje constituem parte importante dos recursos familiares, até o chamado trabalho de relação. Este último refere-se à actividade de criação e manutenção das relações, de comunicação dentro da família, entre esta e a rede parental, bem como entre a família ou cada um de seus membros e o sistema de serviços (SARACENO; NALDINI 2003, p. 277).

Apesar da sua importância, pois é central para a reprodução da força de trabalho (IASI, 2007), ele foi mantido invisível em termos econômicos. Somente a partir do ano de 2001 é que a Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio - PNAD passou a investigar o número de horas despendido pela população na execução dos afazeres domésticos ou trabalho reprodutivo. As informações indicam que o trabalho familiar é exercido tanto por homens como por mulheres, embora as mulheres dediquem mais tempo a essas atividades que os homens.

Conforme dados do IBGE (2010), as mulheres dedicam um tempo menor para o trabalho produtivo porque se dedicam mais aos afazeres domésticos e aos cuidados com familiares. Para o IBGE, este ainda é um trabalho não valorizado pela sociedade e acaba se tornando um “trabalho invisível”. Seu reconhecimento no cálculo do Produto Interno Bruto – PIB é fundamental para promover a valorização da mulher na sociedade. Apesar do aumento da taxa de participação de mulheres no trabalho, elas permanecem as principais responsáveis pelas atividades domésticas e cuidado com os filhos e demais familiares, o que representa uma

sobrecarga. “No Brasil, a média de horas gastas pelas mulheres em afazeres domésticos é mais que o dobro da média de horas despendidas pelos homens” (IBGE, 2010). Na comparação do número de horas gastas por semana pelas pessoas ocupadas com afazeres domésticos, as mulheres dedicam 22,0 horas, enquanto os homens dedicam 9,5 horas.

As famílias têm sofrido modificações nas suas condições de cuidado e proteção, decorrentes de alterações nos campos da política social, do mercado, do trabalho, entre outros. Trata-se de um processo em que a crise das economias capitalistas ocidentais levou a uma redução dos ideais universalistas e igualitários na área dos direitos sociais, que foram substituídos pelas exigências de focalização em populações vulneráveis e de risco social, demarcando a divergência entre o que estava definido na Constituição Federal para a proteção social e a operacionalização das políticas sociais (MIOTO; NOGUEIRA, 2013).

O processo histórico de alteração nas políticas sociais no Brasil é marcado pela contrarreforma do Estado (BEHRING; BOSCHETTI, 2011), em que a política social passa a utilizar a família como parceira para responder ao déficit dessa mesma política. A organização das políticas sociais brasileiras baseou-se numa relação entre Estado e sociedade que exige a sua autoproteção (PEREIRA, 2010) num contexto onde impera um modelo plural de bem-estar, ou seja, em que setores não governamentais e não mercantis assumem grande parcela da proteção social. Com isso, a tríade de bem-estar social – o Estado, o mercado e a família (ESPING-ANDERSEN, 2000) – não fornece garantias de proteção e é sobre a família que recai a principal responsabilidade pela reprodução da sociedade.

As transformações tecnológicas e algumas mudanças no âmbito da família aliviaram, em parte, a sobrecarga desta: a introdução de aparelhos para a realização de algumas tarefas, a redução do número de filhos e a renda mais elevada de algumas famílias permitiram o acesso a determinados serviços disponíveis no mercado. No entanto, as alternativas no mercado raramente substituem os serviços públicos ou familiares. Os mercados falham aos mais necessitados, justamente pelas condições financeiras das famílias. Assim, evidencia-se a centralidade da família na provisão do bem-estar social.

Neste contexto, a intervenção pública acontece somente quando a família falha (MIOTO, 2011). Essa falência apresenta-se diante incapacidade da família de “buscar, gerir e otimizar recursos, inclusive e principalmente na sua relação com o trabalho e também no reconhecimento da sua perda de capacidade em desenvolver estratégias adequadas de sobrevivência e de convivência” (MIOTO, 2011, p. 118).

Situam-se aí as políticas de caráter familista, baseadas na redescoberta e supervalorização da família como sujeito de proteção e articuladas com o projeto de economia neoliberal, com a individualização dos problemas e com a privatização das soluções – privatização no sentido de que ficam relegadas ao âmbito privado (MIOTO, 2011).

Depreende-se disto que, à medida que o Estado tem deixado responsabilidades que são de natureza pública para a esfera privada, para a família, acarreta ampla responsabilização para esta última. O trabalho familiar passa a ser um recurso que reforça a divisão sexual do trabalho e o mantém invisível (MIOTO; DALPRÁ, 2012). Para as autoras, a intensificação da responsabilidade das famílias pelos serviços é um descaminho da lógica dos direitos sociais. Observa-se que, ao mesmo tempo que o Estado entende a família como a principal e mais importante esfera social, por vezes também a culpabiliza diante das situações e problemáticas sociais. As famílias, quando inseridas em serviços de apoio, geralmente são cobradas a realizar mudanças no universo privado, no que diz respeito ao seu cotidiano, desconsiderando-se as condições macrossocietárias. Conforme Pereira (2010, p.25), “procede-se a uma análise das funções sociais da família de forma isolada – o que obscurece o conhecimento conjunto das condições contemporâneas de funcionamento da sociedade e do Estado”.

Neste conjunto de condições contemporâneas persistem fatores que pressionam direta e constantemente as famílias: a exploração do trabalho, o agravamento das expressões da questão social, o papel do Estado no capitalismo monopolista e o contexto de crise do capital. Este cenário amplia cada vez mais as pressões sobre as famílias para garantia da sobrevivência de seus integrantes, coloca em risco a sua condição protetiva e por isso exige mecanismos estatais de proteção social e apoio.

Para Goldani (2005) as famílias no Brasil apresentam-se reinventadas. Nestas famílias, o “contrato familiar implícito” se redefine e se ajusta, tanto pelas expectativas individuais como pelas fontes sociais de suporte. De maneira convencional, o contrato informal se mantém por laços de afetos, sentimentos, de reciprocidade, pelos incentivos econômicos, pelas sanções negativas e pelos valores culturais. Prevalece uma solidariedade familiar incondicional e não se questionam as tensões. Meil (2011) define a solidariedade familiar como as normas e práticas de ajuda mútua entre os membros da família. A partir dos autores Bengtson y Roberts (1991), Meil (2011) afirma que esse termo multidimensional reflete seis dimensões diferentes nas relações entre pais e filhos adultos: normativa, estrutural, afetiva, funcional e consensual e associativa.

A dimensão normativa refere-se ao compromisso dos membros de uma mesma família em assumir riscos e cumprir com obrigações familiares; ou seja, em que medida os familiares identificam-se com as normas de solidariedade familiar em casos concretos, como a sua validade em termos abstratos, como máximas de comportamento no âmbito familiar (MEIL, 2011). Como solidariedade estrutural, o autor aponta a estrutura de oportunidades produzidas pelas relações familiares conforme o tipo e a proximidade geográfica dos membros, ou seja, a existência ou não de familiares e a distância em que vivem regulam as possibilidades dos intercâmbios e das ajudas. Essa dimensão reflete muito mais um potencial de solidariedade do que um tipo de solidariedade específica (MEIL, 2011). Sob o conceito de solidariedade afetiva colocam-se o tipo e o grau de sentimentos positivos para com os outros membros da família e a reciprocidade. Neste tipo de solidariedade é reconhecida a dimensão subjetiva das relações e dos vínculos criados com base no sentimento de pertença a um grupo. Constituir uma família é formar um grupo que gera identidade e vínculos de afetividade (MEIL, 2011). A solidariedade funcional abarca as ações de dar e receber ajudas sem contrapartida direta, ainda que se espere reciprocidade no futuro. Essas ajudas e recursos podem ser serviços que requerem tempo e esforço na sua realização, por exemplo, cuidado dos filhos, tarefas e reformas domésticas e ainda transferências em dinheiro ou bens de valor (MEIL, 2011). Sob o conceito de solidariedade consensual estão os valores, atitudes, opiniões e o consenso na avaliação da situação política, econômica, social ou cultural que são compartilhados pelos membros de uma mesma família. Como forma de solidariedade associativa o autor aponta as frequências e as pautas de interação em diferentes tipos de atividades em que participam os membros da família. Trata-se do contato por meio de visitas, telefonema e cartas entre os membros das família, assim como, das atividades que realizam em conjunto (MEIL, 2011).

No entanto, Goldani (2005) adverte que esse contrato familiar implícito muda e pode falhar em circunstâncias históricas específicas e em diferentes momentos do ciclo de vida familiar. No Brasil, o equilíbrio entre cuidar e ser cuidado ainda é mantido por meio de uma estabilidade entre afetos e reciprocidades em uma estrutura normativa. A questão é por quanto tempo a família brasileira, por meio de suas estratégias adaptativas e suas soluções privadas, poderá arcar com os custos do cuidado (GOLDANI, 2005).

Conforme apontado, as famílias mudaram e, conseqüentemente, as condições para oferta de cuidado. Há que se considerar que, dependendo da dinâmica do mercado, do trabalho e de suas articulações internas, as

famílias têm dificuldades para se adequar às exigências dos serviços, já que “sob a égide do cuidado articulam-se diferentes estratégias de imposição ou transferência dos custos do cuidado para as famílias. Tais custos situam-se tanto no arco dos custos financeiros, quanto emocionais e de trabalho” (MIOTO, 2012, p. 129).

O Estado é central na proteção social, pois a autossuficiência das famílias a partir de rendimentos obtidos por meio do trabalho segue como uma utopia (GOLDANI, 2005). Já que os rendimentos não são suficientes para garantir a sobrevivência da família mediante aquisição de serviços no mercado, demarca-se a importância das políticas de conciliação entre trabalho e família. A necessidade das políticas de conciliação colocou-se com a inserção massiva da mulher no mercado de trabalho, cuja renda tornou-se fundamental para o sustento familiar. As mulheres seguem como as principais responsáveis pela reprodução social, o que é claramente mostrado, por exemplo, pelas recentes pesquisas de uso do tempo.

Para as famílias, conciliar ou articular trabalho e responsabilidades familiares é um grande desafio no século XXI (MOSER, 2014), pois o trabalho familiar compõe o eixo de sustentação da força de trabalho e garante a sobrevivência dos indivíduos.

O desafio de equilibrar família e trabalho, duas esferas aparentemente regidas por lógicas tão distintas – uma privada e outra pública – mas que se afetam mutuamente, pressupõe negociações que envolvem, entre outras coisas, o uso do tempo, tornando tensa a relação entre essas esferas. Na família, particularmente as mulheres são afetadas e precisam lidar com essa tensão, já que tradicionalmente as responsabilidades familiares recaem sobre elas (MOSER, 2014).

Historicamente, as questões de conciliação ou articulação entre trabalho e família foram resolvidas no âmbito privado, em que cabia às mulheres dar conta dessa problemática, uma vez que “o modelo tradicional de conciliação entre trabalho e família estava assentado em rígidos papéis de gênero, no modelo de família biparental e em uma organização do trabalho e da produção que não corresponde mais à realidade” (OIT, 2010, p. 2).

Atualmente, devido às diversas transformações sociofamiliares - a incorporação da mulher ao mercado de trabalho, ao lado do aumento da participação de pais e mães no mercado de trabalho -, surge o desafio de

equilibrar trabalho e família. As mudanças no mercado e nas condições de vida e as alterações sociodemográficas implicaram alterações na organização das famílias, sem que se alterassem, no entanto, as expectativas colocadas socialmente em relação a elas. Nos termos de Gama (2012, p. 149), “apesar dessas mudanças, não ocorreram rupturas significativas nas concepções culturais predominantes que consideram a reprodução social uma responsabilidade das mulheres e não uma necessidade da sociedade”. Isso significa que se espera que a família resolva no âmbito privado as tensões com o trabalho, como fez historicamente, seja por meio da articulação de recursos internos, seja por meio de serviços adquiridos no mercado; tensões que ainda não adquiriram consistência nas respostas via políticas públicas no Brasil.

O estudo das tensões entre trabalho e família surgiu na Europa, na década de 1960. No Brasil, este tema ainda carece de legitimidade e reconhecimento e são pífias as medidas de apoio às famílias no que diz respeito a essa problemática. A Organização Internacional do Trabalho – OIT reforça:

[...] As mudanças nos papéis de gênero e na organização produtiva fizeram o modelo tradicional de conciliação (homem provedor e mulher cuidadora) entre trabalho e família entrar em crise, tornando tensa a relação entre as esferas produtiva e reprodutiva, o que é agravado pela ausência de políticas de conciliação que levem em conta as demandas sociais atuais. A dificuldade de conciliar trabalho e família gera uma série de tensões e custos tanto no local de trabalho, como nos lares e na sociedade como um todo (OIT, 2010, p. 3).

Apesar dos termos articulação e conciliação neste debate serem tratados como sinônimos, Moser (2014) apresenta algumas diferenciações. A articulação é utilizada por alguns autores para destacar uma dimensão mais ampla do equilíbrio entre trabalho e família e remete às políticas públicas e privadas que o possibilitam. Já a conciliação representa, para a autora, uma dimensão mais individual das práticas de conciliar os papéis familiares e profissionais.

A Organização Internacional do Trabalho – OIT colocou em pauta o debate sobre a situação dos trabalhadores e trabalhadoras com reponsabilidades familiares na década de 1960, conceituando e definindo estratégias a serem adotadas pelos Estados membros. No ano de 1981

duas normativas foram expedidas para nortear os países signatários: a Convenção 156 e a Recomendação 165.

A Convenção 156 trata da igualdade de oportunidades e de tratamento para trabalhadores e trabalhadoras com responsabilidades familiares. O documento obriga os Estados a incluir nos objetivos de sua política nacional medidas que permitam que as pessoas com responsabilidades familiares possam acessar empregos sem sofrer discriminação e sem conflitos entre suas responsabilidades familiares e profissionais; prevê, ainda, a liberdade das pessoas para escolher suas ocupações, o acesso à educação e a reintegração à força de trabalho após ausência decorrente das obrigações familiares. Estabelece também que os serviços, comunitários, públicos ou privados, devem considerar as necessidades desse grupo de trabalhadores (OIT, 2010).

A Recomendação 165 aponta medidas de apoio para garantir acesso, permanência e reintegração dos trabalhadores com responsabilidades familiares por meio de medidas que melhorem as condições de vida e de trabalho: propõe que os serviços de assistência à infância e à família sejam ampliados; reconhece que homens e mulheres são responsáveis pelos seus filhos, por isso ambos têm direito a licenças, mesmo após a licença-maternidade, bem como o direito de se ausentarem do trabalho para cuidar dos familiares (OIT, 2010).

As indicações apontadas relacionam-se com a invisibilidade das responsabilidades familiares e do trabalho de cuidados não remunerado, com as mudanças na organização do trabalho e nos papéis de gênero que afetam as responsabilidades familiares, com a ausência de serviços acessíveis para a maioria e menor disponibilidade de apoio intrafamiliar (OIT, 2010). A OIT reforça que os custos necessários à reprodução social são de responsabilidade da sociedade como um todo, não se tratando de uma questão familiar ou um problema isolado das mulheres. “Um novo modelo de conciliação entre trabalho e família pressupõe, portanto, uma corresponsabilidade social com relação ao cuidado e às responsabilidades familiares, a partir das famílias (e dentro delas, entre homens e mulheres), empresas e Estado” (OIT, 2010, p. 4).

Presume-se então que equilibrar as tensões entre as demandas exige articulações da sociedade como um todo, de modo a romper com os vieses de gênero ancorados no modelo de família burguês e a ultrapassar as políticas sociais familistas e compensatórias que, no caso brasileiro, penalizam as famílias que necessitam de assistência pública. É urgente que a legislação trabalhista considere as demandas familiares ao estabelecer os direitos do trabalho e que a educação infantil e os serviços

de apoio aos idosos se façam adequados às necessidades das famílias, e não o contrário.

Gama (2014) realizou um levantamento do marco legal e das políticas relacionadas ao conflito entre família e trabalho, evidenciando a concepção normativa e tentando entender quais os grupos que acessam os benefícios e o tipo de política pública estruturada. A autora estabelece um quadro comparativo da Constituição Brasileira e da CLT com as normativas da OIT no que refere à proteção da maternidade e à “conciliação” entre trabalho e responsabilidades familiares e analisa as proposições do Congresso Nacional, emendas constitucionais e projetos de lei do período entre 1994 e 2010, a fim de mapear o estado da arte das proposições do legislativo brasileiro quanto ao referido conflito. Num segundo momento, analisa as proposições das políticas de educação infantil em relação à sua capacidade de dar conta dos desafios vinculados às tensões entre trabalho e responsabilidades familiares. Trata também dos benefícios da política de assistência social brasileira e sobre o programa de transferência de renda, no intento de verificar aspectos relacionados à concepção, cobertura, critérios de elegibilidades e contrapartidas (GAMA, 2014).

Tendo como pano de fundo as questões de gênero, inicialmente a autora analisa a proteção à maternidade. O Brasil, apesar de não ter ratificado algumas das convenções e recomendações da OIT, conta com as legislações trabalhista e previdenciária em vigor que estabelecem medidas de suporte e proteção à maternidade. Essas medidas buscam possibilitar às mulheres o desempenho de suas funções procriativas e produtivas e evitar qualquer tipo de discriminação no emprego em razão das funções reprodutivas. “Tais medidas especiais de proteção serve para que as mulheres possam exercer seu papel de mãe sem que sejam marginalizadas no mercado de trabalho” (GAMA, 2014, p. 101).

Na CLT e na Constituição Federal a proteção à maternidade é colocada como um direito do trabalho. É proibida a demissão em decorrência da gravidez e de períodos de amamentação. Nos documentos estão estabelecidas outras condições de suporte no período gestacional e os prazos de licença-maternidade, que no Brasil variam de 120 a 180 dias. Este último é específico para servidoras públicas e empregadas de empresas que aderiram à medida. A autora destaca que licença-maternidade brasileira é abrangente, maleável, adequada às condições de saúde da mulher, e garante a integralidade do salário e estabilidade no emprego (GAMA, 2014).

No que se refere às medidas relativas ao trabalho e às responsabilidades familiares, Gama (2014) indica que a CLT versa sobre

aspectos relacionados à igualdade de oportunidades para homens e mulheres no mercado de trabalho com garantias pontuais, mas não aborda diretamente o conflito. A CLT preconiza também que entidades patronais como o SESI, o SESC e outras entidades públicas ofertem serviços de assistência à infância; no entanto, tal mecanismo não obriga as empresas a criar esses espaços. Constatase então que a legislação trabalhista não cobre as demandas do conflito e “[...] instaura o lócus da opcionalidade, da benemerência na provisão de serviços de creche e de cuidado às crianças em idade pré-escolar e não como um direito da esfera do trabalho” (GAMA, 2014, p. 111).

A autora discorre sobre outras medidas que se aproximam de maneira muito sutil do conflito, como o salário-família e as licenças maternidade e paternidade. Sobre esses mecanismos que estão previstos na legislação brasileira, destacam-se alguns aspectos relacionados às muitas deficiências contidas na legislação. Em primeiro lugar, as medidas destinam-se a demandas conciliatórias muito específicas, “[...] desconsiderando que as responsabilidades familiares se referem a homens e mulheres e que perpassam toda vida laboral e familiar do (a) trabalhador (a), não restrita, portanto, à fase reprodutiva (GAMA, 2014, p 113). Outra questão problemática é a vinculação desses direitos ao contrato formal de trabalho, o que exclui parcela significativa dos trabalhadores, já que no Brasil é grande o contingente que está desempregado ou trabalha na informalidade. Outro aspecto inerente à proliferação das medidas são as inúmeras propostas de desregulamentação da legislação trabalhista marcando a retração dos direitos do trabalho (GAMA, 2014).

O Brasil não ratificou a Convenção sobre Trabalhadores e Trabalhadoras com responsabilidades familiares nem outras relacionadas com essa questão. Uma possível causa para a não ratificação dessas normativas relaciona-se com o momento histórico de retração dos direitos trabalhistas e sociais vivido nos anos 1990 e 2000, período que concentrou várias medidas de desregulamentação de direitos do trabalho. Daí deriva uma possível explicação para a não ratificação das medidas, já que se opõem à desregulamentação da legislação social e do trabalho e restringem novas modalidades de contratação e regimes; por outro lado, está a fraca pressão dos movimentos feminista e sindical (GAMA, 2014; MOSER, 2014).

Os serviços de educação infantil também são fundamentais para suporte à família na realização do cuidado e por aliviarem a sobrecarga da família, principalmente das mulheres, no equilíbrio entre trabalho e demandas familiares. Na trajetória de construção da política educacional, Gama (2014, p. 130) menciona que

A discreta percepção social da importância desses equipamentos para a natureza da inserção feminina no trabalho, no Brasil, enfraquece a demanda pela sua ampliação e enraíza a educação infantil no âmbito apenas da educação, apartado das necessidades das famílias em sua relação com o mundo do trabalho e como um instrumento de Política Familiar.

Então, a educação efetiva-se como um direito da criança a ser garantido pelo Estado e não no marco de medidas atenuantes do conflito para pais e mães que trabalham. Este processo acontece articulado com as medidas de ajuste neoliberal, que restringem o caráter universal das ações e as colocam como oferta do mercado. Nesse sentido, a política de educação, principalmente a educação infantil, não toca nas demandas das famílias com relação ao trabalho, mas é “um componente imprescindível da interface educação, trabalho e condição de vida das famílias brasileiras” (GAMA, 2014, p. 144).

Este contexto sugere que as famílias brasileiras continuam enfrentando as tensões entre família e trabalho por meio de estratégias internas e privadas e, em algumas situações, mediadas pelo mercado, o que demarca a ausência do Estado no enfrentamento deste conflito. Considerando a centralidade do trabalho familiar para a reprodução da força de trabalho, tentaremos desvendar em que condições ele é realizado pelo público pesquisado.

1.3 - As exigências pela qualificação profissional e as pressões que recaem sobre a classe trabalhadora

A crise do sistema capitalista e a reestruturação produtiva realizada na tentativa de superá-la foram apresentadas anteriormente, enfatizando-se os seus efeitos deletérios sobre o trabalho. Ressalta-se, porém, que as transformações ocorridas nas condições de trabalho (precariedade, subcontratação, flexibilidade) no cenário econômico (crise do capital, abertura dos mercados, entre outras características) e no papel do Estado refletem principalmente na estrutura do mercado de trabalho,

em que se constatam altas taxas de desemprego e, para aqueles que permanecem empregados, crescente insegurança e precariedade.

A crise do sistema capitalista que se instaurou mundialmente a partir da década de 1970 afetou amplamente a estrutura e a atuação do Estado, pois este teve reduzido seu papel de provedor das políticas públicas universais. Como exemplo, observam-se as políticas de emprego, trabalho e renda, que na vigência do *welfare state* e do pleno emprego buscavam alcançar o bem comum e elevar a qualidade de vida da população e depois passaram a atender às necessidades do mercado e não tratam o problema do desemprego como uma responsabilidade do Estado (SANTOS, 2013). Assim, “[...] Sistemas Públicos de Empregos de diferentes países [...] em regra buscam moldar os perfis dos trabalhadores em busca de emprego às exigências das vagas de emprego disponíveis” (SANTOS, 2013 p. 151).

No Brasil, registra-se um desemprego crescente que marca o país desde a década de 1990; são registradas pequenas variações em função de algumas medidas do governo. Diversas estratégias surgem na tentativa de superá-lo ou ao menos torná-lo menos doloroso à classe trabalhadora. Nesse sentido, o Estado desenvolve e executa políticas voltadas ao mercado de trabalho. Essas políticas são classificadas por Santos (2013) como ativas e passivas. “As políticas ativas buscam dinamizar a demanda e a oferta de trabalho, englobam uma série de ações que tendem a elevar o nível de emprego, geralmente atuando sobre o contingente de trabalhadores” (SANTOS, 2013, p. 154). Entre essas políticas, a autora destaca as ações de formação/qualificação da classe trabalhadora, intermediação de mão de obra com vistas ao ingresso no mercado de trabalho, apoio aos micro e pequenos empreendimentos, subsídios à contratação de determinada população alvo e criação direta de empregos pelo setor público. Já as políticas passivas articulam ações que tendem a aliviar a condição de desempregado, como o seguro-desemprego, a extensão dos ciclos escolares, a aposentadoria precoce, entre outras (SANTOS, 2013). Entre essas medidas, para esta pesquisa interessa discutir as políticas e ações que incentivam a formação/qualificação profissional dos trabalhadores e que servem de instrumento para a inserção do trabalhador no mercado de trabalho (SANTOS, 2013).

As transformações nos processos produtivos destacam ainda a necessidade de um trabalhador com “novo” perfil, que seja capaz de se adaptar às novas situações de trabalho e se tornar empregável num mercado de trabalho cada vez mais competitivo (SOUZA; LUCENA, 2008). Aí também se inscreve o discurso pela elevação dos níveis de escolaridade da classe trabalhadora. “Devido às profundas mudanças

ocorridas no mundo do trabalho e os riscos associados ao desemprego, os trabalhadores buscam na qualificação profissional uma saída para sua inserção no mercado de trabalho” (SOUZA; LUCENA, 2008, p.4). Assim, coloca-se para os trabalhadores a possibilidade ou expectativa de que, ao se elevar a qualificação ou a formação de um indivíduo, aumentam-se as possibilidades de encontrar emprego ou de manter o que já possui (SANTOS, 2013).

Para Amaral (2012, p. 62):

Dentre as inúmeras iniciativas que são implementadas para responder à crise capitalista, a qualificação profissional se apresenta, nos países desenvolvidos e, particularmente, no Brasil, com uma dupla perspectiva: como uma temática central que parece renovar o debate sobre a crise de acumulação e seu enfrentamento e, nesse sentido, tende a envolver todas as classes sociais; e como possibilidade de que esta estratégia viabilize o aumento da produtividade do capital, sua competitividade e se constitua em alternativa ao quadro de desemprego crescente instalado no capitalismo contemporâneo.

Assim, a ideia da qualificação profissional passa ser assumida por todas as classes sociais como uma importante saída para a crise capitalista e como capaz de impulsionar a retomada do crescimento econômico. Amaral (2012) destaca que as iniciativas de qualificação profissional se tornam objetos dos organismos internacionais, dos Estados, do mercado e dos sindicatos, como instrumentos para reverter a crise de acumulação do capital. Na visão dessa autora, os organismos internacionais incentivam a participação de dirigentes sindicais pró-governo na formulação dos programas educacionais e de qualificação profissional, sob a bandeira, para os sindicatos, de que estas medidas resolveriam o desemprego, tido como uma problema resultante da falta de qualificação.

Essa busca inserção no mercado de trabalho via qualificação profissional é marcada por um individualismo, conforme citaram Ferreti e Silva Júnior (2000, p.57):

[...] em tempos de mundialização do capital, de mundialização financeira, desregulamentação, Estado mínimo, monetarismo, terceirização,

estratificação do mercado de trabalho, enfraquecimento de instituições políticas no âmbito da sociedade civil, privatização das relações políticas entre Estado e sociedade, hegemonia das organizações não governamentais em funções antes estatais, flexibilização em geral, etc., as novas políticas educacionais derivam de um novo *contrato social*, pautado no individualismo, no empreendedorismo e na busca de inclusão social por meio de ações privadas pontuais, de orientação assistencialista. Busca-se, por vários meios, transformar a educação em um bem privado, em uma mercadoria, que por alguma via se adquire e se torna propriedade privada do possuidor, acentuando ainda mais o individualismo.

Para os autores, a partir de um modelo de competência, tenta-se manter a subordinação do educacional ao econômico, ressaltando-se atributos individuais dos trabalhadores. Pretende-se ainda transferir as responsabilidades sociais do Estado no que se refere ao emprego, qualificação e educação para a esfera da individualidade do educando, traço que é característico do capitalismo atual (FERRETTI; SILVA JÚNIOR, 2000). Amaral (2012, p. 70) também faz um alerta:

Mobilizadores de interesses estratégicos e solidários e, ao mesmo tempo, individuais, porque trabalhados sempre na perspectiva da apropriação individual de competências para manutenção e aumento da empregabilidade, os formuladores dos programas de qualificação / requalificação têm conseguido construir, na sociedade, um ideário que afirma “esperanças” em torno de uma economia que se movimenta para atender às necessidades de acumulação de capital cada vez maior e onde a seletividade e a desigualdade constituem em princípios imanescentes de funcionamento da dinâmica capitalista. Esperanças cuja concretização é, no mínimo, de pouca possibilidade de efetivação.

Para minimizar os efeitos do desemprego, a educação e a formação profissional surgem como possíveis soluções, pelas funções instrumentais que lhes são atribuídas, ou seja, elas teriam a capacidade de possibilitar a competitividade, intensificar a concorrência e adaptar os trabalhadores às

mudanças técnicas que ocorreram no processo de produção. Este é o discurso dos organismos internacionais, como o Banco Mundial, e de alguns setores do governo (SEGNINI, 2000).

Vincula-se a essa ideia de adaptação dos indivíduos à nova dinâmica produtiva e às novas exigências do mercado a construção de um “novo” tipo de trabalhador. Turmina e Shiroma (2014) analisam os discursos que embasam e justificam a formação de um “novo” tipo de trabalhador operado pelos discursos de autoajuda, que também são incorporados às políticas educacionais. Para elas, o discurso da autoajuda busca construir uma ideologia que reforça uma ideia de progresso individual e das noções de mudança, adaptação, competição e mobilidade social como responsabilidades individuais. As autoras identificam esses discursos como um mecanismo que serve às demandas do capital na medida em que se busca moldar os trabalhadores para atender às necessidades capitalistas, ao passo que “dissemina-se a ideia que cabe ao indivíduo desenvolver ações para sua inserção no mercado de trabalho” (TURMINA; SHIROMA, 2014, p. 166). As autoras informam que, por meio da literatura da autoajuda e de relatórios produzidos pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - Unesco, trata-se de emoldurar os trabalhadores para que desenvolvam uma participação cívica, aliada aos valores da nova sociabilidade forjada pelo neoliberalismo (TURMINA; SHIROMA, 2014).

Por meio de do discurso que busca “ensinar a ser”, as autoras afirmam que a Unesco indica os traços e atributos necessários à formação de um trabalhador ideal à reprodução do capital. Sob a ideologia de “aprender a ser” e da “educação ao longo da vida”, busca-se ajudar o indivíduo a aumentar suas capacidades pessoais. Turmina e Shiroma (2014) afirmam, após a análise de dois relatórios da Unesco, que assim como a literatura da autoajuda, neles se busca construir uma ideologia de instrumentalidade, da adaptação e do consenso.

A literatura da autoajuda “ensina a ser” por fora da escola, mas os relatórios da UNESCO trazem esse discurso para dentro dela, influenciando currículos, a formação de professores, a organização escolar e a gestão educacional com discursos e ações que visam reformar a educação do século XXI [...] (TURMINA; SHIROMA, 2014, p. 177).

Dessa forma, a ideologia do “ensinar a ser” passa a orientar as reformas educacionais mundialmente e responsabiliza a educação pela

situação social dos indivíduos, já que os argumentos operam em “[...] favor da modificação de mentalidade, de comportamento e de atitudes visam moldar para a empregabilidade, para o empreendedorismo e para a conformação ao desemprego” (TURMINA; SHIROMA, 2014, p. 178). Os trabalhadores precisam “aprender a ser” por meio dos seguintes atributos: perseverança, coragem, criatividade, capacidade para inovar, flexibilidade, pensamento positivo, disciplina, caráter, paciência, economia, entre outros.

Assim, conforma-se a “perspectiva instrumental da educação que se expressa como se fosse capaz de garantir emprego ou, até mesmo, trabalho” (SEGNINI, 2000, p. 75). No entanto, essa perspectiva passa a ser questionada a partir da análise dos níveis de desemprego crescente de pessoas escolarizadas. Exemplo disso são os jovens, que constituem o grupo mais escolarizado e mais desempregado ou inserido em trabalhos precários (SEGNINI, 2000). O que ocorre é a existência do exército industrial de reserva, que permite maiores níveis de seletividade nos processos de contratação.

Em outros termos, as exigências de maiores níveis escolares acabam funcionando como filtro no momento de seleção dos trabalhadores, porque se assim não fosse ficaria inviável para as empresas selecionarem seus trabalhadores devido ao alto índice de pessoas desempregadas e com baixos níveis de escolaridade (SOUZA; LUCENA, 2008, p. 2).

O desemprego é encarado como um problema individual e a responsabilidade pela inserção profissional fica a cargo do trabalhador e de sua família, “[...] pois os mesmos são culpados por não estarem aptos a ingressarem no mercado, não acompanharem as mudanças ocorridas e não se qualificarem” (SOUZA; LUCENA, 2008); ou seja, “transfere-se do social para o individual a responsabilidade pela inserção profissional dos indivíduos” (PAIVA, 2001, p. 59). A busca pela qualificação passa a ser uma das saídas que os trabalhadores buscam para se ingressar no mercado de trabalho e a educação aparece como forma de valorizar a empregabilidade (SOUZA; LUCENA, 2008). Desconsidera-se que o desemprego é inerente ao crescimento econômico (SEGNINI, 2000).

A qualificação (escolaridade e formação profissional) se transformou no fetiche capaz de romper esse processo. Somas vultosas estão sendo gastas no mundo inteiro para qualificar trabalhadores. Os resultados são pífios se

mensurados a partir da reinserção no mercado de trabalho, como atestam pesquisas em vários países (SEGNINI, 2000, p. 77).

Assim, a “empregabilidade” torna-se o resultado do somatório de conhecimentos, habilidades e empenho individual de adequação. Para isso, as instituições que oferecem educação devem tornar o público atendido empregável, por meio de cursos adequados à demanda e permeados por elementos subjetivos capazes de assegurar maior adesão aos objetivos do mercado. “Digamos que a contração do mercado de trabalho aprofunda a subsunção do sistema educacional (e especialmente da educação profissional) aos requisitos do capital” (PAIVA, 2001, p. 59).

A educação concebida desta forma articula-se com as afirmações de Mészáros (2008), autor que a aponta como uma peça do capitalismo, colocada como um mecanismo de perpetuação e reprodução do sistema (MÉSZÁROS, 2008). Ele afirma que “o impacto da incorrigível lógica do capital sobre a educação tem sido grande ao longo do desenvolvimento do sistema” (MÉSZÁROS, 2008, p. 35). Isso porque a educação institucionalizada, além de fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva do sistema do capital, gera e transmite valores legitimadores dos interesses dominantes.

A questão principal, nesse quadro da educação como funcional ao capital, é assegurar que cada indivíduo adote para si as metas de reprodução do sistema. Isso é possível por meio da internalização, pelos indivíduos, da “legitimidade da posição que lhes foi atribuída na hierarquia social, juntamente com suas expectativas ‘adequadas’ e as formas de conduta ‘certas’, mais ou menos explicitamente estipuladas nesse terreno” (MÉSZÁROS, 2008, p. 44). Para o autor, uma das principais funções da educação formal é produzir conformidade e consenso, por isso não se pode esperar que a educação, por si só, consiga dar conta da tarefa de “*romper com a lógica do capital no interesse da sobrevivência humana*” (MÉSZÁROS, 2008, p. 45, grifo do autor). Isso significa que, para Mészáros, não haverá possibilidade de alteração dos sistemas educacionais formais sem alteração do sistema como um todo e isso implica romper com todos os sistemas de internalização.

A qualificação profissional no Brasil, neste momento, é mantida via políticas de educação, de trabalho e renda, iniciativas de organizações privadas e de associações patronais e empresas. Inserem-se aí os Institutos Federais, o Sistema S, as ações dos sindicatos e os centros de formação de mão de obra das próprias empresas. A educação profissional e tecnológica, da qual o IFSC é constitutivo, foi assim apontada no Art. 39

da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, alterada pela Lei nº 11.741/2008:

A educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia (BRASIL, 2008).

O Decreto nº 5.154 de 2004, que regulamenta a educação profissional, aponta que esta será desenvolvida por meio de cursos de qualificação que incluem formação inicial e continuada de trabalhadores, educação profissional técnica de nível médio e educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação. O Art. 2º deste decreto afirma:

A educação profissional deverá seguir as seguintes premissas: I – Organização, por áreas profissionais, em função da estrutura sócio ocupacional e tecnológica; II – Articulação de esforços de áreas da educação, do trabalho e emprego, e da ciência e tecnologia; III – A centralidade do trabalho como princípio educativo; IV – a indissociabilidade entre teoria e prática (BRASIL, 2004).

No Art. 3º destaca que os cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores incluem a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização, em todos os níveis de escolaridade, e poderão ser ofertados segundo itinerários formativos, objetivando o desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva e social. Constata-se que o trabalho é uma referência fundamental para a educação profissional, uma vez que aparece como princípio educativo e mantém o objetivo de desenvolver a capacidade laborativa do público atendido por essa modalidade de ensino.

Lima e Lopes (2005) destacam que existe uma falsa identidade entre educação e qualificação, como se esta derivasse daquela, e confusão entre os termos: qualificação profissional, educação profissional, capacitação profissional e formação profissional. Os autores conceituam qualificação como uma “relação social construída pela interação dos agentes sociais do trabalho, em torno da propriedade, significado e uso do conhecimento construído no e pelo trabalho” (LIMA; LOPES, 2005, p. 10). Já a educação é entendida como um

processo sistematizado de aquisição de conhecimentos gerais e específicos, que pressupõe a existência de um conjunto de relações entre os agentes sociais da educação, em particular entre o educador e o educando, relativas à apropriação, significado e uso do conhecimento construído pela humanidade (LIMA; LOPES, 2005, p. 11).

Em paralelo com a regulamentação da educação profissional no âmbito do Ministério da Educação – MEC, existem os programas subsidiados e orientados pelo Ministério do Trabalho e do Emprego – MTE. A qualificação, na concepção deste ministério, é “um conjunto de políticas que se situam na fronteira do Trabalho e da Educação, intrinsecamente vinculadas a um projeto de desenvolvimento incluyente, distribuidor de renda e redutor de desigualdades sociais” (LIMA; LOPES, 2005, p. 31).

Apesar do discurso que valoriza a educação como porta de saída para o desemprego, vale ressaltar que ela, sozinha, não garante a empregabilidade, pois o desemprego é resultado de questões estruturais do capital e somente uma alteração das bases do capitalismo poderia alterar o desanimador cenário do mercado de trabalho.

Mesmo com todo o aparato de medidas reguladoras das iniciativas de qualificação profissional, dos incentivos de algumas empresas e dos vultosos investimentos feitos pelo Estado nos últimos anos, isso não altera as pressões que recaem sobre o trabalhador e sua família. As respostas são sempre individualizadas e é delegada à família a função de apoio e garantia de condições para que os processos educativos se viabilizem.

Ávila e Portes (2009) discutem as condições de mulheres pertencentes a famílias pobres e que precisam desempenhar uma tripla jornada de trabalho: o trabalho remunerado, o trabalho doméstico e o curso superior para a permanência na universidade. Essas mulheres enfrentam cotidianamente um grande desafio para conciliar os diferentes tempos/espacos e são submetidas a situações constantes de estresse, ansiedade e pressão. O grupo familiar aparece como fonte de apoio importante para a permanência no curso:

Ainda que o percurso e a experiência escolar sejam influenciados por todo um conjunto de diferentes redes de configuração, para as mulheres, sujeitos sociais desta pesquisa, **é no interior das relações de interdependência entre família e escola que se edificam as principais possibilidades de**

longevidade e sucesso escolar. Os relatos das expectativas e das limitações dessas mulheres deixam claro que elas têm plena consciência de que sua possibilidade de sucesso na universidade depende, em grande medida, da **ajuda recebida de sua rede de configuração familiar** (ÁVILA; PORTES, 2012, p. 828, grifos nossos).

Constata-se uma dependência das interlocuções estabelecidas no âmbito da família. Observa-se também que, ainda que a empresa incentive a participação dos trabalhadores em programas de qualificação e formação profissional (por subsídio financeiro ou outras medidas), as horas dedicadas ao estudo quase nunca são computadas como tempo de trabalho e é o trabalhador que precisa resolver como encaixar os custos e as exigências de tempo para a qualificação, na sua rotina e na rotina da família. Essa conciliação normalmente se dá em detrimento do tempo de convívio com os familiares, de descanso e de lazer, o que intensifica as situações de estresse e adoecimento.

Nessas condições, os trabalhadores seguem na labuta diária de se sustentar via venda de sua força e de se atualizarem suficientemente para se manterem empregados e dar conta da família, dos filhos e da casa.

2 – O CONTEXTO DA PESQUISA: A CIDADE, O DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA TÊXTIL E O IFSC DE JARAGUÁ DO SUL

Neste capítulo serão apresentados aspectos sobre o contexto da pesquisa, traçando-se um panorama sobre a cidade de Jaraguá do Sul: um pouco sobre a formação histórica da cidade, a colonização, a formação e desenvolvimento das indústrias têxteis e alguns elementos culturais. Na sequência, apresentar-se-á o Instituto Federal de Santa Catarina e a sua implantação na cidade. Serão apresentados também os procedimentos metodológicos e a eleição dos sujeitos pesquisados, bem como um perfil das famílias entrevistadas.

2.1 - JARAGUÁ DO SUL: O DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA TÊXTIL E ALGUMAS PECULIARIDADES

Jaraguá do Sul e municípios vizinhos foram construídos a partir de um processo intenso de migração de pessoas de ascendência europeia. A Colônia Jaraguá, como era denominada no período, foi colonizada a partir de 1890 por colonos alemães, italianos e húngaros deslocados de outras áreas, tais como Joinville e Blumenau, por não terem se adaptado nessas regiões (SCHÖRNER, 2000).

Os colonos do município de Jaraguá do Sul viviam isolados devido às condições das vias de comunicação e à escassez de dinheiro. Isso os levou a produzir tudo o que podiam em suas propriedades, buscando o mínimo nas vendas. Diante disso, às atividades econômicas (agricultura e criação de animais) que garantiam a sobrevivência somava-se uma pequena indústria doméstica de transformação de produtos agrícolas. A divisão do trabalho era de acordo com a composição da família: aos homens era reservado o trabalho mais pesado; as mulheres eram responsáveis pelo cuidado com a horta, com a casa e preparo dos alimentos; as crianças ajudavam à medida que cresciam. A propriedade era patriarcal, sendo indiscutível a autoridade do pai. “Ou seja, a sociedade colonial se reproduz a partir de mecanismos que são sancionados pela comunidade e que são costumeiros” (SCHÖRNER, 2000, p. 42).

O crescimento das pequenas indústrias está ligado à satisfação das necessidades, por isso era necessário produzir o que faltava para a colônia. Geralmente essas indústrias eram mantidas pela família do

proprietário e não tinham então características de empresa industrial, com grandes capitais.

No ano de 1936 foi instalada na cidade a primeira fábrica do ramo de tricotagem e malharia, a Heins Marquardt, que produzia artigos de malha e vestuário de banho com fios de algodão. “A instalação dessa malharia marca uma nova fase na industrialização de Jaraguá do Sul, uma vez que antes dela as fábricas da cidade estavam ligadas, com raras exceções, à transformação dos produtos agrícolas e as atividades extrativistas (madeiras)” (SCHÖRNER, 2000, p. 60).

Um dos problemas enfrentados pelas malharias foi a falta de mão de obra capacitada para lidar com as máquinas. Para solucionar este problema, a fábrica treinou um dos filhos dos proprietários e depois criou um centro de treinamento para formar mão de obra. As malharias tiveram êxito após a Primeira Guerra mundial, o que significou, para o Brasil como um todo, aumento na produção têxtil. “Convém lembrar que os têxteis foram os primeiros produtos a entrar na pauta da substituição das importações brasileiras” (MOSER, 1985, p. 55). Por isso, muitos funcionários saíram da empresa para montar as suas próprias fábricas. Outras indústrias se estabeleceram nesse período nos ramos de malhas e de metalurgia, o que fez o município adentrar na década de 1940 com o seu perfil praticamente definido.

O desenvolvimento das indústrias em Jaraguá do Sul foi favorecido pela localização geográfica desta cidade entre Blumenau e Joinville (dois importantes polos industriais do Estado) e também pela rede ferroviária que possibilitava o escoamento dos produtos e o acesso ao Porto de São Francisco do Sul, bem como a troca de informações a respeito de produtos, matéria-prima e tecnologia (SCHÖRNER, 2000). No período da Segunda Guerra Mundial, a região ampliou a exportação para outras regiões do país, em virtude de dificuldades para importações. Foram exportados óleo de sassafrás, fécula e essências, produtos alimentícios e têxteis.

O crescimento do parque industrial de Jaraguá do Sul acompanhou o cenário catarinense e nacional a partir do desenvolvimentismo na década de 1950. As pequenas indústrias iniciaram a busca pelas economias de escala, almejando o mercado nacional. “É essa mentalidade produtiva que proporciona a Jaraguá do Sul passar para outro estágio de desenvolvimento industrial: a ‘indústria dinâmica’ ou a ‘grande indústria’, caracterizada pelo crescimento considerável do setor metal-mecânico e do vestuário” (SCHÖRNER, 2000, p. 69).

A partir da década de 1960 registra-se expansão na indústria do município, que contava com infraestrutura de serviços especializados:

bancos, escolas, hospitais, energia elétrica regular, serviços de telefonia, agências de correios e telégrafos, entre outros. A mão de obra vinha da migração dos trabalhadores de outros centros para Jaraguá do Sul e do êxodo rural e êxodo agrícola, já que o tamanho das propriedades tornava-se insuficiente para garantir o sustento da família. Essas pessoas não se desfaziam da propriedade no campo; o trabalho na indústria, para o qual estavam desqualificadas, era um complemento de renda.

As dificuldades de sobrevivência em atividades agrícolas e as escassas oportunidades de emprego fabril em regiões do Estado do Paraná e em outras regiões de Santa Catarina também contribuíram para o êxodo rural. No entanto, apesar das oportunidades que as cidades industrializadas forneciam, apresentavam-se também alguns obstáculos, tais como a falta de qualificação profissional do migrante, a falta de moradia, de escolaridade e, possivelmente, discriminação (SCHÖRNER, 2000). Este autor caracteriza esse processo:

Diante disso podemos dizer que o município de Jaraguá do Sul apresenta duas partes bem distintas, duas cidades, por assim dizer. Uma delas é a cidade legal, a cidade assistida pelos órgãos públicos, da infraestrutura (calçamento, água, esgoto e ônibus). A outra é a cidade “ilegal”, construída em loteamentos clandestinos e habitada por migrantes, por pessoas que sonham em serem incorporadas ao progresso da cidade, de terem chances de crescerem e de viverem dignamente. Ou seja, são pessoas, trabalhadores que participam do processo de acumulação sem que possam beneficiar-se dos seus frutos, haja vista que para o capital os trabalhadores só interessam como fonte de acumulação, que é conseguida através da produção de mercadorias e outras riquezas (SCHÖRNER, 2000, p. 81).

Este processo migratório registra uma diferenciação entre os colonizadores e os migrantes. As pessoas de ascendência europeia, que colonizaram a cidade, são reconhecidas pela capacidade e pelo amor ao trabalho. Para os colonizadores, essas características não são entendidas pelos “de fora”, principalmente por aqueles oriundos de regiões do Paraná. Essas diferenciações são percebidas até hoje, embora de maneira mais sutil. Percebe-se uma valorização da “cultura do trabalho” e das pessoas de ascendência germânica. Este processo sinaliza características

que sempre marcarão a composição da classe trabalhadora da região, inicialmente formada pelos colonos-operários¹⁵ (aqueles que trabalhavam na lavoura e, de forma complementar, na fábrica) e por aqueles que migraram de outras regiões a partir da década de 1970. Sobre a “cultura do trabalho” em Jaraguá do Sul, Coimbra (2013) informa que é perpassada pelo componente étnico dos povos que colonizaram Santa Catarina, ou seja, é influenciada também por valores e tradições históricas, não é construída apenas pelas representações universais do trabalho articuladas com o capitalismo flexível.

A situação da mão de obra local se enquadrar na condição de colono – operário era vantajosa para as empresas. Como as famílias mantinham o vínculo com a agricultura, conseguiam plantar o básico para a sua sobrevivência e tinham renda extra com a comercialização de alguns dos produtos. Essa condição permitia que as empresas pagassem salários mais baixos, já que o custo de vida não era tão elevado. Do ponto de vista da organização dos trabalhadores, essa condição enfraquecia o movimento operário. Os colonos-operários conciliavam o trabalho na agricultura com o trabalho na fábrica devido à divisão do trabalho em turnos, deixando livre parte do dia. Estes trabalhadores possuíam dupla jornada de trabalho e, no caso das mulheres, geralmente três jornadas: a fábrica, a lavoura e a casa. A inserção das mulheres nas indústrias têxteis-vestuaristas passou a ser vista como um *status* para as mulheres dos imigrantes, por se relacionar com o fato do trabalho na indústria ser um trabalho limpo, longe da enxada e do sol. A costureira passou a fazer as roupas das pessoas, a costurar os produtos principais das empresas (COIMBRA, 2013).

Outro aspecto intrínseco à formação do parque fabril da região é a descentralização do trabalho para estruturas produtivas diferenciadas, como as facções. Conforme registra Schörner (2000, p. 125),

O trabalho industrial a domicílio presente em Jaraguá do Sul nas indústrias do vestuário, principalmente, tem suas raízes nos séculos XVI e

¹⁵ Para Schörner (2000, p. 91) esse grupo é assim definido: “Os colonos operários são um grupo peculiar de trabalhadores: moram no campo e são donos de pequenas propriedades de terra, nas quais plantam o necessário para a sobrevivência do grupo doméstico e também para a comercialização. O aspecto importante desse trabalhador é a sua dupla condição, isto é, ser, ao mesmo tempo, proprietário e dono, e trabalhador fabril subordinado aos ditames do capital dentro das fábricas da região”.

XVII na Europa, com a emergência da economia doméstica, quando a vida familiar e trabalho estavam interligados. Toda a família trabalhava na própria casa, utilizando máquinas bastante rudimentares para fabricar artigos de várias espécies.

As facções de costura passaram a funcionar na cidade na década de 1980 e cresceram significativamente na década de 1990. O trabalho em domicílio na cidade resulta dos processos de reestruturação produtiva, com a flexibilização e terceirização do trabalho, implicando redução dos direitos dos trabalhadores. Além do setor têxtil e vestuário, está presente também no setor metalúrgico, em que são terceirizados os serviços de torno, fresa, solda, etc.. No discurso dos empresários, a ênfase na descentralização da produção representa criação de novos empregos, e a industrialização da sociedade seria importante para acabar com a ilegalidade e fundamental para a constituição de novas empresas.

As “vantagens” do trabalho no domicílio para os trabalhadores são as seguintes: não há deslocamento, o que significa economia de tempo e nos custos com transporte; as mulheres, principalmente, apontam o fato de conseguirem ficar junto dos filhos e da família, já que a casa é ao mesmo tempo espaço de produção e residência; e o salário que é pago por peça ou produção pode ser maior que o obtido diretamente na fábrica. Este, contudo, só será alcançado por meio da auto exploração a partir do trabalho realizado predominantemente por mulheres (SCHÖRNER, 2000). O autor destaca que aquelas que são casadas e com filhos são as preferidas pelo empresário, já que apresentam qualidades como autodisciplina, responsabilidade, pontualidade e produtividade.

Para as mulheres impõe-se um delicado equilíbrio entre a necessidade de realizar um trabalho gerador de renda e a manutenção de seu papel tradicional de mãe e esposa; representa trabalho em tempo parcial, como uma complementação do orçamento familiar, porém uma superposição do espaço e do tempo profissional e doméstico, o que favorece o acúmulo de tarefas. Depreende-se que

[...] a ideologia da domesticidade é reforçada pelas características desse tipo de emprego. Em outras palavras, o fato dessas mulheres trabalharem isoladamente, sem colegas, comunicando-se intermitentemente e esporadicamente com seu empregador, sem possibilidade de carreira ou promoção, ignoradas pelos sindicatos e excluídas

dos benefícios sociais atribuídos aos trabalhadores assalariados, faz com que encontrem muitas dificuldades para diferenciar a sua identidade profissional daquela de mãe e esposa (SCHÖRNER, 2000, p. 138).

Este quadro reforça a divisão sexual do trabalho, demarcando claramente qual a posição a ser ocupada pela mulher. Reforça também a transformação da família em pequenas unidades de produção e reprodução social, em que se articulam atividades econômicas, domésticas e escolares, sem limites claros entre o que pertence ao trabalho e o que pertence à vida familiar (SCHÖRNER, 2000).

Atualmente, a cidade possui um parque industrial amplamente desenvolvido, com empresas que se expandiram nacional e internacionalmente. Com população estimada pelo IBGE para 2014 de 160 mil habitantes, 7.290 empresas atuantes no ano de 2012 e salário médio mensal de 3,2 salários mínimos, Jaraguá do Sul continua atraindo trabalhadores de diversas partes do estado e do país que se deslocam em busca de melhores condições de vida. O desenvolvimento do parque industrial justificou a implantação de um câmpus do IFSC, na época CEFET, no ano de 1994, segundo câmpus do estado a ser implantado fora da capital, Florianópolis. O IFSC com a missão, desde a sua origem, de qualificar mão de obra para atuar na indústria, atendendo a demandas locais e regionais, é referência na cidade e é a única instituição de ensino federal lá implantada.

Para detalhar o ponto de partida desta pesquisa, apresenta-se brevemente, a seguir, o histórico do IFSC e sua implantação em Jaraguá do Sul.

2.2 – O INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA E SUA ATUAÇÃO EM JARAGUÁ DO SUL

O ensino profissional no Brasil foi criado no ano de 1909 por meio do Decreto nº 7566, expedido pelo Presidente da República, que determinou a implantação das Escolas de Aprendizes Artífices – EAA - em todas as capitais. As EAA tinham como objetivo habilitar, com preparo técnico e intelectual, os filhos dos desfavorecidos e incentivar os hábitos do trabalho, para assim afastá-los da ociosidade, do vício e do crime. Essas escolas eram custeadas pela União, algumas em parceria com os estados, e pelo comércio dos produtos fabricados nas oficinas. Em

Santa Catarina a EAA – SC foi instalada no dia 1º de setembro de 1910, em Florianópolis (ALMEIDA, 2010).

Com a Lei nº 378 de 1937, a EAA– SC transformou-se em Liceu Industrial de Santa Catarina. A criação dos liceus estava articulada com o processo de industrialização do Brasil e com a crescente demanda por mão de obra especializada. As bases para o ensino industrial no país foram então estabelecidas pelo Decreto-Lei nº 4.073 de 1942, que direcionou o ensino prioritariamente para a preparação profissional dos trabalhadores da indústria. Nesse contexto, foram criados os liceus, com objetivo de “[...] propagar e fortalecer o ensino industrial em todo o território brasileiro” (ALMEIDA, 2010, p. 42).

No processo de consolidação no Estado de Santa Catarina, a escola mudou de nome diversas vezes¹⁶, mas sempre manteve o objetivo de formar mão de obra para as demandas do mercado de trabalho, com ênfase na área industrial. O projeto de expansão iniciou-se em 1987 com o processo de implantação da Unidade de São José da Escola Técnica Federal (ALMEIDA, 2010).

Em 1994 foi criada a Unidade Descentralizada de Jaraguá do Sul – UnED/JS (atual Câmpus Jaraguá do Sul). Inicialmente, a unidade funcionou com imóvel e funcionários cedidos pela prefeitura municipal. Os primeiros cursos foram o núcleo comum e os técnicos em eletromecânica e têxtil. Em 2004 foi criado o curso de moda e estilismo, o único dessa área em toda a escola. Em 2005, após uma reestruturação nos cursos, outros foram implantados: Curso Técnico de Mecânica Industrial, Curso Técnico de Eletrotécnica e Curso Técnico Têxtil (malharia e confecção) (ALMEIDA, 2010).

A ampliação da oferta de cursos para jovens e adultos aconteceu no ano de 2004, quando foi criado o curso de Ensino Médio para Jovens e Adultos, nesse momento denominado de EMJA, oferecido na Unidade Florianópolis. Esse curso tinha as seguintes características: atender alunos com idade superior a 21 anos, período de duração de três módulos e ingresso por meio de sorteio público. O EMJA foi substituído pelo Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, instituído no ano de 2005. Dando continuidade ao plano de expansão iniciado em 1988 e aproveitando o plano de expansão da rede federal de educação

¹⁶ 1909 – Escola de Aprendizizes e Artífices; 1937 – Liceu Industrial de Santa Catarina; 1965 – Escola Industrial Federal de Santa Catarina; 1968 – Escola Técnica Federal de Santa Catarina; 1994 – Centros Federais de Educação Tecnológica; 2008 – Instituto Federal de Santa Catarina (ALMEIDA, 2010).

profissional, científica e tecnológica, em 2006 o CEFET – SC inaugurou mais três unidades: Unidade Joinville, Unidade Continente e Unidade Chapecó; e em seguida a Unidade Araranguá (ALMEIDA, 2010).

A Lei nº 11.892 de 2008 instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou os Institutos Federais, estabelecendo-os como instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi especializadas na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades, em muitos aspectos equiparadas às universidades. Entre as finalidades e características dos Institutos Federais estão: formar e qualificar cidadãos para a atuação profissional em diversos setores da economia, enfatizando o desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional; desenvolver programas de extensão e divulgação científica e tecnológica; realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico (BRASIL, 2008).

A partir de então, ficou instituída a área de atuação dos Institutos Federais que, conforme o art. 7º da Lei nº 11.892/2008, é composta por: educação profissional técnica de nível médio, cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores de todos os níveis de escolaridade, realização de pesquisas e atividades de extensão, educação superior, pós-graduação *lato* e *stricto sensu* e estímulo a processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional (BRASIL, 2008). Com essa alteração, as unidades de ensino passaram a ser denominadas “câmpus”¹⁷ (ALMEIDA, 2010).

Na cidade de Jaraguá do Sul estão localizados dois câmpus do IFSC: o Jaraguá do Sul e o e Geraldo Werninghaus. Com o objetivo de formar mão de obra qualificada para atender às principais demandas da região, os cursos ofertados nos dois câmpus estão direcionados para o perfil econômico dos municípios. No câmpus Geraldo Werninghaus são

¹⁷Atualmente, o IFSC conta com dezenove câmpus implantados e três em implantação, assim distribuídos pelo estado: Câmpus Florianópolis, Câmpus São José, Câmpus Jaraguá do Sul, Câmpus Joinville, Câmpus Chapecó, Câmpus Araranguá, Câmpus Florianópolis – Continente, Câmpus Itajaí, Câmpus Criciúma, Câmpus Urupema, Câmpus Lages, Câmpus Palhoça (bilíngue), Câmpus Gaspar, Câmpus Canoinhas, Câmpus Caçador, Câmpus São Miguel do Oeste, Câmpus Xanxerê, Câmpus Geraldo Werninghaus, Câmpus Garopaba, Câmpus São Carlos, Câmpus Tubarão e Câmpus Avançado São Lourenço do Oeste.

ofertados cursos voltados para as áreas de mecânica e eletrotécnica, de modo a formar profissionais para atuar na indústria metal mecânica¹⁸. Já no câmpus Jaraguá do Sul, os cursos concentram-se nas áreas de física, química, malharia e vestuário, com vistas à formação de trabalhadores para atuar nas empresas têxteis e de vestuário¹⁹.

Além desses cursos, o câmpus Jaraguá do Sul oferta também, desde 2014, o curso Técnico em Vestuário – PROEJA/CERTIFIC. Os cursos desenvolvidos na modalidade do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos –PROEJA buscam a inserção de pessoas que não concluíram os estudos no ambiente escolar, aliando a conclusão do ensino médio com a formação profissional. O programa foi instituído pelo Decreto nº 5.840/ 2006.

Conforme os documentos bases elaborados pelo Ministério da Educação – MEC, o PROEJA concretiza uma política de inclusão social e emancipatória, ao oferecer uma formação plena e integrada, aliando escolarização e educação profissional. Esse programa apoia-se na convergência de três áreas da educação que consideram: “a formação para atuação no mundo do trabalho (EPT – Educação Profissional e Tecnológica); o modo próprio de fazer educação, considerando as especificidades dos sujeitos jovens e adultos (EJA); e a formação para o exercício da cidadania (Educação Básica)” (BRASIL, 2007a). Enfatiza-se que a EJA deve contemplar a elevação da escolaridade aliada à profissionalização, auxiliando a integração sociolaboral de um grande contingente de cidadãos excluídos do direito de concluir a educação básica e de acessar a educação profissional com qualidade (BRASIL, 2007b).

O programa pressupõe compreender o jovem e o adulto como trabalhador e como cidadão, percebendo o sujeito nas suas múltiplas dimensões: sua identidade como jovem ou adulto, trabalhador e cidadão, construídas com base nas referências de espaço, tempo e diversidade

¹⁸ No ano de 2014, os cursos ofertados no Campus Geraldo Werninghaus foram: graduação em Tecnologia em Fabricação Mecânica; cursos técnicos em Mecânica e Eletrotécnica. Fonte: <http://gw.ifsc.edu.br/site/index.php?option=com_content&view=article&id=100&Itemid=143>.

¹⁹ No ano de 2014, os cursos ofertados no Câmpus de Jaraguá do Sul foram: curso Técnico Integrado em Química; curso Técnico Subsequente em Malharia e em Vestuário; graduação em Física – Licenciatura; PROEJA - Técnico em Vestuário. Fonte: <<https://curso.ifsc.edu.br/>>.

sociocultural. Outro aspecto importante do programa é considerar o trabalho como princípio educativo, baseando-se na compreensão do trabalho como atividade vital para a existência e reprodução da vida humana e da sociedade. Por isso, faz-se necessário superar as “falsas dicotomias entre o conhecimento científico e o conhecimento do senso comum e entre teoria e prática” (BRASIL, 2007a, p. 28). Dessa forma, a articulação entre ciência e tecnologia é fundamental para a integração entre educação básica e profissional (BRASIL, 2007a).

O PROEJA alia-se aos discursos produtivistas e à emergência de um novo perfil de trabalhador pós-toyotismo. O Ministério da Educação - MEC reconhece as novas demandas de formação:

A introdução de novas tecnologias e técnicas de gestão apontam para uma formação integral dos trabalhadores, que, para permitir sua inserção permanência no mundo do trabalho, devem considerar: maior conhecimento científico e tecnológico; raciocínio lógico e capacidade de abstração; capacidade de redigir e compreender textos; maior iniciativa, sociabilidade e liderança; maior capacidade de lidar com problemas novos, criatividade e inovação; solidariedade, capacidade de organização e atuação em grupo, consciência dos próprios direitos; e capacidade de tomar decisões (BRASIL, 2007a, p. 28).

Em outro documento, o Ministério da Educação destaca as pretensões do PROEJA:

Nesse sentido, o que realmente se pretende é a formação humana, no seu sentido lato, com acesso ao universo de saberes e conhecimentos científicos e tecnológicos produzidos historicamente pela humanidade, integrada a uma formação profissional que permita compreender o mundo, compreender-se no mundo e nele atuar na busca de melhoria das próprias condições de vida e da construção de uma sociedade socialmente justa. A perspectiva precisa ser, portanto, de formação na vida e para a vida e não apenas de qualificação do mercado ou para ele (BRASIL, 2007b, p. 13).

Relacionando-se com o contexto social e econômico adverso que permeia a realidade brasileira, de crescente exclusão social, desemprego estrutural, desassalariamento, desemprego juvenil, baixa escolaridade e qualificação insuficiente dos trabalhadores, concentração de riqueza e reestruturação produtiva, a inclusão da EJA nos Institutos Federais de educação busca romper com os processos constantes de exclusão que permeiam a vida da classe trabalhadora. A articulação entre a EJA e a educação profissional e tecnológica busca superar as dicotomias e fragmentações presentes no cotidiano da educação brasileira e apresentar como produto final uma educação essencialmente integral. A formação integral do educando, proporcionada por uma educação básica sólida estreitamente vinculada com a educação profissional, contribui para integração social do educando (BRASIL, 2007b).

Em síntese, a oferta organizada se faz orientada a proporcionar a formação de cidadãos-profissionais capazes de compreender a realidade social, econômica, política, cultural e do mundo do trabalho, para nele inserir-se e atuar de forma ética e competente, técnica e politicamente, visando à transformação da sociedade em função dos interesses sociais e coletivos especialmente os da classe trabalhadora (BRASIL, 2007b, p. 35).

Associada à ideia de implementar políticas globais e específicas que apoiem a consolidação das bases para um projeto societário de caráter mais ético e humano, a educação profissional e tecnológica exige adotar uma política de educação e qualificação que supere a adaptação e preparação do trabalhador para o mercado capitalista, mas que esteja amparada em um “processo crítico, emancipador e fertilizador de outro mundo possível” (BRASIL, 2007b).

Já o processo de Certificação de Saberes Profissionais – CERTIFIC permite que o trabalhador valide as unidades curriculares cujo conhecimento já foi obtido partir de experiências de trabalho. O curso Técnico em Vestuário (PROEJA – CERTIFIC) proporciona educação de nível médio integrada à educação profissional; oferta 35 vagas no período matutino e 35 vagas no período vespertino e tem carga horária total de 2400 horas. Seis anos é o período máximo para conclusão.

Aliado às diretrizes nacionais para o PROEJA, o IFSC Câmpus Jaraguá do Sul propôs como um projeto piloto o curso Técnico de Nível Médio em Vestuário. Este curso na modalidade PROEJA é integrado ao CERTIFIC e por meio dele o IFSC Câmpus Jaraguá do Sul busca atender

às necessidades reais dos trabalhadores (IFSC, 2014). O curso busca contemplar a certificação dos saberes profissionais para os trabalhadores que atingirem desempenho satisfatório nas competências de uma ou mais disciplinas do curso. O processo compreende também o reconhecimento dos saberes escolares a partir da análise do histórico escolar do estudante, caso já tenha frequentado alguma parte do ensino médio. A partir do reconhecimento dos saberes escolares e da certificação dos saberes profissionais é estabelecido o ponto de partida do itinerário formativo.

Além disso, o curso tem a finalidade de “quebrar os paradigmas em relação às propostas de ensino voltadas a metodologias fragmentadas do saber” (IFSC, 2014, p. 9). Nessa visão, a prática pedagógica pretende eliminar o estudo de disciplinas separadamente e a adotar uma “metodologia contextualizada às vivências reais dos estudantes trabalhadores, alternando momentos de formação em sala de aula e no trabalho” (IFSC, 2014, p. 9). A organização curricular prevê certa autonomia ao estudante trabalhador: ele é que “definirá em quantos dias da semana deseja estudar e em quanto tempo deseja finalizar o curso” (IFSC, 2014, p. 12). Nesse formato, busca-se o seguinte perfil profissional de conclusão:

O egresso será o cidadão capaz de operacionalizar e avaliar o processo produtivo de artigos do vestuário e supervisionar, acompanhar, coordenar e desenvolver equipes de trabalho referentes a esse processo com segurança e responsabilidade socioambiental integrando as competências do Ensino Médio (IFSC, 2014, p. 13).

2.3 – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E A ELEIÇÃO DOS SUJEITOS DA PESQUISA

O objetivo geral desta pesquisa que é conhecer e analisar as condições de vida e trabalho das famílias inseridas no setor têxtil na cidade de Jaraguá do Sul que estão vinculadas, por meio de um de seus responsáveis, a programas de qualificação profissional. Os objetivos específicos foram estabelecidos para proporcionar um conhecimento mais aprofundado das formas de vida e de trabalho das famílias que se dedicam a produzir para o setor têxtil. Os objetivos, bem como as características do público em estudo, definiram a escolha dos procedimentos metodológicos.

Partiu-se do pressuposto de que a realidade social é permeada por contradições; por isso, foram empreendidos esforços para apreender as

particularidades, as singularidades e desvendar o fenômeno em estudo. Foi constante a busca por evidenciar as condições sociais dos sujeitos estudados e as conexões que estabelecem entre si.

A abordagem de pesquisa adequada para atender aos objetivos aqui propostos é a qualitativa, que possibilita compreender a natureza de um fenômeno social (RICHARDSON, 1999). Esse autor ressalta que

Os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos (RICHARDSON, 1999, p. 80).

Nas pesquisas de natureza qualitativa é imprescindível o contato direto com os sujeitos da pesquisa. Este estudo, ao invés de abordar temas e amostras de grande proporção, analisou os fatos de forma a possibilitar a análise profunda, tanto quanto possível, priorizando aquilo que está mais próximo do sujeito e que repercute diretamente na sua vida (MARTINELLI, 1999). Para isso adotou-se a noção, apontada por Martinelli (1999), de sujeito coletivo, que destaca a pessoa pesquisada como uma referência grupal, por expressar as vivências do seu grupo. Assim, “o importante nesse contexto, **não é o número de pessoas que vai prestar a informação, mas o significado que esses sujeitos têm, em função do que estamos buscando com a pesquisa**” (MARTINELLI, 1999, p. 24, grifo da autora). Nesse sentido, o número de sujeitos entrevistados não foi definido *a priori*, mas sim pelo “ponto de saturação”, ou seja, a coleta de dados foi encerrada no momento em que foi identificado que se chegou ao conjunto de informações que poderia ser obtido com relação ao tema (MARTINELLI, 1999, p. 24). Para Deslandes (2013, p. 48) o ponto de saturação acontece quando “as concepções, explicações e sentidos atribuídos pelos sujeitos começam a ter uma regularidade de apresentação”.

O público a ser pesquisado foi selecionado a partir dos estudantes do Instituto Federal de Santa Catarina - IFSC, Câmpus Jaraguá do Sul, matriculados no curso Técnico em Vestuário (PROEJA-CERTIFIC) no ano de 2014 e primeiro semestre de 2015 e com vínculo de trabalho no setor têxtil, ou seja, nas indústrias, nas facções ou nos domicílios. Nas

turmas que se iniciaram no ano de 2014 matricularam-se 38 estudantes, e no ano de 2015, 59 estudantes. Totalizaram-se quatro turmas, duas no período vespertino e duas no matutino. Dessa forma, o universo total de pesquisa é composto de 98 estudantes. A proporção por sexo dos estudantes é de 33 homens e 65 mulheres, conforme apresentado no gráfico a seguir:

Gráfico 1: Distribuição dos alunos por sexo.



Fonte: Questionário de pesquisa aplicado aos trabalhadores. Elaboração da autora, 2015.

Buscou-se um contato inicial com os estudantes durante as aulas no IFSC. Foi realizada uma visita à turma do período matutino do ano de 2014, porém poucos alunos estavam presentes e a abordagem não foi efetiva. Percebeu-se que seria difícil encontrar todos reunidos em sala no mesmo dia, pois os alunos têm autonomia para eleger os dias que frequentam as aulas. A essa dificuldade acrescenta-se a condição da pesquisadora de ser trabalhadora e estudante e, por isso, estava ausente de Jaraguá do Sul de segunda a sexta-feira, o que exigiu algumas negociações com o público a ser pesquisado. Diante disso, decidiu-se fazer contato por telefone.

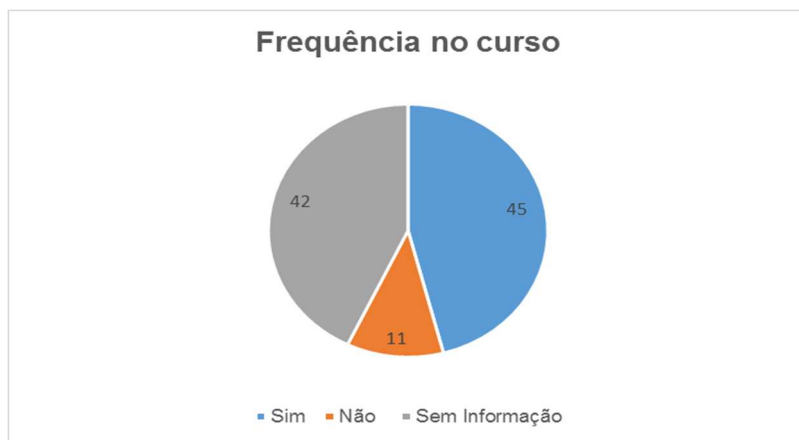
Os relatórios do registro acadêmico do IFSC foram utilizados como material de apoio para obter informações sobre a identificação pessoal, endereço e telefone. Nesses relatórios constam as seguintes

informações: número de matrícula, nome do estudante, endereço residencial e endereço eletrônico (e-mail), telefone residencial, comercial e celular. Foram encontradas algumas dificuldades para se concretizar o contato telefônico: acredita-se que muitos mudaram os números desde a matrícula até a data da pesquisa; a rotina de trabalho e estudos também dificultou os contatos. Para minimizar os prejuízos, tentou-se contato nos três períodos - manhã, tarde e noite -, mas ainda assim com 39 estudantes não foi possível falar por telefone. Foram contatados 50 estudantes.

O contato por telefone serviu para uma breve apresentação da pesquisadora e dos objetivos da pesquisa, identificar as pessoas que realmente estavam frequentando o curso, qual a forma de inserção no mercado de trabalho e qual a composição familiar (basicamente, se moram sozinhos, com os pais ou já constituíram famílias). Esses elementos serviram à definição do público a ser pesquisado.

Do universo total de estudantes constatou-se que 45 continuavam frequentando o curso, 11 desistiram e 42 ficaram na categoria sem informação. Nessa categoria estão os 39 com os quais não houve contato telefônico e outros que não mencionaram sobre isso. O gráfico a seguir ilustra o levantamento:

Gráfico 2: Frequência no curso.

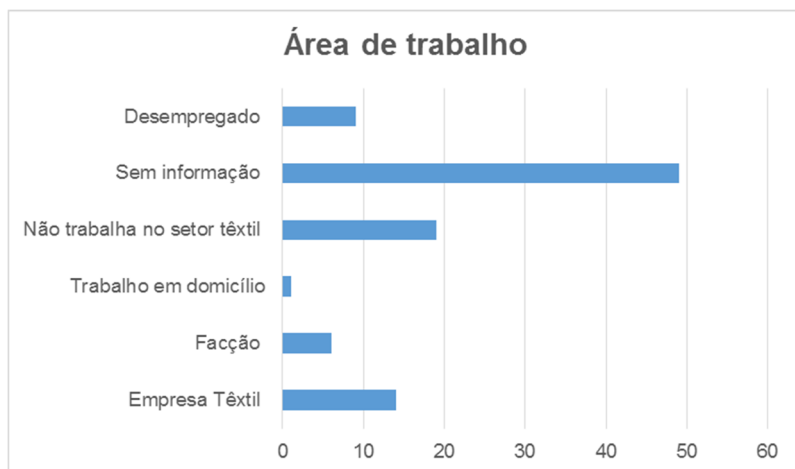


Fonte: Questionário de pesquisa aplicado aos trabalhadores. Elaboração da autora, 2015.

A situação encontrada sobre a área de trabalho dos estudantes foi a seguinte: dos 98 alunos matriculados no curso, 14 trabalhavam em

empresas do setor têxtil, 6 em facções têxteis, 01 trabalhava em domicílio, 19 não trabalhavam no setor têxtil, 9 estavam desempregados e de 49 não foi possível obter essa informação, pois alguns logo de início informavam que não estavam estudando e, por isso, não prestavam maiores informações por telefone. O detalhamento desses dados consta no gráfico abaixo:

Gráfico 3: Área de trabalho.



Fonte: Questionário de pesquisa aplicado aos trabalhadores. Elaboração da autora, 2015.

Após esta seleção inicial, pôde-se constatar que das 21 pessoas que trabalhavam na área têxtil, 3 desistiram do curso e 4 moravam sozinhas ou com os pais²⁰, por isso foram excluídas do universo de pesquisa. Então, dos 98 alunos, apenas 14 atenderam aos requisitos para a pesquisa, ou seja, estavam frequentando o curso, trabalhavam no setor têxtil e já constituíram família (companheiro e/ou filhos). Feito este breve trabalho de identificação, foram marcadas as entrevistas.

²⁰ Os estudantes que moram sozinhos ou com os pais foram excluídos do público a ser pesquisado pelo entendimento de que as tensões entre família e trabalho, se existirem, expressam-se de forma diferenciada. O critério de possuir cônjuge e/ou filhos não estava definido no projeto de pesquisa, mas foi incluído, pois se mostrou fundamental para delinear o conflito entre família, trabalho e qualificação profissional, assim como para nortear as estratégias de equilíbrio.

A entrevista foi escolhida por ser considerada a técnica de pesquisa mais adequada para permitir o conhecimento em profundidade da realidade do sujeito, pois o relato oral permite conhecer a interpretação que o sujeito faz da sua vida: “Ele conta as suas vivências e experiências como as tem sentido, relata a sua cotidianidade na forma por ele vivenciada, ou relata o legado dos antepassados na forma como entendeu” (ROJAS, 1999, p. 89).

Os dados foram coletados por meio de entrevista semiestruturada, “[...] que combina perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada” (MINAYO, 2013, p. 64). A entrevista foi adotada, portanto, como técnica de pesquisa porque é uma forma privilegiada de interação social que possibilita obter informações diretamente dos sujeitos pesquisados e reflete a compreensão deles acerca da sua realidade (MINAYO, 2013). O roteiro da entrevista semiestruturada consta no apêndice A. Das 14 famílias que atendiam aos requisitos da pesquisa, 10 foram entrevistadas, momento em que se atingiu o ponto de saturação.

De acordo com o planejamento da pesquisa, buscar-se-ia entrevistar o estudante e, sempre que possível, o cônjuge/companheiro. Essa escolha permitiria aprofundar o conhecimento acerca da realidade dos sujeitos, apreender as diferentes visões do cotidiano e o que pensavam sobre o trabalho. Foram realizadas 12 entrevistas com 10 famílias, nas quais foram ouvidos 11 estudantes e 4 cônjuges. O número de estudantes foi superior ao número de famílias entrevistadas porque em uma delas o casal é aluno do curso Técnico em Vestuário – PROEJA/CERTIFIC. Em duas famílias foi possível entrevistar o casal individualmente. Nas demais, a entrevista com o estudante e o cônjuge aconteceu simultaneamente. Apenas 4 cônjuges foram entrevistados porque 3 estudantes estão separadas e as outras 3 não aprovaram a entrevista ao cônjuge. Todas as entrevistas foram realizadas nos domicílios das famílias para facilitar o acesso e a interação. A prioridade pelo domicílio justifica-se pelo fato de possibilitar conhecer o local de moradia e de trabalho e as implicações que se estabelecem a partir do espaço físico (para aqueles que ali trabalham) e por oportunizar a observação da interação familiar e o contato com outros membros da família. Foi utilizado o recurso de gravação das falas no momento das entrevistas, sob autorização expressa, por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (apêndice B), dos sujeitos entrevistados. Posteriormente as falas foram transcritas para garantir a fidedignidade das informações obtidas e preservar o conteúdo. A pesquisa respeitou os requisitos da

ética na pesquisa e foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFSC por meio do Parecer 1.129.916.

Vale destacar que todas as famílias foram receptivas e compreenderam a necessidade da pesquisadora de realizar as entrevistas aos sábados e feriados, já que a distância entre o local de trabalho e de pesquisa impõe algumas dificuldades. Durante as entrevistas, as falas precisaram de ser interrompidas algumas vezes para que as mães, principalmente, pudessem dar atenção aos filhos e driblar o interesse dos pequenos pelo aparelho celular usado para a gravação. Isso foi totalmente compreendido pela pesquisadora, já que aos sábados e feriados dificilmente as famílias conseguem terceirizar o cuidados dos filhos. As entrevistas duraram de quarenta minutos a uma hora e vinte minutos e foi dada liberdade para que os entrevistados acrescentassem outros aspectos ao conteúdo.

2.4 - PERFIL DAS FAMÍLIAS

Esta seção busca apresentar características gerais do público pesquisado, como: composição familiar, idade, tipo de inserção no setor têxtil, renda familiar, número e idade dos filhos e naturalidade do entrevistado e do cônjuge. Para garantir o anonimato dos sujeitos, todos os nomes são fictícios.

Dos 11 estudantes entrevistados, 7 estão matriculados na turma que se iniciou no ano de 2014 e 4 na turma de 2015. O público, composto por 2 homens e 9 mulheres, evidencia a tendência geral do curso, cuja maioria dos estudantes é do sexo feminino. Sobre o tipo de inserção no setor têxtil, temos o seguinte: 6 trabalham em empresa têxtil, 4 em facção e apenas uma trabalhadora entrevistada costura em domicílio, sem as características que conformam uma facção. Dois dos trabalhadores em facções são proprietários dos estabelecimentos e a facção fica junto da casa, o que guarda muitas semelhanças com o trabalho em domicílio. Coincidentemente, todas as mulheres entrevistadas trabalham na mesma empresa. Jacinto trabalha em empresa diferente. Os nomes das empresas não serão divulgados por questões éticas.

Considera-se que a pequena amostra de trabalhadores em domicílio não prejudica o alcance dos objetivos da pesquisa, já que a realidade daqueles que possuem facção em casa é semelhante e permite estabelecer conexões e traçar um quadro comparativo.

A tabela abaixo apresenta algumas características das famílias.

Tabela 1: Características gerais das famílias:

Nome fictício do estudante	Idade	Cônjuge	Idade	N° de filhos	Idade dos filhos	Inserção no mercado de trabalho	Renda família	Familiar residente no domicílio
Amarílis	26	Dendron	27	0		Amarílis - empresa têxtil Dendron: empresa têxtil	R\$ 2.900,00	Não
Antúrio	29	Gérbera	25	5	6, 4 3, 2 e 3 meses	Facção em domicílio	R\$ 3.000,00	Não
Açucena	24	Jacinto	25	2	3 e 1 ano	Açucena - facção (sogra) Jacinto - empresa têxtil.	R\$ 1.600,00	Não
Margarida	23	Narciso	30	1	2	Margarida - costura em domicílio Narciso - empresa do ramo metalúrgico	R\$ 2.500,00	Irmão de Narciso
Rosa	31	separada		3	12, 8 e 5	Rosa - empresa têxtil	R\$ 1.200,00	Não
Íris	26	Delfim	25	1	3	Íris - facção (vizinho) Delfim - empresa do ramo metalúrgico	R\$ 3.000,00	Mãe de Delfim
Astromélia	41	separada		2	16, 9	Astromélia - empresa têxtil	R\$ 1.500,00	Não
Dália	27	Lírio	26	1	8 (irmã)	Dália - empresa têxtil. Lírio - empresa do ramo metal mecânico	R\$ 7.000,00	Pai de Dália
Azaléia	35	Crisântemo	34	1	2	Azaléia - facção em domicílio. Crisântemo - motorista.	R\$ 1.900,00	Não
Cilósia	39	Gerânio (moram na mesma casa mas	28	1	8	Cilósia - empresa têxtil Gerânio - mecânico	R\$ 2.400,00	Não

		informa que estão separado						
--	--	-------------------------------------	--	--	--	--	--	--

Fonte: Questionário de pesquisa aplicado aos trabalhadores. Elaboração da autora, 2015.

O público pesquisado é relativamente jovem, com idade entre 23 e 41 anos para os estudantes e 25 e 34 anos para os cônjuges/companheiros. O número de filhos por família varia entre 0 e 5; a maioria das famílias tem apenas um filho. Os filhos têm idade entre 3 meses e 16 anos. As idades dos filhos indicam que as famílias vivem uma fase inicial do ciclo vital, com filhos pequenos e dependentes. As idades dos estudantes e seus pares mostram que eles se encontram em plena fase produtiva, em contraste com a fase reprodutiva, já iniciada por quase todas as famílias. Na classificação por tipo de arranjo familiar, predominam as famílias nucleares (5), seguidas pelas famílias extensas (3) e duas famílias monoparentais, compostas por mãe e filhos.

Amarílis tem 26 anos, vive em união estável com Dendron há um ano. É funcionária de empresa têxtil, mas no momento da entrevista estava afastada do trabalho por problemas de saúde. A renda média mensal recebida por Amarílis é de R\$ 900,00. Dendron, 27 anos, trabalha como tecelão em uma empresa do ramo têxtil. Como os dois trabalham em empresa com carteira assinada, têm assegurados os direitos trabalhistas. O casal não possui filhos. Ambos são estudantes do curso Técnico em Vestuário PROEJA/CERTIFIC no período matutino. O casal é natural de Jaraguá do Sul e reside numa casa cedida pelos pais de Amarílis. Ela abandonou os estudos quando tinha 17 anos e estava no 3º ano do ensino médio. Somente Amarílis foi entrevistada.

Antúrio²¹, 29 anos, é casado com Gérbera, 25 anos, com quem tem cinco filhas com idades de 6, 4, 3, 2 anos e a mais nova tem três meses. Antúrio e Gérbera possuem uma facção anexa à casa, onde possuem cinco máquinas de costura e contam com a ajuda de outra costureira. A facção é informal e nenhum deles contribui para a Previdência Social. A renda mensal obtida pelo casal é de aproximadamente R\$ 3.000,00 por mês. A

²¹ No questionário semiestruturado não constava pergunta sobre a naturalidade. Esse dado foi informado livremente pelos entrevistados, por isso não consta essa informação sobre a família de Antúrio.

família reside na casa dos pais de Antúrio, que foi dividida para abrigar as duas famílias. Antúrio abandonou os estudos quando estava na 8ª série do ensino fundamental. A entrevista foi realizada com o casal.

Açucena, 24 anos, é natural de Curitiba – PR e mora em Jaraguá do Sul há 10 anos. É casada com Jacinto, 25 anos, natural de Jaraguá do Sul. Jacinto trabalha em uma empresa têxtil com salário mensal de R\$ 1.200,00, aproximadamente. O casal tem dois filhos com idades de 3 e 1 ano. Açucena trabalha como costureira na casa sogra, que possui uma facção informal. Recebe por peça costurada, por isso sua remuneração é variável, cerca de R\$ 400,00 a R\$ 500,00 por mês, sem contribuição para a Previdência Social. A família reside em uma cidade vizinha a Jaraguá do Sul e mora em casa alugada, pela qual pagam R\$ 650,00 mensais. Jacinto também é estudante do curso Técnico em Vestuário PROEJA/CERTIFIC. Ela estudou até o segundo ano do ensino médio e ele não concluiu o primeiro ano desse nível de ensino. Ambos foram entrevistados individualmente.

Margarida, 23 anos, é natural de Dois Vizinhos – PR e está em Jaraguá do Sul desde pequena. Seu cônjuge é Narciso, 30 anos, natural de Quedas do Iguaçu – PR. O casal tem um filho de 2 anos e, na data da entrevista, Margarida estava no quinto mês de gestação de uma menina. Um irmão de Narciso mora junto com a família. Margarida costura em domicílio, adquiriu cinco máquinas e sua remuneração é por peça. Conta com a ajuda de Narciso na atividade de costura e a remuneração recebida pelos dois com esse trabalho é de R\$ 1.000,00 mensais, aproximadamente. Margarida não contribui para o INSS. Narciso, além de ajudar no trabalho de costura, trabalha numa empresa do ramo metalúrgico; seu salário é de R\$ 1.500,00 por mês. A família possui um apartamento próprio, mas mora em casa alugada. Narciso também participou da pesquisa.

Rosa, 31 anos, é natural da cidade Rio Negro – PR e mora na cidade há 14 anos. Mora com os três filhos que têm idade de 12, 8 e 5 anos. Separou-se do pai dos filhos no final do ano de 2012. Na data da entrevista, Rosa estava trabalhando há um mês em uma empresa têxtil e seu salário era de R\$ 1.200,00 mensais. O apartamento onde a família mora é próprio, está financiado e foi adquirido por meio de uma parceria com a prefeitura municipal. O custo mensal do financiamento é de R\$ 220,00 durante 15 anos. Rosa estudou até a 8ª série do ensino fundamental e depois desistiu. O pai dos filhos de Rosa contribui de forma sazonal, já que não há valor de pensão estabelecido judicialmente.

Íris, 26 anos, é natural de Gaspar – SC e mora em Jaraguá do Sul desde 2009. Há seis anos é casada com Delfim, 25 anos, natural de

Rondônia. Trabalha informalmente como costureira na facção de um vizinho e recebe por peça produzida. Sua renda mensal é de aproximadamente R\$ 500,00. Para complementar esse valor, Íris revende lingerie, o que lhe rende R\$500,00, e sobre este valor paga a contribuição previdenciária. Já Delfim trabalha em uma empresa do ramo metal mecânico, com salário mensal de R\$ 1.300,00. O casal tem uma filha de 3 anos e mora na casa da mãe de Delfim, de modo que não tem custo com moradia. Íris abandonou os estudos quando estava no 1º ano do ensino médio. O casal foi entrevistado.

Astromélia, 41 anos, natural de Apucarana- PR, está na cidade há 2 anos. Mora com as duas filhas, de 16 e 9 anos, e está em processo de separação do marido, que trabalha em outra cidade e, quando retorna, uma vez por mês, ainda se hospeda na casa da família. Astromélia trabalha em uma empresa têxtil e recebe aproximadamente R\$ 1.500,00 por mês. O ex-marido contribui para o sustento da família, mas não ainda não definiram um valor fixo a ser pago a título de pensão. A residência onde a família mora é alugada e o valor pago é de R\$ 700,00.

Dália, 27 anos, natural de Rio Negrinho – SC, está morando em Jaraguá do Sul desde os 12 anos de idade. Trabalha na mesma empresa têxtil há 10 anos e hoje está num cargo de supervisão com salário médio de R\$ 3.000,00. Vive em união estável com Lírio, 26 anos, que trabalha em uma empresa do ramo metal mecânico e seu rendimento mensal também fica em torno de R\$ 3.000,00. O pai, de 68 anos, e a irmã de Dália, de 8 anos, também moram na casa. Os rendimentos da aposentadoria e do trabalho como zelador do pai de Dália também contribuem para o sustento da família. A residência é própria. Todos têm os direitos trabalhistas garantidos. Dália abandonou os estudos quando cursava o 1º ano do ensino médio devido a um acidente de moto que a obrigou a se afastar das aulas por longo período.

Azaleia tem 35 anos, é natural de Laranjeiras do Sul – PR e se mudou para Jaraguá do Sul quando ainda era criança. Montou uma facção informal num espaço ao lado de sua casa, onde tem uma pessoal que costura com ela. A remuneração obtida com a facção é de aproximadamente R\$ 800,00. É casada com Crisântemo, 34 anos, e têm uma filha de 2 anos de idade. Crisântemo é motorista, também informal, e recebe cerca de R\$ 1.200,00 mensalmente. A casa da família localiza-se nos fundos da casa dos pais de Azaleia e foi cedida por eles.

Cilósia, 39 anos, é natural de São Paulo e está morando em Jaraguá do Sul há cerca de cinco anos. Trabalha em uma empresa têxtil há seis meses e recebe em média R\$ 1.300,00 por mês. Está em processo de separação de Gerânio, 28, que trabalha como mecânico e recebe

R\$ 1.100,00 mensalmente. Cilósia tem uma filha de 8 anos de idade. Apesar de estarem separados, Cilósia informou que ela e Gerânio ainda vivem na mesma casa, pois não possuem condições financeiras de pagar outro aluguel. O apartamento onde vivem é alugado e por ele pagam R\$ 650,00 por mês.

Tabela 2 - Nível de rendimento e escolaridade dos entrevistados e cônjuges/companheiros.

Estudante	Renda	Escolaridade	Cônjuge / Companheiro	Renda	Escolaridade
Amarílis	R\$ 900,00	Ensino médio incompleto	Dendron	R\$ 1.700,00	Ensino médio incompleto
Antúrio	R\$ 1.500,00	Ensino médio incompleto	Gérbera	R\$ 1.500,00	Ensino médio completo
Açucena	R\$ 500,00	Ensino médio incompleto	Jacinto	R\$ 1.200,00	Ensino médio incompleto
Margarida	R\$ 1.000,00	Ensino médio incompleto	Narciso	R\$ 1.500,00	Ensino médio completo (Técnico)
Rosa	R\$ 1.200,00	Ensino Médio incompleto			
Íris	R\$ 1.000,00	Ensino médio incompleto	Delfim	R\$ 1.300,00	Ensino médio completo
Astromélia	R\$ 1.500,00	Ensino médio incompleto			
Dália	R\$ 3.000,00	Ensino médio completo	Lírio	R\$ 3.000,00	Superior completo
Azaleia	R\$ 800,00	Ensino médio incompleto	Crisântemo	R\$ 1.200,00	Ensino médio completo
Colósia	R\$ 1.300,00	Ensino médio incompleto	Gerânio	R\$ 1.100,00	Não Informou

Fonte: Questionário de pesquisa aplicado aos trabalhadores. Elaboração da autora, 2015.

Na situação de Açucena, percebe-se uma significativa variação de renda, que é justificada pelo tipo de atividade e pelo número de horas trabalhadas, pois ela costura cerca de 4 horas por dia e o cônjuge é funcionário de empresa têxtil.

O valor informado como renda por Íris é proveniente de duas fontes: o trabalho como costureira e o de vendas de *lingerie*, ambos de obtenção variável de valores.

Cilósia alegou que está se separando de Gerânio e por isso não informou muitos detalhes sobre a vida do ex-cônjuge. Durante a entrevista percebeu-se que não ela se sente à vontade em falar da vida dele.

A maioria dos cônjuges completou o ensino médio. Os dois que ainda não completaram esse nível de escolaridade estão matriculados no curso Técnico em Vestuário – PROEJA/CERTIFIC. Analisando-se sob a perspectiva de desigualdades de gênero, não se observam grandes discrepâncias no padrão de rendimentos entre homens e mulheres.

3 - O PANORAMA DO TRABALHO DAS FAMÍLIAS NO SETOR TÊXTIL DE JARAGUÁ DO SUL

Este capítulo tem como objetivo apresentar as características do trabalho remunerado e não remunerado no setor têxtil. Para retratar as condições de trabalho, as informações foram divididas em dois tópicos: o primeiro trata sobre a indústria, as funções desempenhadas por cada trabalhador, o tempo que estão na empresa e se a identificam como compreensiva em relação às demandas familiares, entre outras; o segundo abordará as facções e o trabalho em domicílio, apresentando a remuneração recebida por cada peça costurada e a organização dessa atividade, entre outras informações.

3.1 – AS CONDIÇÕES DO TRABALHO NA INDÚSTRIA TÊXTIL

O trabalho fabril em Jaraguá do Sul tem horários rígidos para entrada, saídas e refeições. Grande parte das empresas, principalmente aquelas de maior porte, produzem vinte e quatro horas por dia e os trabalhadores dividem-se em três turnos de trabalho²². O tempo de intervalo para refeições no primeiro e no segundo turno é de 30 minutos. No terceiro turno, este tempo é de 15 minutos, pois a jornada de trabalho é menor. As refeições são fornecidas na empresa e como contrapartida no pagamento do funcionário descontado em folha. Uma das empresas possui ambulatório com profissionais de enfermagem e médicos de diversas especialidades. O salário que recebem está dentro da média da região, pois, de acordo com os dados do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Vestuário (STIV) de Jaraguá do Sul e região, após a convenção coletiva de trabalho do ano de 2015, o salário admissional é de R\$ 1.030,00, e o salário normativo, pago àqueles com mais de 90 dias de trabalho, é de R\$ 1.100,00 (STIV, 2015)²³.

²² A maioria das indústrias de Jaraguá do Sul funciona 24 horas por dia. Geralmente dividem as jornadas de trabalho em três turnos com os horários organizados da seguinte forma: o primeiro turno: das 5h às 14h:18min; segundo turno: das 14h18min às 23h, e terceiro: das 23h às 5h. Algumas empresas trabalham no horário comercial, o “horário normal” como se diz na região, que compreende o período das 8h às 17h.

²³ Informação disponível em: <<http://stiv.org.br/capa/?p=411>>. Acesso em: 28 mai..2015.

Para materializar o cenário industrial, será apresentada a realidade de cada um dos trabalhadores, conforme se fazia presente na ocasião das entrevistas.

Rosa está no primeiro mês de trabalho na empresa e atua no setor de expedição, onde se separam, embalam, empacotam e despacham as peças para os clientes. Procurou esta empresa para trabalhar por indicação de uma amiga. É o seu primeiro vínculo empregatício no setor têxtil. Antes ela trabalhava como auxiliar de cozinha em um restaurante.

Cilósia também está há cinco meses em seu primeiro vínculo empregatício no setor têxtil. O reconhecimento da empresa como boa para trabalhar e o salário a atraíram, mas ressaltou que, pelo que tem visto, o salário está no mesmo patamar das demais empresas. Sua função é a de revisora, uma das etapas finais da produção, responsável pela identificação da necessidade de reparos nas peças. Apesar de estar trabalhando e estudando no ramo, Cilósia não pensa em ser costureira, pois alega que não tem o “dom” para costurar.

A função de Amarílis é a de alimentadora de linha de produção. Nessa atividade, abastece as mesas de produção e transporta mercadorias em contêiner para o setor de expedição. Está há dois anos e quatro meses na empresa e há um ano afastada do trabalho por motivo de doença. Amarílis escolheu essa empresa para ser sua primeira experiência no segmento têxtil pelo bom conceito e pela qualidade das roupas ali fabricadas. Hoje, porém, sua visão é diferente: “*Eu acho que não é o trabalho dos sonhos*” (Amarílis). A insatisfação é justificada pelas dificuldades que enfrentou quando precisou se afastar do trabalho por indicação médica. Ela acredita que o excesso de peso exigido pela atividade que desenvolvia contribuiu para o seu adoecimento. Menciona que não recebeu atendimento adequado da equipe médica, pois houve resistência para aceitarem o atestado médico.

Astromélia trabalhou por muitos anos como costureira em facções informais do Paraná. Sempre sonhou em trabalhar na empresa onde está há um ano e seis meses. A escolha foi motivada pelas oportunidades disponíveis aos funcionários, mas Astromélia destaca que não quer mais trabalhar na costura. Sua função agora é separar as peças após serem cortadas, direcionar o que vai para as facções, para a estamparia ou para o bordado. Escolheu trabalhar no terceiro turno, pois a jornada é menor e durante o dia pode estudar e ficar com as filhas.

Dália é a trabalhadora que ocupa o cargo de maior *status*: é supervisora do setor de corte do terceiro turno. Este também é o seu primeiro emprego no setor têxtil e está na empresa há dez anos. A escolha

foi ocasional; quando adolescente, foi incentivada pela mãe a “fazer uma ficha na empresa”, já que esta era próxima de sua casa.

Jacinto trocou o ramo metalúrgico pelo têxtil há um ano e seis meses porque o serviço no setor têxtil é “mais limpo”. Atua no controle do recebimento da mercadoria que vem das empresas terceirizadas.

As condições de trabalho no setor têxtil no bojo da acumulação flexível e da reestruturação produtiva já foram explicitadas. Recordando as características do processo produtivo durante o fordismo, percebe-se que o setor têxtil guarda semelhanças com esse período, pois a produção é parcelada e fragmentada. O relato dos trabalhadores mostra a persistente separação entre elaboração e execução dos produtos. As inovações tecnológicas foram adotadas em algumas etapas, mas o grosso da produção, principalmente na parte de montagem das peças, segue basicamente manual.

A desarticulação da luta e organização da classe trabalhadora é presente entre os trabalhadores pesquisados. Nenhum deles é sindicalizado e alguns mostraram desconhecimento sobre o papel do sindicato, acreditam que seja algo relacionado a consultas médicas e benefícios na área saúde. Isso retrata “o retrocesso do poder sindical” (HARVEY, 2011) com a entrada da acumulação flexível. Com apoio nos apontamentos de Harvey (2011), Antunes (1997) e Alves (2000), constata-se a articulação de aspectos fordistas e toyotistas nas indústrias do setor, que define a superexploração do trabalho vivo.

A análise da inserção dos trabalhadores na empresa mostra que todos ocupam postos na produção que não exigem qualificação, o que pode ser determinado pela baixa escolaridade e pelo tempo que estão empregados (varia de um mês a dois anos). O pouco tempo de vínculo empregatício pode explicar a ainda não ascensão a cargos de grande responsabilidade e de maior remuneração. Constata-se que nenhum dos funcionários da empresa atua como costureira (o). Certamente, isso se deve ao alto índice de terceirização dessa atividade.

Perguntou-se aos trabalhadores como avaliam as suas relações no trabalho e com a empresa e se a identificam como compreensiva em relação às demandas familiares. As respostas indicam como a empresa lida com as situações de atestados médicos por adoecimento do funcionário ou dos filhos e com necessidade de se ausentar da atividade laboral para atender a emergências relacionadas à família.

Dália assim avalia a sua relação com a empresa:

Eu acho muito boa. É uma empresa que, claro, tem seus pós e seus contras como toda empresa, mas é

uma empresa muito boa para trabalhar. Se você consegue ter responsabilidade e compromisso com ela, ela também consegue te passar uma confiança muito grande. Ela sabe ver o teu lado também. Quando a minha mãe ficou doente, eu tive que me afastar. Eu fiquei um tempo afastada porque daí ela era pequenininha (a irmã) a minha mãe ficou um tempo internada, eu precisava ficar com a minha mãe no hospital. Eu fui lá, falei com eles e eles entenderam numa boa, seguraram o meu emprego o tempo que eu precisei. É uma empresa assim que eu não tenho do que reclamar (Dália, grifos nossos).

Dália menciona que sente orgulho de fazer parte da empresa, pois passou sete anos no chão de fábrica. Foi reconhecida e valorizada por isso e está há três anos no cargo de supervisão. Para ela, a empresa compreende as demandas da família e citou exemplos de situações em que precisou se ausentar do trabalho para cuidar da irmã ou quando estava doente e não teve problemas. Entretanto, alerta que foram situações bem esporádicas: *“Só que assim, você tem que ter um motivo compreensível e você não pode abusar, tudo dentro do limite”*. Apesar de Dália avaliar positivamente a sua relação com a empresa, aponta que a compreensão das demandas da família são limitadas, uma vez que as faltas ao trabalho precisam estar dentro de um limite e ter uma justificativa convincente.

Os apontamentos de Amarílis se opõem à opinião de Dália, pois a primeira considera que a empresa não valoriza o trabalho dos funcionários nem compreende as suas demandas. Menciona que, quando concluir os estudos, se o reconhecimento por parte da empresa não mudar, vai procurar um emprego melhor. Mostrou-se insatisfeita com o salário que recebe e sua visão é a que mais destoa entre os trabalhadores daquela empresa:

Ah, tipo assim. A gente parece que não é tão valorizado na empresa, sabe? Daí eu procuro assim uma empresa que saiba valorizar o trabalho que a gente faz. [...] Eu acho que na empresa tem gente que trabalha cinco, dez anos. Surge uma vaga, vamos supor, para uma determinada área. Tem alguns que olham os estudos, alguns não, mas geralmente quando eu estou há cinco anos, você entrou hoje, eles dão preferência para você. Eles não olham o teu curriculum, nada, eles vão lá e

olham só pela pessoa. Eles não sabem olhar o curriculum, sabe? (Amarílis).

As discrepâncias entre os discursos de Dália e Amarílis justificam-se, em parte, pelos postos de trabalho que ocupam. Dália tem uma longa trajetória, passou por vários setores da produção e atualmente ocupa um cargo de confiança. As suas palavras revelam que, primeiro, o trabalhador deve ter responsabilidade com a empresa para depois receber confiança. Já Amarílis ingressou-se sem experiência no ramo e pouco tempo depois se afastou para tratamento de saúde, não mais disponibilizando sua mão de obra. Diante disso, evidenciam-se as desigualdades no tratamento dados aos trabalhadores de uma mesma empresa.

Rosa não fez referência a situações de compreensão da empresa para com as demandas familiares porque foi contratada recentemente. Supõe-se que ainda não tenha passado por situações desse tipo, mas disse que gosta das relações no local de trabalho. Já Astromélia informou que não enfrentou empecilhos quando precisou sair do trabalho para cuidar das filhas, porém, isso aconteceu apenas uma vez. O transporte que utiliza no deslocamento para o trabalho é fornecido pela empresa; logo, se ela precisar sair mais cedo, terá de utilizar transporte próprio.

Cilósia relatou que tem recebido assistência da empresa de diversas formas: acompanhamento médico e psicológico, mudança de turno para ajustar-se aos horários da família e dos estudos, encaminhamento para receber cesta básica em uma igreja e, além disso, recebeu doações de roupas e calçados dos colegas de trabalho. Para Cilósia, a empresa aceita as saídas para acompanhar os filhos, ir a consultas médicas ou situações semelhantes, o que, para ela, demonstra sensibilidade para com as demandas da sua família. O atendimento às suas condições de saúde é ofertado pela empresa, mas o suporte material (cesta básica e doações) é acessado por meio da filantropia e da caridade dos colegas de trabalho. Ela reconhece que algumas pessoas se preocupam verdadeiramente com ela, mas avalia a sua relação com a empresa como

[...] uma coisa meio formal, a gente tá trabalhando ali e eu sei que a empresa tem uma responsabilidade sobre o funcionário. [...] Então eles tentam manter a coisa assim: o funcionário tem que estar bem. Se ele não estiver bem, não vai prestar para nada. A gente tem que produzir, então eles querem que a gente esteja bem (Cilósia).

Cilósia reconhece que o atendimento à saúde ofertado pela empresa serve para manutenção da força de trabalho, para que mantenha a sua capacidade produtiva. O tratamento recebido por Cilósia também é diferente daquele relatado por Amarflis.

Jacinto não se mostrou muito satisfeito com as suas relações de trabalho, pois informa que às vezes a empresa não reconhece o empenho dos funcionários. Apesar disso, acha que a empresa se mostra sensível às demandas familiares, pois ele consegue sair para acompanhar os filhos ao médico quando necessário.

Dália e Astromélia, que antes elogiaram a empresa, reclamaram do cansaço causado pelo horário de trabalho. Elas são trabalhadoras do terceiro turno e por isso dormem poucas horas por dia. Astromélia sabe que foi uma escolha e, para lidar com o cansaço, muitas vezes ingere medicamentos para conseguir descansar. *“Aquele remédio mais pra tirar a canseira mesmo, né?” (Astromélia)*. Dália, que está há três anos trabalhando no terceiro turno, conta que tem períodos insônia e reconhece os prejuízos para a saúde: *“O médico pegou e me falou: é o teu corpo te dizendo que não é para você dormir de dia, é para você dormir de noite, é do teu corpo, é biológico” (Dália)*.

Observou-se que as metamorfoses do trabalho (ANTUNES, 1997) causam danos subjetivos ao trabalhador e produzem situações de adoecimento e de estresse. Os fatores que levam ao estresse e ao adoecimento estão relacionados ao trabalho e às condições de exploração a que estão submetidos constantemente. Sabe-se também que viver sob os efeitos perversos do capitalismo impõe duras condições de vida. Apesar de terem se referido a situações reconhecidas pela legislação trabalhista, como o direito de se ausentar do trabalho para tratamento de saúde, nenhum dos trabalhadores as mencionou como direito do trabalho.

Destaca-se a insuficiência da análise desenvolvida aqui sobre a sensibilidade das empresas para com as demandas familiares. Os aspectos questionados aos trabalhadores e as respostas que deram referem-se, basicamente, à aceitação de atestados médicos e à ausência para tratar de questões relacionadas aos filhos. Ressalta-se que os trabalhadores têm direito a se ausentar do trabalho para cuidar de sua saúde. As ausências motivadas pelas demandas familiares não estão previstas na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, portanto não se constituem direito do trabalho, mas têm sido aceitas pelas empresas, de acordo com informações dos entrevistados. Ressalta-se que a responsabilidade dos pais e responsáveis, principalmente em zelar pela saúde e bem-estar de crianças e adolescentes, é estabelecida legalmente e passível de punições, conforme preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

A Organização Internacional do Trabalho – OIT propôs a criação de uma corresponsabilidade social para equilibrar trabalho e responsabilidades familiares e estabelece uma nova concepção sobre o papel de homens e mulheres, governos, sindicatos e empresas na promoção do referido equilíbrio. Para isso, publicou oito notas em que orienta sobre a adoção de medidas conciliatórias. A OIT define que empresas apoiadoras da conciliação entre a vida laboral e familiar são aquelas que reconhecem existência das responsabilidades familiares dos funcionários e funcionárias e que estas responsabilidades podem ter um impacto sobre a vida laboral. Estas são empresas que empreendem esforços para facilitar a conciliação entre o trabalho e a vida familiar/pessoal e consideram importante apoiar os funcionários e funcionárias no equilíbrio dos compromissos dessas duas esferas. Além disso, reconhecem a importância de disponibilizar essas medidas a todos os funcionários, sejam homens ou mulheres (OIT, 2009).

A adoção de medidas conciliatórias traria benefícios para as empresas e para os trabalhadores. As medidas beneficiariam as empresas com maior capacidade de atrair e reter trabalhadores e haveria menor rotatividade de pessoal e redução de custos com contratação e treinamento, além de menos absenteísmo e atrasos, maior motivação e melhor desempenho. As vantagens para os trabalhadores seriam a redução do estresse em decorrência da diminuição dos conflitos entre trabalho e responsabilidades familiares, um melhor ambiente de trabalho, com mais apoio e valorização aos trabalhadores, moral mais alto e maior satisfação no trabalho, que se traduzem em maior senso de compromisso, lealdade, produtividade e inovação (OIT, 2009).

A implementação de mecanismos conciliatórios deve ser um processo contínuo e sistemático a ser efetivado por meio do diálogo entre direção da empresa, funcionários e seus representantes. São exemplos das medidas a serem adotadas: sistema de horas flexíveis de trabalho, de modo que ofereça liberdade aos trabalhadores para organizarem seus horários, ampliação da oferta de serviços acessíveis de assistência às crianças em idade pré-escolar e de ensino fundamental, regulação dos termos e condições de trabalho das pessoas que trabalham em tempo parcial ou no domicílio, possibilidade do trabalhador optar pela redução das horas de trabalho, liberdade do trabalhador para decidir quando tirar férias (e assim poder planejá-las com a sua família), licenças curtas para tratar de situações emergenciais, ampliação da licença-paternidade e implantação da licença parental por períodos de tempo mais longos que as licenças maternidade e paternidade (OIT, 2009).

Neste estudo, quando se trata da sensibilidade das empresas às demandas/necessidades das famílias dos trabalhadores, não se faz referência ao que foi estabelecido pela OIT, mas sim àqueles aspectos mencionados pelos trabalhadores, basicamente as ausências esporádicas para tratar de assuntos familiares e para ir ou levar os filhos a consultas médicas.

Ao serem consultadas as orientações da OIT para a igualdade de oportunidades para homens e mulheres e sobre a responsabilidade social das empresas para o equilíbrio entre trabalho e responsabilidades familiares, levanta-se a hipótese de que as empresas do setor têxtil referidas nesta pesquisa não promovem medidas de conciliação entre trabalho e família. Presume-se que essas empresas, minimamente, respeitam os direitos do trabalho e acolhem situações específicas relacionadas à família dos trabalhadores.

Diante disso, alguns trabalhadores se veem obrigados a atuar na informalidade. O panorama do trabalho informal no setor têxtil será apresentado a seguir.

3.2 - AS CONDIÇÕES DO TRABALHO INFORMAL NO SETOR TÊXTEL

Dos trabalhadores estudados, quatro possuem facção: Antúrio e Gérbera, Açucena, Íris e Azaleia. Todas são informais, sem qualquer tipo de registro ou contrato. “É tudo de boca” como eles dizem. Embora se reconheçam como faccionistas, o processo de trabalho que desenvolvem é muito semelhante ao trabalho em domicílio, exatamente porque a facção está dentro (situação de Antúrio) ou muito próxima da casa (Azaleia), ou ainda porque os filhos são levados para a facção (casos de Íris e Açucena). Por isso, os aspectos analisados no trabalho em domicílio estendem-se à facção e vice-versa, principalmente no tocante à informalidade e à vinculação do trabalho com a família e com o espaço doméstico. Para entender melhor esse cenário, é preciso conhecer a realidade de cada trabalhador.

Azaleia tem facção informal nos fundos de sua casa; possui cinco máquinas de costura, bem distribuídas pelo espaço amplo e arejado, e uma sala para armazenar as peças já costuradas. Conta com a ajuda de uma costureira contratada informalmente, a quem paga R\$ 5,00 por hora trabalhada. Justificou que está pagando por hora e não por peça porque a costureira ainda está aprendendo e não tem muita agilidade, por isso teria um salário muito baixo se recebesse por peça. Azaleia pega costura de duas empresas e recebe de R\$ 2,70 a R\$ 4,50 por peça costurada,

dependendo da complexidade do modelo. As peças são variadas; em seus termos, “costura de tudo”. O rendimento mensal obtido é de R\$ 600,00 a R\$ 800,00, a descontar R\$ 600,00, pagos pelo uso das máquinas, e a energia elétrica, que custa em média R\$ 60,00 por mês. Azaleia ressalta que o lucro ainda é muito baixo, mas que está fazendo um investimento em capital - as máquinas de costura, que depois serão suas. A trabalhadora avalia negativamente o aspecto informal do trabalho, pois ainda não possui nenhum tipo de registro. Como ponto positivo, menciona que “se manda” e por isso consegue dedicar-se à filha, sempre que ela não pode frequentar a creche, quando fica doente, por exemplo.

Azaleia menciona que no futuro pretende se cadastrar como Microempreendedor Individual – MEI e registrar a outra costureira. Ainda não fez isso por questões financeiras, pois parte da renda é destinada ao pagamento das máquinas. Foi-lhe perguntado se sabe qual é o valor de venda das peças que costura, e ela respondeu: *“Não, não tenho ideia. Porque assim, pelo trabalho que dá, eu acho pouco o valor que eles pagam, mas é isso que tem. É melhor 10 na mão do que 100 voando. Assim, tá um pouco difícil, mas como eu te falei, eu vou chegar lá”* (Azaleia, grifo nosso).

Íris presta serviço como costureira na facção de Antúrio. Ressalta que este não é um trabalho definitivo e que pretende comprar uma máquina para trabalhar casa. O trabalho é fragmentado, cada trabalhador costura uma parte da peça. Ela trabalha somente na máquina chamada “overloque”, pois ainda está aprendendo a operar as demais. Recebe cerca de R\$ 0,10 por peça costurada e não sabe informar quantas peças produz por dia, pois quem faz as contas é Gérbera, mas calcula que seja em torno de 200 peças. Delfim, marido de Íris, também foi entrevistado, mas não se manifestou sobre o trabalho da esposa. Ao ser questionada sobre os aspectos positivos e negativos do trabalho, Íris demonstrou indignação com a exploração que sofre cotidianamente:

O ponto negativo é que assim, a gente trabalha muito e ganha pouco, essa é que é a realidade. Qualquer costureira que trabalhe bem ganha menos. No meu pensar eu acho injusto porque se matam de trabalhar. Tu vê, tem vezes que a gente fica das 5h até 17h ou 18h para tirar as peças pra ganhar uma miséria. Pra ganhar mil reais. O que você faz com R\$ 1000,00 hoje? No mercado, com três sacolas já é quase R\$100,00 ou R\$ 200,00. E o que gasta, luz, água, telefone e mais as despesas de compra de casa. Se tem filhos, é mais gasto

ainda. Qualquer dinheiro que tu ganha é pouco para as despesas (Íris, grifo nosso).

Íris e Azaleia destacam pontos fundamentais do trabalho na contemporaneidade. A oferta abundante de mão de obra e a fácil de reposição da força de trabalho colocam-se como ameaças aos trabalhadores, num cenário de amplo desemprego. Então, diante dessa ameaça, é melhor garantir o trabalho que têm, ainda que a remuneração recebida seja baixa. Íris, entre todos os trabalhadores informais entrevistados, é a que recebe o menor valor por peça costurada. Azaleia é a que recebe o maior valor, porém, pelo que foi visto durante a entrevista e explicado por ela, trabalha com modelos complexos e que demandam bastante tempo para ser costurados.

Antúrio e Gérbera trabalham juntos na costura. A atividade é totalmente informal. Compraram as cinco máquinas há um ano e as acomodam num espaço arranjado da casa, próximo da cozinha. Ao se observar o local, verifica-se que é apertado para acomodar três pessoas mais os tecidos a serem costurados e as peças já prontas. A remuneração varia conforme a peça: das camisetas com gola polo são arrecadados R\$ 2,00, e das peças de malha R\$ 1,20. Íris costura para eles e, esporadicamente, quando a demanda é muito grande, outra costureira é chamada para ajudar. Antúrio e Gérbera estavam costurando para duas empresas, mas levaram um “calote”; agora prestam serviço apenas para uma.

Como ponto positivo do trabalho, eles apontaram a liberdade no uso do tempo, pois conseguem definir o horário de trabalho e de parar de trabalhar para dar atenção às filhas, principalmente quando elas ficam doentes. Apontaram ainda a ausência de chefe ou patrão. *“Essa é a parte boa de trabalhar em casa, você não precisa ser mandado por ninguém, você ganha o tanto que você quer” (Gérbera)*. O casal avalia como aspecto negativo a invasão do trabalho no espaço e no tempo da família, visto que, sob pressão dos fornecedores, muitas vezes costuram durante noites e fins de semana. Antúrio e Gérbera mencionam que podem se recusar a trabalhar nos fins de semana, mas acabam aceitando quando analisam a situação financeira da família. *“Pra mim, eu acho assim: no final de semana, eles mandam o serviço na sexta-feira e querem para segunda, aí tem que costurar no final de semana. Claro a gente só aceita se quiser, mas como nós pensamos em sempre ter um pouquinho mais por conta das meninas [...]” (Gérbera)*.

O casal preocupa-se com os riscos que as máquinas representam para as crianças. Para evitar qualquer acidente, posicionaram as máquinas

de forma que todas as polias fiquem para dentro e as desligam sempre que saem do local. Impedem, assim, que alguma criança se machuque com as agulhas. Os custos para manter a facção contabilizam: R\$ 500,00 referentes às prestações das máquinas, R\$ 150,00 com energia elétrica (somado ao consumo da residência), R\$ 100,00 com telefone e cerca de R\$ 100,00 de fio para costura. Ao se analisarem os rendimentos informados, no valor de R\$ 3.000,00 por mês, e subtraindo os custos (R\$ 850,00), resta o valor de R\$ 2.150,00 para manter uma família de sete pessoas. Nessas condições, os dados dessa família indicam que nem sempre o trabalho em domicílio é mais rentável que o fabril.

Conforme o sindicato do setor, o salário pago pelas empresas está em torno de R\$ 1.100,00. Isso indica que pode ser falsa a ideia de que se ganha mais no trabalho em domicílio, pois a comparação dos custos *versus* rendimentos mostra que, às vezes, o rendimento do trabalho em domicílio é quase igual ao salário fabril. No trabalho em domicílio o aumento do salário se dá pela via da autoexploração e nem sempre há um padrão de rendimentos, já que a quantidade de trabalho oscila de acordo com a demanda. No entanto, a informalidade permite cuidar dos filhos e usar o tempo com maior liberdade.

Margarida e Narciso costuram em domicílio há quatro meses. Duas máquinas de costura estão acomodadas em um dos quartos da casa, localizado ao lado da sala. Apesar de Narciso participar ativamente da costura, afirma que as máquinas são da esposa. Narciso trabalha em duas jornadas: na costura e na fábrica, pois tem emprego formal em uma empresa. A mãe de Margarida ajuda esporadicamente na costura. Os principais produtos que costuram são *leggings* e bermudas de *cotton* e às vezes blusas. As peças são fornecidas por uma proprietária de loja, que as comercializa na praia. O pagamento varia de R\$ 0,80 a R\$ 1,00 por peça, depende da complexidade desta e do tipo de costura. Estima-se que as peças, uma blusa, por exemplo, sejam vendidas com preço entre R\$ 10,00 e R\$ 15,00. A remuneração mensal depende da quantidade comercializada e fica em torno de R\$ 1.000,00 por mês, considerando-se o trabalho das três pessoas. Margarida ganhou mais cinco máquinas de uma tia e pretende colocá-las no mesmo espaço. Os custos para manter o trabalho de costura ficam em torno de R\$ 100,00 mensais.

Margarida considera como positiva a liberdade durante o trabalho e, por isso, diz que está menos estressada:

Porque você tem aquele tempo, agora vou parar 5 min para esticar as pernas. Já numa empresa você não pode fazer isso. O controle é muito grande. No

último emprego que eu estava tu não podia sair dois minutos de cima da máquina, tinha que estar lá praticamente só sentada (Margarida).

Narciso teve dificuldades para apresentar aspectos positivos, mas concorda que o convívio com a esposa melhorou depois que ela passou a trabalhar em casa. Como ponto negativo, apontou a informalidade do trabalho, reconhecendo a ausência de direitos trabalhistas. Incentiva a esposa a abrir uma microempresa. Foi perguntado a ele o que acha de ajudar no trabalho de costura, ao que respondeu: *“Ah, eu faço pra ajudar, ter um ganho a mais. Ela tá grávida agora, daí eu faço para ter um ganho a mais. É um tempo extra que sobra, é um serviço que não é ruim. Aí eu a ajudo até por diversão, um ganho a mais” (Narciso)*. Depreende-se desta narrativa que Narciso não percebe a dupla jornada de trabalho que realiza nem que trabalhar na costura significa o prolongamento do tempo total de trabalho.

Açucena costura na casa da sogra, que possui as máquinas. Nessa facção, além delas, trabalha também uma tia de Jacinto. Prestam serviço para uma facção de Corupá, o que caracteriza quarteirização da produção. Açucena recebe de R\$ 0,45 a 0,55 por peça. As três costureiras dividem o lote de peças entre si e cada uma é responsável pela sua parte. Quando Açucena não conclui a sua parte no período matutino, costura no período noturno, pois as peças devem estar prontas quando a pessoa da facção chega para buscá-las. O caráter informal do trabalho apareceu como o principal aspecto negativo:

Na verdade, é um dinheiro que entra. Só que ele entra, mas não me dá tributo. [...] O que acontece: quem trabalha frio, não ganha. Como eu no ano passado, o que a gente pensou em fazer já não deu. Eu saí antes da empresa e eu já não tive minhas férias e meu décimo, dinheiro que a gente poderia ter guardado, ter passado umas férias melhor. Hoje em dia a gente precisa de dinheiro para tudo, não vive. [...] Tô pensando em contribuir agora que eu tô parada. Eu penso nisso também e se me acontece alguma coisa? Como é que eu vou ficar? O problema de nós, seres humanos, é o dinheiro. O dinheiro, ele vem e toma conta. A gente precisa do dinheiro para viver. Você precisa de dinheiro para tudo. Eu pago aluguel, então eu não posso ficar sem o meu salário. Antes de pensar em qualquer

coisa, eu tenho que pensar é no meu salário (Açucena).

Jacinto, quando perguntado sobre o trabalho da esposa, mencionou que o fato de não ter uma renda fixa, um salário cheio, é ruim, pois compromete o orçamento da família. Por outro lado, afirma que se ela for trabalhar em uma empresa, eles não conseguirão estudar, devido à incompatibilidade de horários.

A realidade dos trabalhadores informais é permeada pela precariedade do trabalho e pela ausência: de vínculos trabalhistas, de direitos do trabalho, de proteção social e de sindicalização, uma vez que não existe contrato ou regulamentação. O trabalho remunerado está muito próximo da esfera doméstica e é realizado de forma isolada, individualizada e fragmentada, por isso esses trabalhadores têm dificuldade para se reconhecer como representantes de uma coletividade. As relações de compra e venda de força de trabalho e de produtos são individuais, o que impossibilita a luta de classes e a consciência coletiva. Esses trabalhadores não participam do sindicato e de nenhum outro grupo, movimento ou associação que não seja familiar, e destes só participam de vez em quando. Como não há interlocução com os demais trabalhadores nem organização coletiva, extinguem-se as possibilidades de tensionar e questionar as condições de trabalho, como por exemplo o valor pago por peça.

Bermúdez (2003), em pesquisa realizada com as trabalhadoras da indústria da vestimenta em Montevideo, entrevistou um representante do sindicato do trabalhadores. Este apresentou cenário semelhante ao de Jaraguá do Sul a respeito do caráter regressivo da terceirização sobre a sindicalização ou sobre qualquer outro tipo de representação coletiva:

[...] Es horrible como las compañeras se sacan los ojos para tener su puesto de trabajo, se sientan en una máquina y meten máquina, y meten y meten y no les importa. La gente joven es lamentable, no se informa de nada, no le interesa nada, si tiene un derecho, si lo respetan, nada. ... Es uno de los sectores más golpeados por la tercerización. Cada vez es peor (BERMÚDEZ, 2003, p. 115)²⁴.

²⁴ “[...] É horrível como as colegas se sacam os olhos para ter seu posto de trabalho, se sentam em uma máquina e metem máquina, e metem e metem e não se importam. A gente jovem é lamentável, não se informa de nada, nada lhe

A maioria dos trabalhadores não demonstra compreensão acerca dessa situação de isolamento e das consequências disso para a organização produtiva. Aqueles que lamentaram essa condição, enfocaram o componente afetivo-emocional.

Nesse cenário, evidenciam-se os apontamentos de Antunes (1997, p. 16): “Direitos e conquistas históricas são substituídos e eliminados do mundo da produção”, haja vista que nenhum dos trabalhadores estava contribuindo para a Previdência Social no momento da entrevista. Alguns já se consideram microempreendedores individuais, mas ainda não conseguiram formalizar essa condição, o que os coloca num universo de invisibilidade e ilegalidade, já que não aparecem nos registros do mercado e provavelmente nem nas estatísticas sobre o trabalho. Isso dificulta ainda mais a sensibilização do sindicato junto a eles.

Na informalidade a produção é conforme a demanda, o que muitas vezes encurta o tempo, aumenta a pressão e acelera o ritmo da produção. Como não possuem o controle sobre a quantidade que irão produzir, também não conseguem mensurar o montante que irão receber no final de um mês de trabalho. Isso faz com que aproveitem ao máximo o tempo quando têm peças para costurar, inclusive as noites e os finais de semana. Essa é forma de garantir um rendimento maior.

A instabilidade da demanda, pela ausência de um contrato para estabelecer o número de peças a ser costurada por mês, extrai dos trabalhadores aquilo que apresentaram de mais positivo: a liberdade. Trata-se de uma pseudoliberalidade, pois muitos deles informaram que, quando têm costura, essa é a prioridade. Para eles, a liberdade é importante para decidirem em que momento do dia irão trabalhar. O ponto crucial é que, para obter uma renda que possibilite satisfazer pelo menos parte de suas necessidades, têm de trabalhar muitas horas, ou seja, pela via da autoexploração. Outro aspecto daquilo que mencionam como liberdade é a autonomia, pelo fato de no trabalho em domicílio não existirem relações hierárquicas, de poder entre patrão e empregado, já que é “tudo acertado de boca”. Destaca-se que essa autonomia é bastante relativa, pois apesar de não existir um patrão, existe o fornecedor das peças que controla os preço e os prazos. Permanece o caráter de subordinação da atividade que desenvolvem, pois os trabalhadores em domicílio não possuem o total controle, nem da sua força nem do seu tempo.

interessam, se tem um direito, não o respeitam. É um dos setores mais golpeados pela terceirização. É cada vez pior” (Tradução nossa).

Analisar as condições desses trabalhadores sob o aspecto financeiro revela as armadilhas colocadas pelos investimentos em bens que o trabalho informal exige. Por exemplo, Antúrio, Margarida e Azaleia, para se tornarem donos dos meios de produção (máquinas de costura), sacrificam a contribuição para a seguridade social. E ainda, devido à terceirização dos custos (BÄRH, 2012), o pagamento e a manutenção das máquinas, dos fios e da energia elétrica ficam sob suas responsabilidades, o que reduz drasticamente seus ganhos. Parafraseando BÄRH (2012), além da terceirização dos custos, os trabalhadores enfrentam também a terceirização dos riscos: de acidente de trabalho, de arcar com as flutuações do mercado, de levar “calotes” dos fornecedores, entre outros. Retomando o que foi apresentado por Pereira (2006) e Schörner (2000), no trabalho em domicílio terceiriza-se principalmente a fase de montagem das peças, ou seja, centraliza-se a precarização na ponta da cadeia produtiva.

Historicamente o setor têxtil é ocupado por mulheres (SCHÖRNER, 2000; MOSER, 1985) e estas sofrem as pressões das desigualdades de gênero e da divisão sexual do trabalho, que tradicionalmente colocou homens e mulheres em posições diferentes no mercado de trabalho e na sociedade. As mulheres são a maioria entre os participantes da pesquisa, o que reflete a realidade do setor têxtil. O estudo mostra que os trabalhadores, independente do sexo, são explorados quando trabalham informalmente nesse setor. No entanto, os condicionantes de gênero e o fato de as mulheres serem majoritárias, as coloca numa situação de maior exploração. A baixa remuneração, as precárias condições de trabalho, a ausência de direitos trabalhistas e sociais, os agravos à saúde decorrentes da realização de atividades repetitivas e em ritmo acelerado e o prolongamento da jornada de trabalho são condições que afetam todos os trabalhadores, homens e mulheres, à medida que os submete a altos níveis de exploração. A ausência de participação coletiva fragiliza ainda mais os costureiros e costureiras em domicílio. São trabalhadores sem voz, sem capacidade de resistência e sem espaço para negociações e reivindicações. Encontram-se sob relações de dominação, em que a lógica de exploração da mais-valia os subjugam a um lugar invisível. Assim, o trabalho deixa de ser dotado de sentido e se torna instrumento de alienação.

Na conjuntura observada nota-se flexibilização dos trabalhadores como um todo: dos direitos, da rotina familiar e de estudos, do tempo total dedicado à produção, que oscila conforme a demanda, do tempo disponível para a família e do tempo de cuidado e atenção à própria saúde. Assim como nas pesquisas de Carvalhal (2007) e Coimbra (2013), supõe-

se que a conciliação entre trabalho e família foi um dos motivos que justificou a opção pelo trabalho informal.

4 – AS ESTRATÉGIAS PARA A CONCILIAÇÃO ENTRE FAMÍLIA, TRABALHO REMUNERADO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Historicamente, no Brasil, as famílias têm sido colocadas na posição de núcleo garantidor de proteção social e, por isso, chamadas a responder pelas insuficiências do Estado e do mercado. Impõe pensar, como sinalizado no referencial teórico, que para conciliar todas as esferas da vida as famílias trilham caminhos de articulação/conciliação com o mercado, com o trabalho, com os serviços, etc.. Neste estudo trata-se especificamente de como as famílias conciliam as demandas da família com o trabalho remunerado e a qualificação profissional. O principal objetivo deste capítulo é desvelar as estratégias de conciliação.

Para apresentá-las, as informações foram agrupadas em quatro eixos principais: a rotina das famílias; o acesso a serviços públicos; as justificativas para a escolha pelo trabalho informal; a solidariedade familiar e o apoio da família extensa.

4.1 – A ROTINA DAS FAMÍLIAS

Para melhor conhecer as famílias que trabalham no setor têxtil, é necessário analisar os modos como vivem quanto às articulações que fazem em termos de tempo e de recursos (financeiros e humanos) para se manter. Os modos como vivem ilustram a complexidade e a maneira articulada com que os aspectos sociais, econômicos e psicológicos se colocam no cotidiano dos sujeitos (BERMÚDEZ, 2003). É urgente entender e estudar suas vivências, uma vez que

Se habla mucho pero poco se conoce sobre los comportamientos de las familias que vivenciarón procesos mas o menos contínuos de estabilidad material y que, frente al desempleo, deben enfrentar esta pérdida del control sobre la organización material de su reproducción o em todo caso redireccionarla (BERMÚDEZ, 2003, p. 135)²⁵.

²⁵ Fala-se muito mais pouco se conhece sobre os comportamentos das famílias que vivenciaram processo mais ou menos contínuos de estabilidade material e que, diante do desemprego, devem enfrentar esta perda do controle sobre a organização material de sua reprodução ou, em todo o caso, redirecioná-la (Tradução nossa).

Em sintonia com esta ideia, ao serem apresentadas as estratégias articuladas para conciliação entre família, trabalho e qualificação, serão tratados também os modos de vida dessas famílias. Para atender aos objetivos propostos para esta pesquisa, foi solicitado que os entrevistados detalhassem aspectos relacionados à rotina da família: horário de trabalho, horários de estudos dos pais e dos filhos, quem fica com as crianças durante o período de estudos e de trabalho, entre outros. A rotina dessas famílias descreve por onde passa parte das estratégias empreendidas para a conciliação.

Amarílis e Dendron é o único casal pesquisado que não tem filhos. Como os dois são alunos do curso Técnico em Vestuário, evidencia-se a conciliação com a qualificação profissional. No momento da entrevista, Amarílis estava afastada do trabalho por motivo de doença, então estuda pela manhã e passa o resto do dia em casa. O casal estuda no período matutino e chega em casa por volta de 12h. Se Amarílis estivesse trabalhando, seu horário de trabalho seria das 14h18min às 23h24min e retornaria para casa por volta de 0h. Dendron trabalha no terceiro turno, que começa às 23h24min e vai até às 5h. Semanalmente, faz hora extra até às 8h30min e também à noite, das 23h24min até às 5h de domingo. Quinzenalmente, trabalha aos domingos, das 23h24min às 5h de segunda-feira. Ou seja, tem folga a cada quinze dias, aos domingos. Durante a semana, Dendron sai do trabalho às 5h, vai para casa, descansa um pouco e vai para o curso, que se inicia às 8h. No período vespertino é quando pode descansar. Amarílis destacou que, quando retornar ao trabalho, ficará com o marido somente aos finais de semana. Para facilitar a conciliação, o casal frequenta as aulas apenas três vezes por semana: segunda, quarta e quinta-feira, para que nas terças e sextas-feiras realizem o trabalho familiar.

Antúrio e Gérbera têm a família mais numerosa. Eles se organizam para que a parte principal do trabalho remunerado seja realizada no período em que as filhas menores estão na creche. Antúrio estuda no período matutino e, antes de sair, ajuda a organizar o café da manhã das crianças. Vai de ônibus ou de bicicleta para o IFSC, pois Gérbera usa o carro para levar as filhas para a creche e para a escola. Quando Antúrio retorna, ela já as buscou. No período vespertino ambos costuram até às 17h30min, quando é hora de buscar as meninas na escola ou na creche. Desse horário em diante, o casal se dedica aos cuidados das crianças: dar banho, preparar o jantar, acompanhar tarefas escolares, brincar, colocar para dormir. Às vezes, depois que as filhas dormem, eles retornam para a costura. Os horários de trabalho são condicionados pela quantidade e

urgência das peças. Antúrio estuda todas as manhãs, de segunda à sexta-feira. Eles evitam costurar quando todas as filhas estão em casa, mas se isso for necessário, enquanto um costura, o outro cuida das filhas e se organizam numa condição de revezamento.

Açucena e Jacinto têm dois filhos. Ela trabalha como costureira na casa da sogra no período matutino e estuda no período vespertino. Ele trabalha em uma empresa têxtil no primeiro turno, das 5h às 14h18min. Açucena trabalha das 7h30min às 11h30min e leva a filha mais velha para o trabalho, pois a menina estuda no período vespertino. O filho mais novo frequenta a creche o dia inteiro. Açucena escolheu estudar às segundas, terças, quartas e sextas-feiras. Jacinto estuda somente às quintas e sextas. Essa divisão foi necessária para que um dos pais possa buscar os filhos na escola e na creche ao final do dia. Nas segundas, terças e quartas Jacinto chega do trabalho por volta de 15h, busca os filhos e cuida deles até Açucena chegar, por volta de 19h30min. Na quinta, ela é quem cuida dos filhos, pois ele estuda. Na sexta, quando os dois estudam à tarde, a mãe de Jacinto fica responsável por buscar as crianças e cuidar delas até que o casal retorne. Informaram que evitam trabalhar aos fins de semana, pois é quando se dedicam à casa e aos filhos.

Margarida e Narciso têm um filho e ela está gestante de uma menina. O dia da família começa cedo, pois Narciso trabalha no primeiro turno e leva o filho para a creche no mesmo horário. Então, Margarida acorda às 4h e arruma o filho. Se tiver pedido grande de peças para costurar, já começa a trabalhar; se não, costura somente no período vespertino. Frequenta as aulas no período matutino às segundas, quartas e sextas-feiras. Na terça não vai porque certificou a unidade do curso referente à costura, e trancou a unidade de quinta porque ia ficar muito cansativo. Começa a costurar por volta de 13h30min e segue até por volta das 20h ou 21h. Faz alguns intervalos no trabalho para atender o filho. Quando fica muito cansada, sai da máquina, estende roupas, lava louças, faz algum serviço de casa e depois volta a costurar. Narciso e o filho chegam por volta de 15h. Ele vai descansar, e o filho assistir televisão. Geralmente, depois que descansa, Narciso também ajuda na costura. A quantidade de horas dedicada ao trabalho de costura é determinada pela quantidade e pela urgência de entrega das peças. Narciso informou que se abstém de fazer horas extras na empresa e que evitam costurar aos fins de semana para não ficar tão cansativo. Nesses dias, dedicam-se à limpeza da casa e do carro ao lazer. No entanto, na data em que ele foi entrevistado Margarida passou a noite anterior trabalhando, o que demonstra que nem sempre os propósitos para a rotina se materializam.

Eu trabalhei até às 7h, sem dormir. Ontem eu levantei às 10h. Aí eu comecei às 10h30min e fui até 15h, daí eu não aguentei mais de calor dentro da sala. O meu pé estava inchando demais. Aí eu pensei, vou parar um pouco e vou fazer um servicinho, quem sabe daí alivia. Aí fiz o serviço, lavei as roupas e coisarada. Aí sentei aqui no sofá e fui almoçar, bem na verdade. Aí peguei parei. Ele chegou e foi descansar, aí eu deixei ele dormir, aí de repente eu falei da novela com o meu cunhado, aí o meu cunhado veio correndo e esse daqui saltou da cama e veio correndo também. Aí já acordou. A gente foi para a máquina às 20h e eu fiquei até às 7 da manhã. A noite é bem mais fresco (Margarida).

Nota-se que, por vezes, a produção impera sobre a satisfação das necessidades biológicas, como se alimentar e descansar. Margarida está grávida, o que exige maiores cuidados com a saúde; nota-se, porém, na situação relatada, que ela negligencia alimentação, descanso e sono para costurar. Margarida alega que isso acontece esporadicamente.

Íris, sua sogra e Delfim trabalham em ramos diferentes. Íris não tem horário de trabalho fixo; trabalha como costureira na facção do vizinho, geralmente das 5h até às 17h, mas no período do verão, dependendo da urgência dos pedidos, trabalha das 5h às 12h. Delfim trabalha no horário normal, das 8h às 17h. A sogra de Íris trabalha em um supermercado e seu turno de trabalho inicia-se às 13h40min. Então, Íris vai para o trabalho às 5h e, quando a sogra não pode cuidar da filha, às 7h ela vai buscar a menina e a leva para a facção. Íris informou que toda a logística poderá mudar quando se iniciarem as aulas, pois ela e a filha estudarão pela manhã. A partir daí, no período da tarde, levará a filha para o trabalho. No período noturno, todos estão em casa. A única pessoa que trabalha aos fins de semana é a sogra. Nesses dias, Íris e Delfim dedicam-se às tarefas domésticas e ao descanso.

Azaléia e Crisântemo trabalham informalmente. Quando possível, ela começa a trabalhar às 5h. Às 7h arruma a filha para levá-la para a creche. Retoma o trabalho por volta de 8h e segue até às 11h30min, quando vai buscar a filha. Crisântemo sai de manhã e volta às 13h. Por volta das 14h, Azaleia vai para o IFSC e Crisântemo fica com a filha até às 16h30min, quando precisa sair novamente para trabalhar. Após esse horário, a mãe de Azaléia é quem cuida da menina até por volta das 19h. Após esse horário, como está de volta do curso, Azaleia fica em casa

cuidando da filha. Crisântemo não trabalha nos fins de semana. Azaleia trabalha aos sábados se for necessário, ou seja, se tiver peças com urgência para entregar.

Da análise da rotina depreende-se que o trabalho é contínuo para os trabalhadores em domicílio. O trabalho remunerado invade a casa e a rotina da família. Margarida, quando sai da máquina para “descansar”, realiza as tarefas domésticas e, se o filho está em casa, ela se dedica concomitantemente aos seus cuidados. É o mesmo que ocorre com Antúrio e Gérbera: enquanto costuram, cuidam de duas filhas. A televisão foi mencionada por Antúrio e Margarida como um importante meio de entretenimento para as crianças, por prender a atenção e mantê-las ocupadas. No entanto, alguém precisa alimentá-las: abrir o leite, preparar o pão, trocar a fralda, levar ao banheiro, etc.. Margarida relatou os momentos em que o filho se cansa de assistir aos programas televisivos e exige a atenção da mãe: *“ele vai até máquina e puxa os fios”*. Isso faz com que ela deixe de costurar e lhe dê atenção. Açucena não trabalha em sua casa, mas leva a filha para a facção. Azaleia articula os horários da costura para levar e buscar a filha na creche.

Diante desses exemplos, nota-se que não existe separação entre trabalho familiar e remunerado, pois tudo acontece ao mesmo tempo quando a produção está no domicílio. Apesar disso, os trabalhadores em domicílio, ao organizarem a rotina, procuram intercalar as atividades. No entanto, esta separação tem um caráter mais subjetivo do que objetivo, pois, como alguns disseram, não tem como separar, pois está junto, no mesmo espaço. Com isso, nota-se que o trabalho remunerado e o familiar acontecem de forma concomitante: um prepara o almoço enquanto o outro costura; quando há uma folga na costura, aproveita-se para estender a roupa, lavar a louça, brincar e dar banho nas crianças.

A simultaneidade dos trabalhos foi percebida quando muitos participantes demonstraram dificuldades para responder às perguntas: quantas horas do dia você passa costurando? Quantas horas do dia você usa para fazer o trabalho familiar? Quantas horas do dia você passa com familiares? A dificuldade para mensurar esses aspectos reflete o quanto as atividades estão interligadas e se misturam na vida dessas famílias; não há real separação entre família e trabalho. Quando os filhos estão em casa, o trabalho remunerado é concomitante com o cuidado, com a atenção às crianças, entre uma coisa e outra.

Carrasco (2006) aponta que o cuidado é difícil de ser mensurado pelos componentes subjetivos que comporta e é difícil traduzi-lo em unidades de tempo. A autora alerta que medir o trabalho de cuidados pelo tempo dedicado às atividades é reconhecer somente os aspectos mais

objetivos, mais mercantilizáveis desse trabalho. Apesar de o cuidado possivelmente se materializar por meio de algumas atividades, ele implica grandes doses de relação, atenção psicológica e suporte emocional e afetivo. Esses componentes subjetivos da atividade são impossíveis de quantificar e de medir (CARRASCO, 2006). Assim, normalmente a tarefa de cuidar é realizada juntamente com outra tarefa no lar, uma vez que

El cuidar es también – y especialmente - un estado mental. Significa responsabilidades, organización y disponibilidad continua, tempo de estar “atenta a”, más que una acción concreta, representa un tiempo potencial de realizar alguna actividad (CARRASCO, 2006, p. 52-53)²⁶.

Já a situação dos trabalhadores da indústria é um pouco diferente. Rosa, por exemplo, que está separada do marido e mora somente com os filhos, trabalha no primeiro turno e sai de casa às 4h30min. Depois que encerra o expediente, vai para o direto para o IFSC. Tem aula de segunda a quinta-feira; trancou a matrícula das aulas de sexta-feira para “*não ficar muito puxado*”. Chega em casa por volta das 18h30min. Os três filhos ficam em casa sozinhos no período da manhã. No período vespertino, vão para a escola. No período noturno, todos ficam em casa; é o único momento de convivência da família durante a semana e é quando Rosa realiza o trabalho doméstico: cozinhar, lavar, acompanhar os estudos dos filhos, etc.. Por volta de 21h todos vão dormir. Nos fins de semana conseguem fazer a faxina geral na casa, fazer compras e às vezes visitam os familiares. A vizinha olha as crianças esporadicamente, mas é a filha mais velha de Rosa (12 anos) quem cuida dos irmãos.

Astromélia está em processo de separação do marido, por isso mora somente com as filhas. Ela é a única pessoa que trabalha na casa. Trabalha no terceiro turno, das 23h24min às 5h, e chega em casa meia hora depois. Ao chegar, toma café e organiza as filhas para irem para a escola às 7h. Após deixá-las, dorme até às 10h. Depois, faz algumas tarefas domésticas, prepara o almoço e às 13h30min vai para o IFSC. Retorna no final da tarde, fica um tempo com as filhas, prepara o jantar e

²⁶ O cuidar é também – e especialmente – um estado mental. Significa responsabilidades, organização e disponibilidade contínua, tempo de estar “atenta a”, mais do que uma ação concreta, representa um tempo potencial de realizar alguma atividade (Tradução nossa).

por volta de 21h descansa novamente. Por volta de 22h30min pega o ônibus para o trabalho. As filhas ficam sozinhas durante a tarde e à noite. A filha mais velha, 16 anos, é responsável por cuidar da irmã e pelas tarefas domésticas durante a semana. Nos fins de semana, o expediente de trabalho encerra-se às 5h de sábado e se reinicia às 22h no domingo. Astromélia também aproveita os fins de semana para “dar uma ajeitada melhor na casa” e descansar.

As condições de vida de Rosa e Astromélia retratam a dura realidade das famílias monoparentais. Nesses dois casos, as mulheres arcam sozinhas com os custos, materiais e afetivos, do cuidado. Suas filhas, a exemplo de muitas outras, assumem desde muito cedo as responsabilidades com o trabalho doméstico e de cuidado dos irmãos mais novos, retrato da latente exploração do trabalho infantil no âmbito doméstico.

Dália, seu pai e o companheiro dela trabalham; eles em horário normal e ela no terceiro turno. A rotina foi descrita por Dália da seguinte forma:

Aí eu chego em casa 5h, tomo café e vou dormir. Ele levanta 6h30min, dá café para ela [irmã de Dália] e leva ela para escola. Ela estuda na parte da manhã. Ela vem 11h30min para casa. Eu levanto 11h e faço o almoço. Todo dia ele [o companheiro] vem almoçar em casa porque ele trabalha no horário normal. 13h ele sai para ir para o trabalho. Eu durmo das 13h às 14h, que é mais uma horinha que eu tenho antes ir para o curso. Às 14h eu levanto, me arrumo para ir para o curso, e daí das 14h30min ela fica aqui no mercado (que é da tia dele) para ficar com a minha sogra. A minha sogra trabalha no primeiro turno, às 15h ela chega. Ela fica com a minha sogra, segunda, quarta, quinta e sexta porque na terça ela faz inglês. Daí eu levo ela às 13h30min para o inglês e depois a minha sogra pega ela lá. Aí eu vou para o curso, quando eu volto eu paro já na academia, depois da academia a gente vem pra casa. Todo dia eu faço janta, tomo banho e vou dormir mais um pouco (Dália).

Durante a noite, a irmã de Dália fica em casa com o pai e com Lírío. Dália estuda no período vespertino, de segunda a sexta-feira. Nenhum dos três trabalha aos fins de semana e raramente Dália faz hora extra.

Cilósia também trabalha no primeiro turno. Acorda às 3h40min e sai de casa às 4h20min; trabalha até às 14h18min e de lá vai direto para o IFSC. Gerânio trabalha no horário normal. Antes de ir para o trabalho, às 7h, ele deixa a filha na casa de uma amiga de Cilósia. Por volta das 12h30min, Gerânio sai do trabalho e leva a filha para a escola. Depois da aula, a filha vai para a casa de uma cuidadora e fica lá até às 18h30min, quando Cilósia retorna do IFSC. Durante a noite, todos ficam em casa. Cilósia tenta dormir todos os dias por volta das 21h. Aos sábados, sempre que possível, faz hora extra para complementar a renda e Gerânio também trabalha no período matutino. Nesses dias, a filha fica na casa de uma cunhada ou na casa da cuidadora. O horário de trabalho de Cilósia aos sábados é das 3h às 10h30min. Após, Cilósia presta serviço como faxineira e trabalha por mais três ou quatro horas. Então vai para casa iniciar a jornada de trabalho doméstico. O domingo é o dia que consegue descansar. Ela estuda de terça a quinta-feira. Nos dias em que não tem aula, sai da empresa e vai para casa ficar com a filha.

Os trabalhadores vivem um “estica e puxa” no uso do tempo para cobrir todas as demandas. Sabem que a qualificação profissional consistiu em um elemento a mais na já complicada rotina. Apesar de referirem que os fins de semana geralmente são para descansar, é um tempo dividido com o trabalho familiar e, de forma incipiente, com os estudos. O real tempo para o lazer é escasso, para o descanso também. Chamou atenção o riso de algumas mulheres, principalmente daquelas que estão separadas dos maridos, quando perguntadas sobre o lazer. Esse riso mostra que a possibilidade de tempo dedicado ao lazer representa uma ironia. O trabalho em turnos facilita a organização da rotina para cobrir as demandas familiares, mas é agressivo à saúde física e mental. As consequências do trabalho extenuante, dos recursos financeiros limitados, do isolamento diante da ausência de coletividade e de representação da classe trabalhadora mostram os elementos que entram em cena quando pensamos nas consequências da massiva exploração do capital.

No caso dos trabalhadores informais, o que fica evidente é a simultaneidade dos trabalhos familiar e remunerado. Já na situação dos formais, são incontestáveis os arranjos que se processam entre os turnos de trabalho, principalmente quando se trata de suprir a demanda de cuidado. Dessa forma, a conciliação é garantida por estratégias de iniciativa privada das famílias.

4.2 – O ACESSO AOS SERVIÇOS PÚBLICOS

Quando se trata de pensar os serviços públicos que estão disponíveis e são usufruídos pelas famílias pesquisadas, faz-se necessário sinalizar o contexto que conforma a oferta deles por parte do Estado. Esse contexto é marcado pelas crises cíclicas do capitalismo, que redefinem o alcance e o papel das políticas sociais. “O contexto de crise econômica e desemprego vêm igualmente colocar em questão a família como pilar de provisão de bem-estar social” (GAMA, 2014, p. 62). No entanto, as famílias estão longe disso, pois sofrem com “os efeitos da precarização do emprego, vendo multiplicarem-se as pressões no interior das relações familiares e o aviltamento no enfrentamento público de uma série de problemas sociais daí decorrentes” (GAMA, 2014, p. 62).

Para o estudo da conciliação entre trabalho e responsabilidades familiares, destaca-se o trabalho de Gama (2014). A autora analisou diversos aspectos das medidas e projetos de leis propostos pelo legislativo nacional referentes a esta temática. Um dos mecanismos identificados como favoráveis à conciliação é a licença-maternidade; já a licença-paternidade é de apenas cinco dias. A ausência de licença parental mais extensa é tida como desfavorável à conciliação. Entretanto, no caso dessas licenças, trata-se de uma proteção restrita aos trabalhadores e trabalhadoras com vínculo formal de trabalho, o que exclui todos os que trabalham na informalidade (GAMA, 2014).

A desproteção à maternidade foi encontrada entre as trabalhadoras pesquisadas. É a situação de Gérbera, que teve filho há poucos meses e não recebe salário-maternidade. Nessa mesma circunstância se encontra Margarida, que está no quinto mês de gestação e, como não contribui para a Previdência Social, não terá direito ao benefício. Margarida diz que logo pretende buscar meio de contribuir porque nos próximos meses sobrá mais dinheiro, já que acabou de pagar as máquinas de costura. No entanto, a Previdência Social é uma política de seguridade social contributiva e as regras para acesso ao salário-maternidade incluem um período de carência. Então, dependendo do tipo do segurado, exige-se um número de contribuições antes do acesso ao benefício, por isso, talvez ela não consiga obtê-lo.

Os trabalhadores revelaram preocupação com a ausência de contribuição para a Previdência Social, mas outras prioridades – como o pagamento das máquinas de costura, pois sem elas não há como trabalhar – colocam a contribuição em segundo plano. Os benefícios da Previdência Social não estão disponíveis a todos e excluem uma grande parcela da classe da trabalhadora, inclusive aquela em maior situação de vulnerabilidade social. Evidencia-se, assim, uma grande controvérsia no

que se refere à proteção à maternidade, entre outras que também foram analisadas por Gama (2014). A autora indica um caminho:

Deveria ser uma prioridade que todas as trabalhadoras sem nenhuma discriminação, incluindo aquelas que exercem formas de atípicas de trabalho, tivessem acesso a esta proteção, bem como a necessidade de ampliar aos homens os tipos disponíveis de licença (paternidade, parental e outras), pois são instrumentos eficazes para o fomento à igualdade de gênero (GAMA, 2014, p. 106).

Na realidade pesquisada, constatou-se a ausência de serviços públicos de apoio à conciliação, pois nenhuma das famílias conta com serviços no contraturno escolar para seus filhos. Parte das dificuldades para a obtenção de serviços desse tipo foi explicitada por Rosa:

Não vão porque geralmente as idades não batem. Então eles até querem. Tem um projeto para a menina, ela até quer participar, mas não tem como por conta dos irmãos. Tem só pra ela não tem pra eles. E a vizinha é como eu disse, ela só olha, ela não cuida deles, então não dá. Ela ou às vezes o menino porque daí ela não tem como ir levar e ficar com a pequena. É pela idade (o ingresso no curso) e as idades não batem (Rosa).

A oferta de serviços, às vezes, baseada nos princípios de focalização e de seletividade, acaba por penalizar as famílias mais pobres e suas crianças e adolescentes. Isso é indubitável no caso dos filhos de Rosa, pois a filha mais velha não obtém os serviços porque não pode levar os irmãos. O filho não vai porque não tem quem o leve.

Rosa não soube explicar que tipo de serviço é esse. Mencionou que, quando morava em outro bairro, os filhos participavam das atividades do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. Este equipamento da política de assistência social tem por princípio básico de organização a territorialidade, é responsável pela oferta de serviços e benefícios e busca ser a porta de entrada do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Entre as ações de oferta obrigatória pelos CRAS estão os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, que são organizados por faixa etária para crianças, adolescentes, jovens e idosos.

Os CRAS têm como objetivo principal a prevenção de vulnerabilidades e riscos sociais, por isso são unidades descentralizadas, para estarem mais próximas das famílias, nos seus territórios de moradia.

Em Jaraguá do Sul, a rede de CRAS é pequena, se comparada à população e ao território do município. De acordo com informações do site da prefeitura, a cidade conta com quatro unidades de CRAS²⁷, nenhuma implantada nos bairros onde residem as famílias entrevistadas. Talvez isso justifique o não acesso aos serviços da política de assistência social pelo público pesquisado. A família de Açucena e Jacinto é a única que conta com CRAS próximo de sua residência, mas eles moram em outro município. É importante destacar que os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos poderiam atenuar as dificuldades das famílias com os cuidados se fossem ofertados de maneira contínua e sistemática; por exemplo, organizados no contraturno escolar das crianças e adolescentes.

As políticas sociais mais utilizadas pelas famílias são as de saúde e educação, reconhecidamente as que possuem caráter mais universal. Todas as crianças estão matriculadas em creches e escolas públicas. A irmã de Dália, além disso, faz curso de inglês particular, mas é a única criança que frequenta serviço de educação privada, o que é justificado pelas melhores condições financeiras da família.

As famílias de Margarida, Antúrio, Rosa, Açucena, Íris e Azaleia – todos trabalhadores informais – obtêm serviços de saúde exclusivamente pelo Sistema Único de Saúde – SUS, via postos ou hospitais. Azaleia mencionou que quando era contratada pela empresa tinha plano de saúde e, quando saiu da empresa, precisou cancelar o tratamento, pois *“é muito difícil conseguir fisioterapia pelo SUS”* (Azaleia). Demarca-se aqui mais uma vez o caráter perverso da informalidade do trabalho, que é a ausência de benefícios garantidos pela legislação trabalhista e pelos acordos coletivos. Para esses trabalhadores resta a insuficiente assistência pública, uma vez que a renda obtida não permite o acesso a serviços via mercado. Ainda que o Sistema Único de Saúde – SUS seja universal, conforme foi constitucionalmente previsto, as pressões do mercado e dos grandes grupos financeiros o tornaram mercadorias. Os trabalhadores que dependem exclusivamente do SUS relataram diversas dificuldades. Muitas vezes negligenciam a própria

²⁷ Os CRAS do município estão implantados nos seguintes bairros: Jaraguá 84, Santo Antônio, João Pessoa e Boa Vista. Informações disponíveis em: <<http://www.jaraguadosul.sc.gov.br/social-apresentacao>>. Acesso em: 20 jun.2015.

situação de doença, interrompendo tratamentos, para evitar a sabatina ao aceder aos serviços públicos. Cilósia relatou que está tentando atendimento odontológico para a filha pelo SUS, mas está enfrentando dificuldades:

O posto de saúde eu tenho usado mais para ela. Ela precisa arrancar dente, a gente tentou no postinho, só tem dentista em junho. E já tá até nascendo os dentes atrás, já tudo torto. Eu tô pensando em ver se eu pago um plano, tipo dentário assim particular para arrumar os dentes dela, porque os dentes dela estão bem ruins (Cilósia).

Os trabalhadores com vínculo formal têm assistência médica ofertada pela empresa e possibilidade de adquirir plano de saúde com contrapartida descontada na folha de pagamento. Não são todos, porém, que optam por esse benefício. Rosa, por exemplo, não contratou o plano para evitar descontos no salário. Na família de Íris, ela e a sogra utilizam os serviços do SUS; como Delfim trabalha em uma empresa, ele e a filha possuem plano de saúde. Íris estava inclusa, mas cancelou o benefício para cortar gastos. Dália tem plano de saúde, recebe atendimento médico na empresa e, por um convênio, paga consulta para a irmã. Lírio e o pai de Dália fazem uso dos serviços pelo SUS. Astromélia tem plano de saúde, mas diz que evita usá-lo para não ter muitos gastos. Para as filhas, o atendimento também é por meio do convênio com a empresa. Cilósia tem plano de saúde, mas ainda não incluiu a filha para diminuir as despesas.

A trajetória dos trabalhadores para acesso aos serviços e a seleção que fazem para decidir quem os utiliza via mercado demarca a condição de desproteção social e revela desigualdades entre os integrantes de uma mesma família. A lógica perversa da privatização da saúde faz com que a família tenha de escolher quem terá cobertura. Mantêm-se no contrato do plano de saúde aqueles que mais precisam, os que têm maior probabilidade de adoecer. Isso porque a precariedade dos serviços públicos empurra as famílias para o mercado.

Dália enfatizou o serviço de atendimento médico que é prestado pela empresa, composto por diversas especialidades médicas, como ginecologista e clínico geral, e há ainda atendimento por psicólogo e por assistente social. Segundo ela, esse atendimento é destinado a todos os trabalhadores. Considerando que todas as trabalhadoras estão empregadas nessa mesma empresa, deveriam ter o mesmo acesso aos serviços. Porém,

isso não foi enfatizado pelas demais. Jacinto não informou se esses serviços existem na empresa em que ele trabalha.

Das dez famílias entrevistadas, somente Rosa e Astromélia já foram atendidas por serviços e benefícios da Política de Assistência Social. Rosa já recebeu o Bolsa Família - BF e os filhos participavam das atividades do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS quando a família morava em outro bairro. Astromélia acessou o BF e serviços da assistência quando residia no Paraná. Depois que se mudou para Jaraguá do Sul, não teve contato com esses serviços. Antúrio e Gérbera tentaram acessar o BF, mas não conseguiram; narraram as tentativas que fizeram em busca do benefício:

A gente foi atrás do Bolsa Família, de alguma contribuição, até aquele para ganhar talvez a cesta, né. Nos disseram não porque se tiver a cesta a gente pode ficar mais tempo em casa ou coisa parecida. Mas é porque o salário da gente não é muito coisa, e tem as meninas em casa. Só que a gente não ganhou nada. No Bolsa Família eles nos falaram que o salário era muito alto e a gente conseguiria se sustentar (Antúrio). Não é que a gente não consiga se sustentar. Se eles parassem para analisar, olha o preço que está carne?! O leite, as meninas ainda usam fraldas. Nós estávamos pagando o carro, agora a gente vendeu o carro. Os próprios materiais. As bolsas são muito cara, eu tive que comprar 4 bolsas, os materiais pra duas. Não é pra mim sabe, mas por causa delas. Mas enfim, eles falaram que nós não temos direito. Já é a segunda vez que eu vou procurar e não tenho direito. Isso que lá na folha da mulher, eu fiz que nós ganhávamos só R\$1.200,00 e mesmo assim eu não tenho direito. Aí eu falei pra ela: quanto que a gente tem que ganhar então pra ter direito ao Bolsa Família? Daí ela falou, vocês tem que ganhar os dois juntos um salário mínimo. Daí eu falei: Ah, se eu dependesse de um salário mínimo, eu estava passando fome há muito tempo (Gérbera).

Já Açucena disse que sabe da existência do CRAS e do BF, mas nunca os procurou. As demais famílias informaram que não conhecem os serviços da Política de Assistência Social. Algumas demonstraram

estranhamento ao ouvir as siglas CRAS e CREAS, mostrando que a assistência social não faz parte do cotidiano.

De maneira geral, as famílias não compreendem os critérios de elegibilidade dos programas sociais. Para Gérbera, quando compara os preços dos itens básicos para manter a família de sete pessoas, como o leite e fralda, é difícil aceitar que não consegue obter a assistência pública. Nessas condições, resta a venda de sua força para suprir as necessidades, ainda que em condições precárias.

Outras mencionaram os programas de habitação. Íris se inscreveu nos programas, mas não foi contemplada; desistiu e não foi fazer o cadastramento. Azaleia foi contemplada com um apartamento pelos programas habitacionais, mas não mora no imóvel (que está alugado), para ficar mais próximo da facção onde trabalha.

As famílias evidenciaram a situação penosa em que são colocadas pelas instituições de educação. As escolas muitas vezes desconsideram os horários de trabalho dos pais e, com regras rígidas, impõem os horários de entrada e saída das crianças. Íris explica porque isso é um problema:

É, é esse o problema. E até pela questão da escola agora. Porque assim: de manhã eu estarei na escola e ela também. Pra levar o meu marido leva, mas buscar é um problema. A nossa aula lá acaba 11h45min. Eu tenho que pegar ela até 11h20min ali no colégio. Então, eu vou ter que sair 10h45min do colégio. [...] Sabe o que as professoras e a diretoria falaram? Que os professores não são responsáveis pelas crianças, então os pais têm que buscar no horário combinado e deu. Eles não vão ficar cuidando. Tipo assim, se deixar as crianças ali, pode deixar, mas se acontecer alguma coisa eles não tem responsabilidade nenhuma, eles falaram. Então eu vou fazer o quê? (Íris).

Percebe-se que as famílias pesquisadas encontram dificuldades de diversas ordens no acesso aos serviços públicos: o não acesso aos serviços e benefícios da Política de Assistência Social, a insuficiência do SUS e o caráter mercadológico que a saúde assume ao se tornar objeto de compra e venda, a política de educação fragilizada, a focalização e os critérios de seletividade que não são compreendidos pela maioria da população, entre outros. Acima de tudo, as dificuldades deste grupo situam-se na inexistência de políticas de conciliação entre trabalho e demandas familiares. Observou-se que entre as principais demandas das famílias

estão os serviços de creche e de cuidados no contraturno escolar. Sobre a educação infantil no Brasil, Zola (2015, p. 68) pondera que

A Educação Infantil brasileira, na forma de creche, diferentemente dos demais países, não é classificada como política assistencial de apoio à família ou à mulher trabalhadora, mas sim reconhecida como primeira etapa da Educação Básica. Essa condição, baseada no direito da criança à política educacional, é uma forma de possibilitar oportunidades iguais ao desenvolvimento integral e proporcionar melhor qualidade dos serviços, com a exigência de gestão, sob a responsabilidade dos órgãos públicos, da área de Educação municipal.

Quer dizer, reconhece-se o direito das crianças à escolarização, o que certamente é avanço significativo, mas, pela ausência de políticas planejadas *a partir das e para as* famílias, restringem-se não só as possibilidades das famílias equilibrarem as tensões entre trabalho e responsabilidades familiares, mas também da superação da pobreza e da vulnerabilidade social.

Esta discussão remete a dois conceitos já conhecidos pelos estudiosos da temática de família formulados por Esping-Andersen (2000): familiarismo e desfamiliarização.

Un estado del bienestar familiarista es, pues, aquel que asigna un máximo de obligaciones de bienestar a la unidad familiar. Y utilizaremos *desfamiliarización* [...] para referirnos a aquellas políticas que reducen la dependencia individual de la familia, que maximizan la disponibilidad de los recursos económicos por parte del individuo independientemente de las reciprocidades familiares o conyugales (ESPING-ANDERSEN, 2000, p. 66)²⁸.

²⁸ Um estado de bem-estar familiarista é, pois, aquele que atribui um máximo de obrigações de bem-estar à unidade familiar. E utilizaremos desfamiliarização [...] para referir àquelas políticas que reduzem a dependência individual da família, que maximizam a disponibilidade de recursos econômicos por parte do indivíduo, independentemente das reciprocidades familiares ou conjugais (Tradução nossa).

As políticas sociais no Brasil, país que não teve um estruturado Estado de Bem-Estar Social, apresentam um forte cunho familista, ou seja, delegam constantemente à família a responsabilidade pela proteção social e bem-estar. Isso é bastante problemático, pois as responsabilidades familiares das mulheres, principalmente das mães, limitam sua capacidade de atuação no mercado de trabalho e independência econômica, e sua desfamiliarização depende exclusivamente do Estado de Bem-Estar Social (ESPING-ANDERSEN, 2000).

A coletânea de textos organizada por Mioto, Campos e Carlotto (2015) discute o caráter familista das políticas sociais brasileiras e problematiza sob vários aspectos a responsabilidade que as famílias vêm assumindo na garantia da proteção social. As autoras marcam, com insistência, a notoriedade que a família assume em diferentes nuances e aspectos das políticas sociais, como nos programas de transferência de renda (BERMÚDEZ, 2015) e nos programas Brasil Carinhoso e Melhor em Casa (MIOTO; DAL PRÁ, 2015).

Desse padrão de políticas sociais exposto acima deriva uma dependência do trabalho, e a difícil conciliação deste com a estrutura doméstica reflete-se na dificuldade da família, em especial da mulher, em manter a base relacional em equilíbrio. Evidenciam-se assim desigualdades de gênero, grande comprometimento com a produção e reprodução social e a demanda por regulação do Estado para apoiar a proteção social dos indivíduos (ZOLA, 2015). A realidade em Jaraguá do Sul insere-se no bojo das políticas sociais familistas e é reflexo desse modelo.

4.3 – AS JUSTIFICATIVAS PARA A INSERÇÃO NO TRABALHO INFORMAL

Um dos aspectos centrais para esta pesquisa foi saber como os trabalhadores interpretam a inserção no trabalho informal. As respostas mostram que os motivos podem estar relacionados com o trabalho (rendimento, tempo, etc.) ou com questões familiares. Foi questionado aos entrevistados quais as motivações para determinado tipo de inserção no setor têxtil.

A rotina e as relações no trabalho fabril foram apresentadas como um elemento que dificulta a conciliação. É o que referiram Gérbera e Açucena. Gérbera relatou que tinha dificuldades quando trabalhava na empresa porque os horários do trabalho não coincidiam com os da creche. Antes de ir trabalhar, no primeiro turno, tinha de deixar as quatro filhas

na creche, por isso sempre chegava atrasada. Mencionou ainda que a empresa reclamava quando ela se ausentava do trabalho para cuidar das filhas.

Açucena narrou estas dificuldades:

*Desde que eu engravidei, eu nunca trabalhei fora, então eu tive que deixar eles de lado [quando foi trabalhar em uma empresa têxtil]. Porque eu não posso faltar no serviço para levar ao pediatra, eu não posso faltar. Criança precisa porque tem pediatra, tem médico, tem negócio de creche e eu acabava jogando tudo isso pro Jacinto e era bem na parte da manhã. Ela fez cirurgia, ele tinha que levar ela. Ele gravava no celular a consulta com o médico porque chegava em casa e ele não sabia me dizer. Então ele gravava as consultas pra eu estar por dentro, saber o que médico tinha falado. A empresa não liberava. Ela fez cirurgia. Nem com atestado. O meu filho pegou pneumonia e ficou internado, eu ganhei a conta por causa disso [...]. **Trabalhar fora com criança pequena é bem complicado, ainda mais estudando** (Açucena, grifo nosso).*

A frase em destaque é crucial para compreender as razões para a escolha do trabalho informal, principalmente para as mulheres. Essa razão também fica evidente para Margarida: *Só que eu optei por trabalhar em casa mais, porque eu tenho mais tempo de atender dele, eu tenho mais tempo de atender minha casa, das minhas coisas* (Margarida).

Íris contou que fez várias tentativas para inserir a filha na creche, mas ela não se adaptou. Depois, deixou-a sob os cuidados do sogro. Como nenhuma dessas tentativas deu certo, decidiu trabalhar na informalidade. Primeiro, trabalhou como revisora em casa, até que o fornecimento das peças para revisão foi suspenso. Então, optou por trabalhar como costureira na facção de Antúrio. Lá, sua filha pode brincar com as filhas dele que ficam em casa. Ainda assim, Íris manifesta o desejo de comprar as próprias máquinas para trabalhar.

Então eu tô querendo comprar uma máquina para costurar em casa, por causa da minha menina. Assim eu não tenho quem cuide dela de tarde ou pra mim deixar. A mulher que eu deixava não vai poder cuidar mais, não vai mais trabalhar com

criança, então me deixou na mão, de um jeito que eu não vou conseguir. Então pra mim trabalhar, só em casa. Eu não tenho o que fazer. Trabalhar registrado não compensa. Ela vivia sempre doente. A gente estava toda vida mais no hospital do que em casa. Então trabalhar fora pra mim não compensa, pelo menos até ela ter uns 5 ou 6 anos que possa se virar. Ela ainda vai fazer 4, então depende tudo de mim. É complicado, olha, eu tô lutando para não desistir do colégio (Íris).

Já Azaleia aponta que o motivo principal pelo qual escolheu costurar em casa e abrir a facção foi outro: a dificuldade de conseguir emprego após ficar dez anos afastada do trabalho por motivo de doença e ter processado a empresa para exigir os direitos trabalhistas e assistência médica. A necessidade de cuidar da filha também apareceu como justificativa: *O ponto positivo, eu acho que você se manda. Às vezes ela tá doente, daí eu já não consigo muito trabalhar, então eu já posso atender ela. Se tivesse em uma empresa já não teria como (Azaleia).*

Açucena relatou que optou por não trabalhar com carteira assinada para conseguir ficar mais tempo com os filhos e acompanhar diariamente a rotina da escola. Atualmente trabalha na casa da sogra, pois pode levar a filha. Na facção onde costuram existe uma organização para cuidar das três crianças que ficam lá:

Sim, eu levo a minha filha junto. É na casa da Oma [avó] dela, né. A minha sogra tem uma menina de cinco anos, aí das duas ficam brincando. [...] Ela colabora comigo. Eu falo para ela, a mamãe veio para trabalhar e você precisa deixar a mamãe trabalhar. Porque se eu for lá e não me sentar na máquina e ficar, nem compensa ir lá. Eu explico para ela que eu preciso do dinheiro para comprar as coisas. Ela volta e meia vem na minha máquina, pede alguma coisa. De manhã, ela me tira da máquina no máximo duas vezes. Ela fica brincando com a filha da minha sogra. Tem outra menina que também vai lá, que é prima delas. A mãe dessa menina é prima do meu marido e como ela trabalha fora ela não tem com quem deixar a menina, ela deixa a menina lá. Lá trabalhamos eu, a tia do meu marido e a minha sogra. Três adultos e três crianças. A gente sempre se reveza. Eu saio dou uma espiadinha para ver como elas estão

brincando. As duas também, às vezes a tia vai lavar roupa ou fazer comida e aí ela cuida. A tia do meu marido, ela acaba parando mais dentro de casa do que na facção porque é ela que faz comida, lava roupa e cuida da casa porque a casa é assim, cheia de gente. Ela acaba ficando mais com as meninas. Ela acaba ficando mais na cozinha, aí ela observa elas e eu consigo trabalhar bem (Açucena).

O trabalho em domicílio e o trabalho nas facções materializam a conciliação do trabalho remunerado com a família. A informalidade também permite a conciliação para Íris e Açucena que, apesar de não possuírem a máquina de costurar em casa, levam as filhas para o local de trabalho. As facções onde Açucena, Íris e Antúrio trabalham são ainda espaços de socialização das crianças. Exige-se compreensão por parte delas, que desde cedo são acostumadas com as estratégias que seus pais e mães articulam para conseguir trabalhar. Reafirma-se aqui a simultaneidade do trabalho remunerado e do trabalho de cuidados. Levar os filhos para o trabalho é uma possibilidade exclusiva do trabalho informal no setor têxtil, pois as empresas não contam com serviços de guarda e cuidado das crianças junto de suas instalações.

Para os trabalhadores informais, a decisão de sair da empresa foi a estratégia para equilibrar as tensões do trabalho e da família, por vários motivos, conforme será mostrado. Esta estratégia é central e se revela perversa, uma vez que sobrecarrega mais uma vez a família. Dois aspectos apareceram como justificadores do trabalho informal: a ausência de serviços públicos de apoio e a dificuldade de equilibrar a família com o trabalho fabril.

A literatura consultada na revisão bibliográfica para escrever o tópico acerca do trabalho em domicílio (CARVALHAL, 2007; COIMBRA, 2013; PEREIRA, 2006 e SCHÖRNER, 2000) destaca, em diversos aspectos, a vinculação do trabalho com a família. Trata-se de um trabalho que invade o ambiente familiar e submete os trabalhadores a altos níveis de exploração. O trânsito da produção para fora do espaço fabril acaba sendo uma estratégia escamoteada pela aparente solução que oferece ao conflito vivido pela maioria pelas famílias da classe trabalhadora, que é o da conciliação entre o trabalho da produção e as responsabilidades familiares. Como já mostrado nos itens anteriores, principalmente naquele em que se apresentaram as características da atividade desenvolvida, os trabalhadores percebem as desvantagens de

“ser informais”; porém, para muitos essa é a única possibilidade de conciliar família, trabalho e estudos.

4.4 – O TRABALHO FAMILIAR E A PRESENÇA DE SOLIDARIEDADES

Neste item será apresentado como a família se organiza para dar conta do trabalho familiar. A apresentação dos dados, bem como a discussão destes, se apoiará em dois eixos principais: a divisão do trabalho entre os cônjuges e a presença da solidariedade da rede social primária.

Os estudos referentes às desigualdades de gênero e as análises sobre uso do tempo (GAMA, 2014) têm evidenciado a tradicional centralidade da mulher na realização do trabalho doméstico e de cuidados, perpetuada pela tradicional divisão sexual do trabalho e pelo patriarcado. É reconhecido que a família guarda grande desigualdade de gênero, pois pesquisas do Brasil e de vários países destacam que a participação masculina no trabalho familiar ainda é pequena, apesar da grande ascensão da mulher ao trabalho remunerado (GELINSKI; PEREIRA, 2005). A mulher sempre trabalhou, mas o trabalho doméstico manteve-se invisível e não pago, amparado pela obrigação moral da mulher de cuidar, que implica a realização de várias atividades para a manutenção da vida, bem como vínculos, afetos, subjetividades. “O trabalho doméstico, em uma definição ampla, pode ser entendido como um conjunto de atividades relacionadas ao cuidado das pessoas e que são executadas no contexto da família ou do domicílio – trabalho gratuito realizado essencialmente por mulheres” (GAMA, 2014, p. 43). O trabalho doméstico não foi em si mercantilizado, mas compõe o circuito do capital ao participar ativamente da reprodução da força de trabalho. Esse trabalho foi subsumido e considerado não trabalho por não participar da esfera direta de produção do valor. “No entanto, ele participa da produção de valor pelo seu papel na reprodução da força de trabalho, bem como seu papel socializador na sociabilidade capitalista” (GAMA, 2014, p. 43). Trata-se de um trabalho essencial para a produção da mais-valia.

A mercantilização da sociedade converte parte do trabalho doméstico em trabalho remunerado com o surgimento do setor de serviços, quando acontece uma transferência de parte das tarefas reprodutivas realizadas na esfera doméstica para o mercado, como cuidado infantil, lavanderias, restaurantes, etc. (GAMA, 2014). No entanto, o acesso a serviços no mercado é possível apenas para as famílias com condições financeiras para pagar. Este não é o caso das famílias

pobres, no Brasil. Como já mostrado, diante da insuficiência do Estado na oferta de serviços e da ausência de condições financeiras para custear a aquisição destes no mercado, resta a solidariedade familiar para responder à provisão de cuidados e à realização das tarefas domésticas.

Os condicionantes históricos delineiam a inserção feminina no mercado de trabalho remunerado e sua sobrecarga no trabalho familiar, paralelamente à pequena atuação dos homens no trabalho doméstico e no cuidados dos filhos. Saraceno e Naldini (2003) destacam que, apesar da ampliação da participação da mulher no mercado de trabalho, não houve análoga participação dos homens no trabalho familiar. Apesar disso, neste estudo chamou atenção o papel ativo dos homens nessas atividades, o que inclui reconsiderar a tradicional divisão sexual do trabalho doméstico que marcou a família por muito tempo. As famílias pesquisadas compõem-se de duplo ingresso (SARACENO; NALDINI, 2003), em que ambos os cônjuges participam do mercado de trabalho. A necessidade de combinar trabalho remunerado e trabalho familiar fez com que nessas famílias o homem fosse incorporado no cuidado e no trabalho doméstico.

Jacinto desempenha papel ativo no cuidado dos filhos. É ele que vai buscar os filhos todos os dias na escola, é responsável por dar banho, alimentação e cuidar até que Açucena retorne da escola. Agora que Açucena está trabalhando na facção da sogra, é ela quem leva os filhos ao médico e acompanha a rotina escolar, porém, quando ela trabalhava na empresa e a filha precisou passar por uma cirurgia, o pai desempenhou papel fundamental:

Ela fez cirurgia, ele tinha que levar ela. [...] Eu e o Jacinto revezamos com ela no hospital. Ela não foi para a creche durante os dias, mas de manhã o Jacinto estava em casa com ela e daí ele saía 13h30min e eu chegava duas horas. Minha irmã descia e ficava com ela até eu chegar (Açucena).

Ela também elogiou os cuidados que Jacinto presta aos filhos e diz que não se preocupa se estiverem com ele. Antúrio, Lírio e Gerânio também sobressaíram no cuidado com os filhos. A colaboração de Gerânio foi destacada por Cilósia; apesar de estarem separados, continuam morando na mesma casa e compartilham as tarefas e as responsabilidades:

Nesse sábado agora, eu não fiz nada. Aí domingo que eu lavei roupa, dei uma arrumada na casa. Aí o Gerânio também me ajuda. [...] É, tipo, ele arruma, dá uma organizada. Ele mais do que eu até. Ele varre a casa, dá uma ajeitada assim nas

coisas. Aí quando eu preciso trabalhar no sábado, às vezes quando não tem comida ele faz e cuida dela. Mas ele também trabalha na parte da manhã no sábado (Cilósia).

Quando foi perguntado à Cilósia quem é o principal responsável por cuidar da filha, ela respondeu: “*Eu e o Gerânio*”. Pelo que se percebe, este casal reparte igualitariamente as atividades, pois ambos cuidam da filha e do preparo das refeições. Ele limpa a casa e ela lava as roupas. Gérbera apresentou a forma como ela e Antúrio se organizam para dar conta das tarefas:

Nós dividimos tudo. Nós dois para tudo. É que tem máquina que ele e a outra menina não trabalham, daí é só eu. Aí ele atende das meninas e eu costuro. Se tem alguma coisa que eu não preciso fazer lá, aí ele fica costurando e eu venho e atendo das meninas. Não tem assim, ah, esse faz só isso. Somos nós dois. Desde dar banho, fazer comida, tudo. Limpar a casa, estender e lavar a roupa, é nós dois. Não tem o que a gente diga não isso é só você ou isso é só eu. É sempre nós dois. Enquanto um dá banho, o outro faz a janta. Assim vai (Gérbera).

Dália também salientou a contribuição de Lírio no trabalho familiar, pois dividem todas as tarefas, sempre de maneira compartilhada. Inclusive, durante a entrevista com ela, Lírio estava lavando a parte externa da casa. Ela ressalta que o apoio dele é imprescindível para que ela permaneça estudando.

Não teria como porque primeiro não teria como organizar a parte dela (irmã). Eu teria que levantar de manhã, levar ela para a escola, voltar para buscá-la, fazer almoço. De noite fazer janta, limpar a casa. Por mais que pense, ah, a máquina faz tudo mas você tem que colocar, você tem que tirar, pendurar, recolher, dobrar. Ah, é só botar a roupa para bater, mas tem toda uma demanda ali. Ele me ajudar é uma mão na roda assim (Dália).

Já o pai de Dália também mora na casa, mas não ajuda nas tarefas da casa e colabora nos cuidados com a filha somente se for uma situação muito urgente. Dália diz o que pai é uma daqueles homens machistas,

pois, “[...] quando ele ia tomar banho a minha mãe tinha que arrumar até a roupa” (Dália).

Crisântemo contribui bastante nos cuidados da filha. Azaleia ressaltou que ele não ajuda muito nas tarefas de casa porque não tem tempo. Então, quando ele está em casa, ela prefere que ele cuide da filha, pois passa pouco tempo com ela e às vezes a filha exige tanta atenção que não dá pra fazer duas coisas ao mesmo tempo. Como já foi apresentado, em um momento do dia é Crisântemo quem cuida dela.

Delfim, quando colabora com as atividades, ajuda a cuidar da filha. O trabalho familiar é dividido entre a mãe dele e Íris. Percebeu-se que Delfim não ajuda mais porque Íris não permite. A resposta dela sobre a divisão das tarefas domésticas foi contraditória, o que indica que o marido ajuda, mas talvez não atenda à sua expectativa, e justamente por isso ela acaba não permitindo que ele ajude em proporção maior.

Não, aqui todo mundo faz igual. Não tem esse negócio de ah, fulano fez uma coisa o outro fulano faz outra. Tipo assim, a sogra quando pode ajuda, quando não pode. Às vezes ela vai mais cedo, então eu ajudo. Eu não me importo de limpar e fazer as coisas. Na verdade eu sempre fui criada assim, né. Humm...homem ajuda? (Risos). Às vezes quando a gente briga, quando eu brigo com ele ajuda, mas é muito raro. Ele cuida muito da neném, isso ele faz. Eu prefiro que ele cuida dela e deixe que o serviço eu faço (Íris).

Íris foi questionada sobre o motivo pelo qual prefere realizar o serviço doméstico: “Porque homem fazer as coisas é uma tristeza, pelo amor de Deus! Eu prefiro então eu fazer e não me estressar. Mas assim, ele me ajuda. Seu precisar, ele ajuda. Mas pegar e ir lá fazer, não faz, só se tu pedir” (Íris). Apesar disso, Delfim mencionou que não vê problemas em ter de ajudar nas tarefas domésticas e ficou evidente que este assunto, por vezes, é motivo de conflito para o casal:

Eu não vejo problema. No que dá para mim ajudar, eu sempre ajudo. Cuidar da neném, lavar roupa, lavar louça, dobrar roupa. No que dá eu sempre procuro ajudar, senão ela fica muito estressada. (risos) [...] É que é assim. Às vezes ela limpa toda a casa hoje. Ela levanta amanhã de manhã e diz: Cheiro, me ajuda a varrer a casa aqui, vamos

passar um pano, tirar o pó. Eu pergunto: mas tu fez ontem isso? Não, mas já tá sujo de novo. Se tu não brigar com ela, todo dia ela tá limpando a mesma coisa, tá fazendo tudo de novo. Eu fico brabo com ela por causa disso (Delfim).

Pelo que foi possível perceber durante a entrevista, Íris carrega o dever de realizar o trabalho doméstico, naturalizando-o como uma responsabilidade da mulher. A naturalização desse trabalho como obrigação feminina articula-se com o caráter secundário que Íris atribui ao seu trabalho informal, em comparação ao do marido e da sogra, pois estes trabalham com carteira assinada. Íris, por contribuir com menor quantidade de dinheiro para o orçamento da família, acha que deve trabalhar mais em casa. Nessa família, apesar de Delfim ajudar nos cuidados com a filha e sempre que possível acompanhar as consultas médicas, é a mãe que se identifica como responsável por ela.

Íris foi a única trabalhadora que naturalizou o trabalho doméstico como inerente à mulher. As demais posicionaram-se de forma crítica; aceitam e, ao mesmo tempo, exigem a colaboração dos homens nesse trabalho. Rosa e Astromélia, separadas dos maridos, informaram que não repartiam essas tarefas com os companheiros. Os ex-companheiros, hoje, limitam-se a contribuir financeiramente com algumas despesas, seja por meio do pagamento das compras do mês (Astromélia) ou do envio de uma quantia de dinheiro esporadicamente (Rosa). Nessas famílias, as filhas mais velhas assumem o cuidado dos irmãos durante a ausência da mãe.

Destaca-se a grande parcela do trabalho familiar que é assumida pelos homens, indo na contramão da tradicional divisão do trabalho. Para a maioria das famílias desta pesquisa, não existe trabalho de homem e trabalho de mulher. Existe trabalho necessário para manter a família, que deve ser realizado por aquele que tem tempo disponível. Este aspecto não foi colocado apenas pelas mulheres/mães, ainda que a contribuição da mulher seja fundamental para a manutenção financeira. Os homens entrevistados também relataram o trabalho familiar que realizam e não consideram isso com um problema ou dificuldade. Pelo contrário, reconhecem que isso faz parte da rotina de ser pai.

No entanto, as desigualdades de gênero e a sobrecarga de trabalho das mulheres, fundamentais para a reprodução da força de trabalho, não passam longe desta pesquisa; pelo contrário, permanecem como um pano de fundo determinante. Analisando os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD do ano de 2006, Gama (2014) constata que o trabalho de cuidado não remunerado é realizado

predominantemente pelas mulheres, pois 59% dos pais, 97,5% das mães com cônjuge e 92,5% das mães sem cônjuges eram responsáveis por este trabalho. O estudo aponta ainda que os cônjuges do sexo masculino realizavam menos da metade do tempo de trabalho doméstico que as mães (GAMA, 2014).

Ao tratar sobre a jornada total de trabalho, compreendendo o tempo no trabalho assalariado e o tempo no trabalho para a reprodução social, a autora observa que essa jornada revela a intensificação do trabalho feminino num período de grandes demandas familiares, ou seja, quando os filhos ainda não pequenos. Ao debruçar-se sobre o grupo com filhos em idade de até seis anos, Gama (2014) menciona que a presença dos filhos aumenta em uma hora a jornada de trabalho. No caso dos homens, a jornada total compreende 56 horas por semana; para as mães com cônjuge, 61 horas semanais e para as mães sem cônjuge, 59 horas (GAMA, 2014). Em sua análise, a autora observou que os trabalhadores informais, aqueles das categorias “por conta própria” e “trabalhador doméstico sem carteira assinada”, são os que mais dispendem tempo ao cuidado da casa e da família e provavelmente isso acontece porque eles têm maior possibilidade de planejar o tempo entre o trabalho remunerado e o trabalho de cuidados.

Gelinski e Pereira (2005) assinalam que os frutos do trabalho doméstico são praticamente invisíveis, por isso ele não é objeto de políticas públicas e as necessidades daqueles que o realizam não são incluídas nos orçamentos públicos.

Todos os tipos de trabalho não remunerados (produção de subsistência, cuidado da família e trabalho voluntário na comunidade) poderiam ser levados a cabo por homens e mulheres, porém, na maioria dos países, têm-se constituído socialmente como responsabilidade principalmente de mulheres (GELINSKI; PEREIRA, 2005, p. 82).

Os dados nacionais indicam que as mulheres são as principais responsáveis pelo trabalho familiar, mas, na realidade estudada, o trabalho realizado pelos pais mostrou-se indispensável para a manutenção da família e permanência das mulheres nos cursos de qualificação profissional. Supõe-se que a participação dos homens no trabalho familiar assuma um caráter equitativo, e não secundário. Percebeu-se que não se trata apenas de um apoio ou ajuda no trabalho familiar; a maioria dos homens reparte igualitariamente esse trabalho. Nessas famílias, pai e mãe

são igualmente responsáveis pelos filhos, de modo que se caracteriza para homens e mulheres a dupla jornada de trabalho. Por outro lado, quando não conseguem solucionar as questões da conciliação, a família extensa é chamada para apoiar no trabalho familiar. Esse apoio segue desempenhado principalmente por mulheres.

A solidariedade familiar torna-se imprescindível diante da ausência de serviços públicos de apoio, conforme mostrado. Todas as famílias pesquisadas, de uma ou de outra forma, contam com a ajuda de algum familiar, tanto no cuidado dos filhos pequenos como na realização das tarefas domésticas, principalmente cozinhar e limpar a casa.

No exemplo da família de Antúrio, a solidariedade intergeracional é evidente. Antúrio mudou-se para próximo da casa de seus pais depois que o pai ficou doente.

Na verdade a gente morava de aluguel lá numa outra casa, só que aí a gente veio para cá, porque deu um AVC no pai, aí a gente veio para cá pra cuidar do pai. Como a gente tem a facção e não tem compromisso, de horário e coisa, os outros irmão concordaram que a gente viesse para cá (Antúrio).

Nessa família pôde-se perceber que a rede de apoio é mútua, pois a mãe de Antúrio contribui no cuidado das crianças e no preparo da alimentação. Os pais de Gérbera, que moram no sítio, contribuem por meio do fornecimento de alimentos, que são cultivados por eles. Gérbera afirma que graças ao apoio da família não lhes falta nada. Narraram assim o apoio que recebem:

Tem a mãe né. A mãe ajuda bastante a gente. A mãe é aposentada e daí está em casa e daí quando a gente tem que entregar algumas peças ou quando meninas não tem creche e estão meio adoentadas, com febre e não dá para levar para creche, porque a creche não aceita as crianças que estão doentes. Se tiver um pouco de febre eles já ligam para ir buscar. Aí a mãe é o socorro assim, né. Aí depois a sogra e o sogro que às vezes vem buscar as meninas pra ficar com eles lá, tem a minha cunhada, que é a irmã mais nova dela que às vezes vem e fica dois dias. Quando ela vem para cá, ela ajuda a gente a limpar a casa, a organizar as meninas, sempre bem prestativa. A Margarida

(cunhada) também busca uma das meninas para brincar com o filho dela (Antúrio).

Para as famílias pobres e com muitos filhos os custos são altos. O acesso aos benefícios, determinado pela renda *per capita* e com foco no atendimento às famílias mais pobres, exclui dos programas de transferência de renda parcela significativa da população. A família surge mais uma vez como socorro. É a mãe que faz um pão, planta verduras, contribui com algumas refeições e muitas vezes “salva” o orçamento da família.

Na família de Dália, a solidariedade familiar aparece através da colaboração da sogra nos cuidados com a irmã:

Depois ela fica ali na sogra, ela entende que eu não posso deixar ela sozinha, depois ela fica com a minha sogra que é um amor e cuida dela pra mim. É uma segunda mãe. Quando a minha mãe faleceu ela tinha dois aninhos, então eu não tinha aquela responsabilidade. Eu não estava preparada, tinha vinte anos nessa época. Eu não estava preparada para ser mãe, dona de casa, foi um choque. Então a minha sogra foi uma mão na roda. Eu não tenho como agradecer ela. Ela me ajudou, cuidou da pequena (Dália).

Rosa relatou que sua mãe, que tem horário de trabalho flexível, é quem a socorre quando os filhos estão doentes ou por qualquer outro motivo não podem ir para a escola. O mesmo acontece com Azaleia: é a sua mãe quem cuida da sua filha todos os dias durante a tarde e a ajuda na realização das tarefas domésticas. A solidariedade familiar também aparece em forma de apoio financeiro, pois seus pais lhe cederam a casa e o espaço onde montou a facção.

A minha mãe mora aqui (casa da frente). Ela cuida de neném, às vezes tem uma louça para lavar, ela lava para mim. Ela não trabalha, daí às vezes ela vê que a casa está meio bagunçada, ela dá uma organizada. Nessa parte assim, ela me ajuda porque ela vê que é puxado. [...] Não, a casa é do meu pai, nós não pagamos aluguel. A gente mora aqui porque a mãe me ajuda. O apartamento está pronto, mas a gente alugou porque a gente não foi morar lá. Para não ficar pagando e coisa e não

usar. A gente até alugou e ele se paga sozinho. Eu não tenho lucro nenhum de lá. Ia virar um transtorno pra mim. Morar aqui, a facção é do lado. Eu saio 10 min eu tô ali. Daí então, para mim é bem complicado se eu morasse lá. Olha o transtorno que eu ia ter, sair cinco horas, trazer ela. Onde é que eu ia colocar ela dormir? Eu penso em tudo isso, por isso que a gente ficou aqui. O meu pai e a minha mãe querem que eu fique aqui perto deles também (Azaleia).

Chama a atenção o caso de Margarida, em que a solidariedade familiar se dá no trabalho: sempre que Margarida tem um número grande de peças para costurar, a mãe vai para a casa dela e a ajuda exclusivamente na costura. A mãe recebe apenas o valor do transporte como remuneração.

A minha mãe eu não posso contar muito né. Ela já tem o emprego dela fixo, só que ela assim, ela pode ir quando ela quer, pode sair no tempo que ela quer. Assim é o horário dela. Daí quando eu peço ajuda, quando eu peço socorro ela vem. [...] Eu pago em forma de vale transporte, daí eu encho o cartão dela. Aí quando eu preciso dela, ela tem dinheiro para vir. Foi o que ela pediu, só pediu pra mim ajudar no vale-transporte (Margarida).

Ela gosta, ela era costureira, aí acho que é por isso que ela gosta de vir ajudar. Principalmente nos finais de semana, é sagrado. Se tiver costura nos finais de semana ela sempre vem, se não estiver muito cansada. E daí ela chega e cumprimenta e começa a costurar. Ela ajudou mais também porque a gente tinha as duas máquinas pra pagar, estava apertado. A Margarida tinha facção com a irmã dela, aí compraram as máquinas, aí tinha atrasado uma parte dos pagamentos, a gente teve que compensar mês de dezembro para conseguir pagar as máquinas. Daí assim agora a gente vai levando de boa. É a última prestação da máquina agora (Narciso).

Constatou-se que todos os estudantes entrevistados buscam apoio na solidariedade familiar para responder às solicitações que chegam, seja da família, do trabalho ou da qualificação profissional. São realidades em

que a família é a principal fonte de apoio para o desempenho da proteção social.

Quando Cilósia foi questionada se possui algum apoio na conciliação, respondeu que não. No entanto, ao descrever sua rotina, mencionou que a filha fica com uma amiga todos os dias no período matutino e que, quando trabalha aos sábados, algumas vezes a menina fica na casa de uma irmã de Gerânio. Apesar de Cilósia não mencionar isso diretamente como uma forma de apoio, ficou evidente que o é.

Assim, é visível que para as famílias pesquisadas a saída é sempre privada, pelas relações de parentesco ou de amizade. Quando isso não acontece, é comum, na região, que pais e mães recorram a cuidadores. Estas são pessoas que abrem uma espécie de creche em suas casas para prestar serviços de cuidado. Cilósia paga R\$ 100,00 por mês para uma pessoa buscar sua filha na escola e cuidar dela até que retorne do IFSC. Rosa utiliza um serviço semelhante, pois paga R\$ 200,00 por mês para a vizinha “olhar” as crianças, conforme relatou: *“Aí tem a vizinha aqui de baixo que vem olhar. Quando eles tão agitado, tá muita bagunça, ela sobe e dá um basta neles. [...] Ela fica ali, quando ela escuta bagunça ela vem. Só pra olhar eles, ela só olha, nem cuida”* (Rosa). Íris também utilizou esse serviço de cuidados. No ano anterior deixava a filha com babá no período da manhã e pagava R\$ 180,00. Essa babá cuida de cerca de 10 ou 12 criança na sua própria casa.

Em Jaraguá do Sul é comum encontrar esse tipo de prestação de serviços de cuidados. É a forma que as famílias encontram para cobrir as lacunas entre os turnos de trabalho. Pelo que se sabe, trata-se de um trabalho sem regulamentação, prestado informalmente por mulheres e que engrossa a rede de trabalho informal na região.

5 - A REALIDADE DO TRABALHADOR-ESTUDANTE: DESEJOS, MOTIVAÇÕES, DIFICULDADES

O interesse em identificar as motivações e expectativas referentes aos investimentos que os trabalhadores fazem na qualificação profissional para o futuro da família também compôs os objetivos da pesquisa. Os conteúdos apresentados nesta seção estão relacionados com as seguintes perguntas, feitas exclusivamente para os estudantes: O que motivou o retorno aos estudos? Foi uma decisão pessoal ou incentivada e consensual da família? Você considera que suas condições de vida e trabalho vão melhorar com a qualificação profissional? Em quais aspectos? O que mudou na sua vida depois que você começou a estudar? Quais os impactos para a sua família?

5.1 - MOTIVAÇÕES E EXPECTATIVAS REFERENTES AOS INVESTIMENTOS NA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL: A BUSCA POR UM FUTURO PROMISSOR

O curso Técnico em Vestuário, vinculado à Educação de Jovens e Adultos, possibilita a conclusão do ensino médio atrelado à formação nível de técnico. As histórias de vida marcadas pela pobreza, pela interrupção dos estudos para trabalhar e pela constante necessidade de vender sua força de trabalho - cada vez mais desvalorizada e explorada - muitas vezes impede os trabalhadores-estudantes de fazer escolhas. Talvez, se pudessem escolher, alguns estudariam em outro curso, buscariam outros caminhos, mas acabam optando por uma formação mais rápida. A divisão da sociedade em classes dificulta o reconhecimento desses trabalhadores como sujeitos de direitos e aptos a ocupar os mais diferentes espaços, por isso às vezes é difícil que consigam acesso ao conhecimento e à informação. Alguns deles sequer sabiam que existem no município dois câmpus do IFSC e que esta é uma instituição federal que oferta ensino gratuito. A barreira do acesso à informação desdobra-se em muitas outras.

Margarida escolheu o curso atraída pela possibilidade de concluir o ensino médio. Não sabia que no IFSC o ensino é público e gratuito nem que o processo de ingresso é diferenciado para esse curso, sem provas ou exames de classificação. Para ela, isso facilitou bastante o acesso. Após a conclusão, ela pretende abrir uma empresa com sua marca de roupas: *“uma confecção, tanto de roupa de criança quanto de adulto, mas minha, a minha marca”* (Margarida). O curso Técnico em Vestuário já contribui para seu trabalho como costureira, pois com os conteúdos que aprendeu

na unidade curricular de Mecânica e Manutenção de Máquinas conseguiu dispensar os serviços de mecânico. A decisão de retornar aos estudos foi apoiada pelo marido, que já fez curso técnico no IFSC. O sonho de ampliar o negócio de costura alimenta a motivação para estudar:

Isso, até lá daí eu vou engrenando um pouco, vou tendo mais conhecimento, posso comprar mais maquinário, posso investir, daí trocar o apartamento num terreno, construir uma peça grande, com a minha casa em cima. Eu penso nisso sabe, ir pra frente, nunca voltar pra trás. Porque se voltar pra trás tu nunca vai conseguir nada. A não ser que no começo não tenha, tenha que ir pra uma empresa, ou que fique só costurando dentro de casa. (Margarida).

Antúrio também foi atraído pela possibilidade de concluir o ensino médio e se formar em um curso na área têxtil. Essa é uma possibilidade de profissionalizar a atividade que já desenvolve. Com a conclusão do curso, Antúrio espera ampliar o negócio e, quem sabe, lançar uma marca no mercado e deixar um patrimônio para as filhas. Gérbera mencionou que insistiu bastante para que o marido retomasse os estudos, pois ela já tem segundo grau completo e acha bom que ele tenha também. Antúrio informa que se sente mais motivado depois que começou a estudar. Ele se sente mais confiante para desempenhar seu trabalho, o que associa a um certo *status* que é desejado com a elevação da escolaridade.

Porque você tendo um técnico e coisa você tem mais chances no mercado, mesmo que você tenha um negócio em casa. Porque antes você falava para o pessoal: ah, eu tenho a facção em casa, eu tenho as coisas em casa. Aí as pessoas perguntam ah, mas você trabalhou aonde, ou você estudou o que? Aí responde: ah, eu só tenho a oitava série e aprendi em casa. Eles nunca davam assim uma chance ou olhavam você dignamente. E você falando que você tem um técnico e que você estudou na federal e você tem a sua escolaridade completa, já é diferente né. Isso já muda (Antúrio).

Já Açucena justifica o retorno aos estudos pela necessidade e desejo de educar os filhos. Ela convenceu o marido, Jacinto, a retornar os estudos para que ele pelo menos conclua o ensino médio.

E na verdade o que me fez voltar mesmo para os estudos foi o meu filho. Quando eu tive o meu filho, eu vi que ele era muito agitado, muito, muito. Eu pensei: e quando esse rapaz tiver uns 18 anos? Se eu não mostrar para ele, se eu não der exemplo para ele, ele não vai ter o que seguir. Ele me deu esse medo, por ele ser tão nervoso, eu vou dizer não para ele, ele não vai aceitar se eu não souber equilibrar ele. Ele pode virar um menino mais agitado, mais teimoso, daqueles bem bagunceiros, que a mãe só se incomoda. Foi ele que me deu aquele choque sabe, quando eu imaginei a adolescência dele. E se eu não souber levar agora, desde pequeno, quando chegar lá não adianta eu querer fazer (Açucena). [...] O Jacinto, ele até quer acabar o ensino médio, mas só acabar. Se ele puder fazer uma prova e acabar, para ele está ótimo. Ele não gosta de estudar. Esse negócio de pegar livro e ficar lendo não é com ele. Ele é DJ, sabe? Então eu pensei sabe, em colocar ele para fazer um curso de DJ, um curso de produtor, curso que ele estará estudando e estará aprendendo. Não é o que eu queria que ele aprendesse, eu preferiria que ele se interessasse mais por livros. Às vezes, eu penso comigo, eu não quero ter um marido DJ. O nosso casamento ele começou muito rápido, com 2 meses de namoro, eu engravidei dela então a gente não teve tempo de se conhecer. Só que agora, eu penso se eu quero ter um marido DJ, muita festa para mim sabe, passou. Eu queria que ele estudasse, briguei com ele sabe, bastante. Mas ele não gosta, cada um escolhe o que quer (Açucena).

Açucena diz que tem certeza de que a vida vai melhorar com a conclusão do curso, sente que ao estudar está “indo pra frente”. Apesar de não saber se realmente quer atuar na área, pretende continuar estudando. Menciona que a sua vida já melhorou depois que começou o curso, pois hoje está menos irritada “Eu não sei por que, mas quando eu entro na escola, é como se eu tivesse me sentindo, me move muito. Eu não sei a minha profissão, eu não sei o que seguir, mas dentro da escola é o único lugar onde eu me senti livre. Eu adoro entrar na sala de aula” (Açucena). Jacinto, por sua vez, disse que sempre quis voltar a estudar para concluir o ensino médio e escolheu esse curso por estar trabalhando

na área, mas ressalta que não foi incentivado pela empresa a estudar. Ao observar a situação de um colega de trabalho que está concluindo outro curso no IFSC, ele percebe que a empresa não reconhece o empenho dos funcionários para a qualificação profissional. Ressalta que só consegue estudar porque não tem a obrigatoriedade de frequentar as aulas todos os dias.

Astromélia decidiu recomençar os estudos, pois se arrepende de tê-los abandonado quando era adolescente. Ela também se motivou pela possibilidade de concluir o ensino médio e o técnico de forma integrada. Com o curso busca realizar o sonho de ser modelista. Informou que não teve apoio da família, apenas das filhas. O ex-marido não aprovou a sua atitude. Contudo, ela ressalta que não espera aprovação alguma, afirma que sabe dos seus sonhos e, por isso, deve decidir sobre suas escolhas. Para ela, a melhoria das condições de vida passa pela possibilidade conseguir ser dona do seu próprio negócio. Astromélia também não foi incentivada pela empresa para estudar:

Não, da empresa assim não. Foi uma coisa minha. Eu fiquei sabendo que tendo esse curso lá junto com o estudo. Eu até tinha comentado com a minha chefe, daí ela falou: ah, vai ser bom pra você, se você tem esse sonho. Mas só assim, comentei mais ou menos porque apesar dela ser chefe ela é amiga da gente, até a auxiliar nossa lá, ela faz junto conosco lá. E é assim, tudo o que você olha de oportunidade na parte da empresa, você tem que ter o terceiro ano, você tem que ter o segundo grau completo. Você quer fazer lá pra poder subir um pouquinho mais, ganhar um pouquinho melhor, ah, tem que ter. Então isso dói na gente, né, pôxa, poderia ter estudado antes (Astromélia).

Rosa também informou que os filhos foram a motivação para retornar aos estudos, pela necessidade de ajudá-los nas tarefas escolares “Mas aí à medida que as crianças vão crescendo, que vai vindo tarefas para casa, aí eles te pergunta e você não sabe explicar não sabe de onde tirar, aí você se vê obrigada. Aí eu me obriguei a voltar a aprender (Rosa). A trabalhadora foi atraída principalmente pela possibilidade de cursar ensino médio e técnico concomitantemente, pois não conhecia o setor têxtil nem trabalhava na área quando começou o curso. Voltou a estudar para ter uma profissão e poder dar uma vida melhor aos filhos.

Espera que a condição financeira melhore depois do curso e também busca incentivar os filhos para os estudos.

Dália está cursando apenas o conteúdo referente ao curso técnico, pois faz o ensino médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos em outra instituição. Apesar de não ter recebido incentivo direto ou exigência por parte da empresa, percebe que só terá novas oportunidades a partir da elevação da escolaridade. Por isso, o retorno aos estudos relaciona-se diretamente com a ascensão no local de trabalho:

É que na verdade, eu cresci dentro da empresa sem precisar de estudos. Aí tipo, eu acho que agora chegou a minha vez de retribuir. Eles me deram oportunidade para mostrar o meu trabalho, mas eu tenho que mostrar conhecimento agora para eles também. Então, eu fui atrás de voltar a estudar e fazer um curso técnico não para ter um canudo, mas para ter mais experiência nessa área de depois fazer uma pós, alguma coisa. Eu não quero parar ali. [...] No caso assim, para o meu cargo não exigiu. Mas a minha coordenadora, ela falou: Olha, tu já teve chances de crescer muito, só que como você ainda não tem segundo grau completo, tu não tem um técnico então eu não posso te passar para a frente porque eu tenho pessoas mais qualificadas, por mais que você tenha perfil para tal cargo, eu não posso te passar para frente (Dália).

Dália percebe que está sendo mais valorizada depois que voltou a estudar e se sente bastante satisfeita com os conhecimentos obtidos. Informou que pretende continuar os estudos, fazer graduação e pós, mas ainda não sabe para qual área vai direcioná-los.

Íris escolheu esse curso porque sempre gostou de trabalhar com costura e apontou uma diferença: “falar que costura é uma coisa, e ter o diploma e mostrar que tu aprendeu é outra totalmente diferente”(Íris). Alimenta o sonho de ter o próprio negócio, mas a necessidade de conciliar os estudos com a família pode significar, temporariamente, o abandono desse sonho:

Ah, eu pretendo que mude. Porque o meu sonho era de montar uma empresa pra mim, nem que fosse aqui em casa, mas trabalhar para mim, não trabalhar mais pra ninguém, pros outros. A melhor coisa que tem é ter o teu dinheiro. Não precisa

trabalhar para os outros, se matar e não ganhar nada. O meu objetivo era até ter um negócio próprio meu, mas o que eu mais gostaria de trabalhar é de secretária. Alguma coisa que fosse meio período, por causa da minha menina. Eu queria pegar tipo num escritório, sabe. [...] Assim, como eu tô fazendo o curso na costura, eu vou continuar na costura, mas se, mais pra frente, eu pudesse ter alguma coisa assim, trabalhar com alguma coisa assim. Acabando o curso, eu quero fazer um curso de informática. Eu acabando meu curso, eu já quero engrenar na informática, sabe, eu não quero parar um tempo e depois começar. Porque se tu desiste depois não volta mais, não adianta. Então eu já falei pra ele[cônjuge], acabando eu quero incluir o de informática junto (Íris).

Para Azaleia o curso é um trampolim para um objetivo maior. Ela sempre quis fazer o curso superior de moda. Fez a prova de ingresso do IFSC para esse curso três vezes, mas não foi aprovada. Relatou que cursou o ensino médio por supletivo, com conteúdo reduzido, por isso acha que não conseguiu passar. Diante disso, decidiu fazer o curso técnico, já que é na mesma área. Azaleia está cursando novamente as matérias relativas ao ensino médio para relembrar os conteúdos. Afirmou que está aplicando os conhecimentos no seu trabalho como costureira e continuará tentando entrar no curso superior de moda, pois pretende abrir um negócio próprio: *“eu mesma quero criar, eu quero fazer tipo um ateliê, sabe? A minha intenção é essa, como já não dá, então vamos por partes, né?”* (Azaleia).

Cilósia voltou a estudar em busca de uma oportunidade melhor de trabalho. Informou que enfrentou dificuldade para conseguir emprego por não ter o ensino médio completo. Acha que só por meio da elevação da escolaridade é que as oportunidades de trabalho vão melhorar. No futuro pretende fazer um curso superior. Não recebeu incentivo direto da empresa para retornar aos estudos, mas constata que o estudo é reconhecido. Contou como foi a escolha do curso:

Como eu estou trabalhando na indústria têxtil então eu achei melhor ter um conhecimento assim para ver como que funciona, como que confecciona, como que é elaborado. Para ter um conhecimento, para não chegar lá e ficar: ah, meu Deus como que faz isso? Claro que eu tô

aprendendo ainda, não sei tudo, mas já para ter uma base assim, ajuda. [...] Eles dão mais incentivo para quem faz faculdade lá, dão a bolsa, né, metade. Sei lá, não sei se chega a pagar integral. Chegaram a comentar que para quem faz faculdade eles dão incentivo. No meu setor, tinha uma moça que estava fazendo faculdade, ela era revisora e ela foi para o PCP [setor da empresa]. Já valeu a pena. Ela está estudando e já deu um crescimento. Isso motiva a gente também. [...] Eu quero assim, tentar outros setores, trabalhar em outros setores para ver aonde eu vou me adaptar melhor. Eu não quero ficar toda a vida ali na revisão. Eu acho que vai ser bom, se eu pegar firme, levar a sério, eu acho que vai me ajudar um pouco sim (Cilósia).

Para Amarílis a melhoria das condições de vida e de trabalho é alcançada por meio da elevação da escolaridade e foi isso que a motivou para voltar a estudar. Contou que sempre teve o desejo de retornar aos estudos, mas não encontrava um curso que fosse compatível com o seu horário de trabalho. Com o curso almeja “*um emprego melhor, numa área melhor né, não na produção, um salário melhor [...]*” (Amarílis). A decisão de retornar aos estudos foi apoiada pelo companheiro, tanto que ele também estuda no curso.

Conhecer as aspirações e perspectivas desses trabalhadores-estudantes remete à análise das condições a que estão expostos todos os trabalhadores num período em que, cada vez mais, os indivíduos são responsabilizados pela sua condição. Isso acontece num cenário onde o capital tem amplo espaço para explorar a força de trabalho daqueles que a possuem como um único bem, onde o crescente contingente de excluídos do mercado de trabalho dá materialidade ao exército industrial de reserva e torna-se responsabilidade de cada um se tornar apto para vender sua força no mercado. Seduzidos pelo discurso da mídia e dos últimos governos, a maioria acredita que ser dono do próprio negócio é a melhor ou a única alternativa viável. As justificativas apontadas pelos trabalhadores para buscarem a qualificação profissional, basicamente o desejo de ampliar e formalizar a atividade que realizam informalmente ou de melhoria dos postos de trabalho que ocupam, remetem a dois conceitos bastante difundidos: empregabilidade e empreendedorismo.

O termo empregabilidade refere-se às características individuais do trabalhador para manter a sua capacidade de obter um emprego. Essas

características acionam aspectos normativos que podem ser adquiridos mediante formação profissional: educação, habilidades, experiência (LAVINAS, 2001). “Diante das mudanças em curso no mercado de trabalho, os trabalhadores com maior grau de empregabilidade teriam condições de melhor ajustar-se à nova oferta de emprego [...]” (LAVINAS, 2001, p. 3). Em outra definição, o conceito remete à responsabilidade de cada trabalhador para obter os requisitos que o tornarão em condições de ser empregado e ter renda. Esses requisitos seriam alcançados pela participação em processos educacionais e formativos que ampliam as chances na luta pela inserção nos empregos disponíveis (LIMA, 2008). Com a redução dos empregos disponíveis, a empregabilidade mostrou-se insuficiente e tornou-se necessário estimular o espírito empreendedor pelo fomento ao empreendedorismo (LIMA, 2008).

O cenário que acomoda a ênfase ao empreendedorismo e à empregabilidade começou a se emoldurar na década de 1990, quando os altos índices de desemprego e a informalidade criaram um ambiente favorável a esses discursos. Ao mesmo tempo que, pela ênfase neoliberal, o indivíduo aparece como responsável pela sua inserção econômica e pela sua trajetória ocupacional – e seriam estes os remédios para o desemprego e a informalidade (LIMA, 2008) –, “[...] agora, o desemprego passa a ser percebido como uma responsabilidade individual, e não mais social ou macroeconômica” (SALGADO, 2012, p. 132). A empregabilidade, enquanto responsabilidade individual, torna-se um conceito muito utilizado em cenários de altos níveis de desemprego.

Adequando-se a esse contexto, no Brasil foi criada a figura do microempreendedor individual - MEI²⁹, que representa uma tentativa do governo para tirar milhões de trabalhadores da “invisibilidade” por meio da abertura de CNPJ e do acesso a direitos previdenciários. Trata-se

²⁹ Conforme informação do governo brasileiro, Microempreendedor Individual – MEI é a pessoa que trabalha por conta própria e que se legaliza como pequeno empresário. O MEI pode ter faturamento anual de até R\$ 60.000,00 e pode ter até um empregado que receba um salário mínimo ou o piso da categoria. O MEI foi reconhecimento legalmente na Lei Complementar 128 de 19/12/2008. As vantagens que podem ser obtidas pelo MEI são: registrar-se no CNPJ, o que facilita emissão de notas fiscais, a abertura de conta bancária e acesso ao crédito. O MEI se enquadra no Simples Nacional e é isento de tributos federais. O valor da contribuição a ser recolhida mensalmente pelos MEIs varia de R\$ 40,40 a 45,40 e garante a cobertura previdenciária. Fonte: <<http://www.portaldoempreendedor.gov.br/mei-microempreendedor-individual>>, acesso em 05 mai.2015.

também de uma tentativa de fazer com que milhões de trabalhadores que estão na informalidade passem a pagar impostos. Além disso, Salgado (2012) adverte que a figura desse empreendedor configura-se

como nova ferramenta do processo de transferência de responsabilidade pela inserção e permanência no mercado de trabalho, que deixa de ser preocupação estatal, tornando-se inexoravelmente individual. Como ferramenta, a figura do Empreendedor Individual vem acompanhada de discursos e modos de subjetivação que permitem a constituição e a legitimação de corpos adequados a esse novo modelo de governamentalidade; e que, ao incentivar indivíduos a desenvolver seu “espírito empreendedor” e abrir suas próprias empresas, elevam o empreendedorismo ao status de panaceia ao problema da pobreza e do desemprego no Brasil (SALGADO, 2012, p 133).

Arelado a um modelo de governo neoliberal, trata-se de constituir uma nova subjetividade nos indivíduos, para que se tornem capazes de conduzir e gerir suas próprias vidas e trabalhos, para dependerem cada vez menos do governo e cada vez mais das instituições financeiras, por meio do acesso ao crédito. Isso é responsabilizar os indivíduos não só pela sua condição de emprego, mas também pela pobreza e pela miséria. Para a autora, existe um movimento de “aculturação” dos trabalhadores aos valores e práticas oriundos do mundo empresarial e uma “demonstração do possível que retrata o sujeito que vem de baixo, e que com dedicação e heroísmo supera as vicissitudes da vida e vence” (SALGADO, 2012, p. 136). Acreditar que os incentivos ao empreendedorismo da classe mais empobrecida da população serão capazes de dar conta do desemprego e da pobreza é desconsiderar o caráter que assumem as políticas econômicas e sociais no capitalismo tardio. É ignorar também a profunda desigualdade social.

O estudo de Lima (2008) sobre o empreendedorismo classifica os empreendedores em várias modalidades. Entre elas, a dos empreendedores involuntários, cuja definição remete aos trabalhadores pesquisados. Empreendedores involuntários são aqueles forçados a empreender por motivos alheios à sua vontade. “Conhecido como *empreendedor por necessidade*, não tem alternativa a não ser criar o próprio negócio, normalmente está desempregado e sem acesso ao mercado de trabalho, não lhe restando outra opção a não ser trabalhar por

conta própria” (LIMA, 2008, p. 52-53, grifo do autor). Os dados de pesquisas realizadas pelo autor mostram que a maioria dos brasileiros se tornou empreendedora por necessidade. Para Lima (2008, p. 57/58), isso gera a mitificação do empreendedorismo:

Em nossa opinião, a transformação da necessidade em motivação para empreender foi uma forma de mitificar o empreendedorismo, para transformá-lo ao mesmo tempo em proposta de política social conservadora, que busca compensar os danos do atual modelo de acumulação flexível capitalista, sem modificá-lo e, também, para manter vivo o pensamento neoliberal como hegemônico na sociedade. A mitificação do empreendedorismo é uma ameaça aos trabalhadores desempregados e informais, na medida que confere atributos atraentes e exagerados a uma proposta, visando mascarar os efeitos nefastos da globalização capitalista que gera “Perdedores”.

Merece destaque também o não incentivo por parte das empresas para que os trabalhadores retornassem aos estudos. Presume-se que este não incentivo esteja baseado na necessidade de mantê-los na posição que ocupam dentro da empresa, como trabalhadores do chão de fábrica, com baixa escolaridade e com possibilidades limitadas de ascensão profissional. Os trabalhadores fabris veem possibilidades de melhorar o salário e o posto de trabalho a partir da qualificação profissional. No entanto, pelos seus relatos, sugere-se que essa é muito mais uma ambição deles do que possibilidade concreta garantida pela empresa.

5.2 - O APOIO DA FAMÍLIA PARA A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

As questões relativas à conciliação entre família e qualificação profissional não são simplórias e nem unívocas. Ao contrário, no decorrer deste estudo mostrou-se o quão complexas e multifacetadas são as dificuldades e as estratégias articuladas para superá-las. A família é diretamente envolvida, pela ausência durante o período das aulas, pela parcela de trabalho familiar que é transferida para outrem por falta de tempo, pela diminuição dos rendimentos, entre outros aspectos. A vinculação do retorno aos estudos com a família foi evidenciada pelos entrevistados: o interesse em influenciar positivamente os filhos ou

deixar-lhes um patrimônio futuro. São as mães, sogras, cônjuges, filhas que “seguram as pontas” em casa para que consigam estudar.

A exemplo de muitos outros, os sujeitos pesquisados abandonaram os estudos muito cedo e agora percebem os prejuízos para sua trajetória ocupacional, já que a baixa escolaridade dificulta o acesso aos postos formais de trabalho. Alguns estudantes relataram que a família, o casamento e o nascimento dos filhos estão entre os motivos que os levaram a desistir dos estudos quando cursavam o ensino médio. Já para outros, foi a imaturidade da adolescência, somada à vontade de se divertir, que fez com que os estudos fossem interrompidos. O trabalho também apareceu como determinante para o abandono da escolaridade.

Na elaboração dos objetivos dessa pesquisa, tinha-se a hipótese de que família constituiria mecanismo importante para a conciliação e para a permanência nos estudos. Para perquirir essa hipótese, perguntou-se aos entrevistados se o retorno aos estudos foi apoiado e acordado com a família e se o fato de estarem estudando trouxe algum transtorno para a família ou representa motivo de conflito entre os familiares.

As respostas indicam que o apoio da família para o retorno aos estudos materializa-se em ações de suporte, tanto no cuidados dos filhos como na realização do trabalho familiar. É assim para Açucena e Jacinto, Dália, Antúrio e Azaleia. O apoio também foi manifestado pelos cônjuges entrevistados. Percebeu-se que os familiares compartilham a ideia de que a possibilidade de sucesso profissional passa pela qualificação e isso reflete diretamente nas condições da vida. Astromélia e Cilósia mencionaram que tiveram pouco apoio da família. O fato de terem poucos familiares na cidade e estarem em processo de separação influenciou nessa situação.

Sobre o apoio da família, Azaleia menciona: *“Ah, eu tive todo o apoio, da minha mãe, do meu pai, do meu marido. Eles sabiam a quantia que eu queria e não aparecia oportunidade antes. Esse do PROEJA para mim caiu como uma luva porque o que eu tentei antes e não consegui. Eu já tinha até desistido”* (Azaleia).

Jacinto mencionou que a filha é influenciada pelos estudos dos pais: *“É legal. A menina, ela tem quatro anos. E aí a gente fala, ó, o papai voltou a estudar e coisa e tal. Daí ela já fica mais interessada, anima até ela a ir para o colégio sabe. Ela ver o pai e a mãe estudando incentiva ela também, né?”* (Jacinto).

Íris foi a única trabalhadora que mencionou enfrentamento de dificuldades após ter voltado a estudar:

Ai, assim pra mim tá sendo difícil. Não vou dizer que está sendo fácil porque pra ninguém é fácil trabalhar, cuidar de casa, filho e mais família. Eu falei pro Delfim pra ele me ajudar, me apoiar, me ajudar nos afazeres da casa, no que ele puder me ajudar dentro de casa. Já que com a sogra não adianta contar porque ela tem o trabalho dela. Ele, que fica depois das 18h em casa, então ele tem que me ajudar. Eu falei assim pra ele, se tu me ajudar nos afazeres da casa pra não ficar muito pesado pra mim, já ajuda bastante. Sabe, porque é cansativo (Íris, grifo nosso).

Os demais não falaram de dificuldades, mas alertaram que o tempo de convívio com a família diminuiu. Astromélia e Rosa, cujas famílias são monoparentais, tiveram de fazer negociações com os filhos:

Não, a única coisa que eu tive que sentar e conversar com a minha filha: ó, você vai ter que cuidar da tua irmã, cuidar um pouco mais da casa até você começar a trabalhar, você vai ter que me ajudar em relação a isso. Pra você ver: eu trabalho no terceiro turno, eu chego em casa 5h30min. Durmo até umas 9 ou 10 horas, aí eu acordo, arrumo alguma coisa para elas comer. Lá por 13h30min eu pego o ônibus e vou, então ela tem que ficar responsável pela casa (Astromélia).

Na verdade, eles ficaram mais responsáveis. Eles aprenderam a ter mais responsabilidade. Eles iam chegando e jogando e fazendo isso e aquilo e não cuidavam muito das coisas. Hoje não, eles aprenderam a cuidar mais. Como eu tenho pouco tempo em casa, eles aprenderam a se organizar, coisa que não faziam tanto, sobre roupa, mochila, material. Os três começaram a se organizar melhor e a ter mais responsabilidade. Chega no sábado, eu vou limpar o chão, o menino já vai arrumando a cama, a pequena já vem batendo o sofá. Um acaba ajudando o outro, para gente acabar logo e poder sair (Rosa).

Alguns estudantes evidenciaram que as relações com a família mudaram a partir do ingresso no IFSC. O retorno aos estudos despertou o

interesse para assuntos relacionados a conhecimentos gerais, o que, além de mudanças no comportamento, transformou suas vidas como um todo. Para alguns, principalmente para as mulheres, o fato de terem voltado a estudar significa deixar a casa e a rotina doméstica – que podem ser instrumentos de alienação – para fazer algo por si, possibilita a descoberta do mundo para além das fronteiras da casa e da família. “*A gente tem mais interesse de ler, saber o que está acontecendo a sua volta. É isso*” (Cilósia). A possibilidade de ampliar o ciclo social, antes restrito à “*mesmice da vidinha meio sem graça*” (Cilósia) do mundo de mãe, casa e trabalho foi apresentada por Cilósia, Açucena e Dália com alegria.

Eu percebi que esses quatro anos longe da escola eu vivi naquele mundo mãe, casa e trabalho. O que passa de Dilma você já não se interessa, sobre o teu país você não se interessa. Agora que eu tô voltando da escola, você já se interessa. [...] Eu me sentia tão burra e eu fiz o ensino médio, eu estudei até o segundo ano, então bastante coisa que eles passam eu lembro do que eu estudei. Só que eu fiquei tão longe que eu me sinto assim, bem perdida (Açucena).

Ciclo social, o tipo de pessoas mudou. Antes eu tinha meu mundinho aqui, de dia eu ficava em casa e de noite eu trabalhava. Eram aquelas pessoas, só conversava sobre trabalho e, querendo não, o meu esposo mal tinha tempo porque trabalha e estuda. Era aquela coisa. Hoje em dia lá, por mais que a gente fique 4 horas juntos, mas você tem pessoas diferentes, histórias de vida, experiências e classes, religiões diferentes. Então, o meu ciclo de amizade, o meu ciclo social aumentou pra caramba. Isso reflete no meu pessoal. Eu sou uma pessoa que eu gosto muito de falar e quando eu encontro pessoas diferentes, que tem coisas para me contar ou que eu posso dividir com elas, eu gosto muito (Dália).

A qualificação profissional foi apontada por Açucena, Íris e Margarida como atenuante do estresse. As informações colhidas indicam que a redução do estresse deriva de vários fatores: redução da carga horária de trabalho (as três trabalham informalmente e têm maior controle sobre a sua jornada), ampliação do ciclo social e de amizades, mudança

de foco do trabalho doméstico (que antes parecia ser o centro das preocupações) para a qualificação profissional. Sobre isso, Íris manifestou:

Assim, eu praticamente fico só em casa. [...] Eu quase não tenho amizade aqui, eu só tenho com o Antúrio e com a mulher dele. Eu quase não conheço ninguém aqui, ir na escola está sendo uma maravilha, tu conversa com todo mundo, tu faz amizade, é bom. Tá sendo bom voltar a estudar, tá sendo maravilhoso. Até agora eu não me arrependi e não me arrependo de ter voltado. Eu falei para o meu marido, se eu puder continuar, que ele puder me ajudar com a neném, eu vou continuar, não quero nem saber. Vai ser difícil, complicado, apertado, mas eu vou me virar. Como eu falei para ele, na verdade, não que ele não se sacrifica também, mas eu me sacrifico mais, porque tem que estudar de manhã, vem pra casa, fica com ela, tem o serviço da casa e no outro dia ainda tem que ir pra aula cedo. É ter força de vontade, porque se fosse outro já tinha desistido já. Porque não é fácil, trabalhar, estudar, cuidar de casa e cuidar de filho também, né? Graças a Deus ela não me incomoda, é um anjinho. Mas é puxado, se eu disser que não é mentira. Só que aqui eu ainda posso contar com a sogra e com ele. Eu tenho quem possa me ajudar.

A situação vivida pelos sujeitos desta pesquisa coaduna com a de muitos outros. Vargas e Paula (2013) trataram sobre a inclusão do trabalhador-estudante e do estudante-trabalhador na educação superior e as problemáticas que discutem se assemelham com o contexto estudado, ainda que o foco aqui seja a educação profissional e tecnológica. Ao analisarem as condições de democratização do acesso à educação superior, apontam que as condições socioeconômicas são determinantes para o desempenho escolar dos estudantes. Além disso, outra carência deve ser observada: “a dificuldade de ajuste entre as exigências de escolarização e a necessidade de trabalhar, vivida por um contingente expressivo do alunado” (VARGAS; PAULA, 2013, p. 465). O trabalho pode dificultar a escolarização e a ausência de trabalho pode também impedi-la. Consta-se então uma incompatibilidade entre estudo e trabalho. Para as autoras, o estudante-trabalhador é que aquele tem o trabalho mais prejudicado, ou seja, por conta da exigência dos estudos,

dedica-se a atividades parciais, precárias e insatisfatórias. Já a situação do trabalhador-estudante é diferente, pois o

[...] estudo aparece como contingência. O trabalhador escolhe um curso que não se incompatibilize com o trabalho porque este sim exige e absorve a maior parte das energias. O trabalho faz com que o curso tenha importância acessória. [...] o sucesso no trabalho realiza-se às expensas do curso. Isso não significa que ele seja abandonado, mas simplesmente que é redefinido em termos do interesse mais amplo que o trabalho apresenta (FORACCHI, 1977, p. 51 apud VARGAS; PAULA, 2013, p. 467).

Os sujeitos desta pesquisa encontram-se na condição de trabalhadores-estudantes, uma vez que o estudo é não é a prioridade em suas vidas, vem depois do trabalho e da família. Essa conceituação é fundamental porque marca o lugar que ocupam e os identifica. O estudo realiza-se à custa de muita articulação no trabalho e na família. Alguns relatos apresentados anteriormente indicam que trabalho e família constituem-se, por vezes, em ameaça à continuidade aos estudos. A família desempenha, na maioria das vezes, apoio e não impedimento.

5.3 – A ADEQUAÇÃO DA PROPOSTA DO PROEJA ÀS NECESSIDADES DOS TRABALHADORES-ESTUDANTES

O curso Técnico em Vestuário – PROEJA/CERTIFIC faz parte de um projeto piloto do IFSC – Campus Jaraguá do Sul que se propõe a atender às necessidades reais dos trabalhadores de Jaraguá do Sul, conferindo autonomia para que eles componham seu itinerário formativo (IFSC, 2014). Diante disso, decidiu-se perguntar aos participantes da pesquisa como avaliam o curso e o IFSC de uma forma geral, buscando saber, a partir da interpretação das respostas, se o curso realmente atende às suas necessidades.

Os trabalhadores-estudantes manifestaram que a organização do curso tem se mostrado como um atenuante no equilíbrio entre família, trabalho e qualificação profissional. A estrutura curricular está organizada de forma a permitir que o estudante escolha quais disciplinas quer cursar e, consequentemente, os dias da semana em que terá aula. Essa “flexibilidade” foi apontada como fundamental para que as mães e pais

continuem estudando. Contribui também para a continuidade a certificação dos saberes profissionais, pois possibilita eliminar aquelas disciplinas com conteúdos relacionados aos saberes práticos por meio de uma prova de validação. São elucidativos os apontamentos de Margarida e Amarílis.

Por isso que a gente optou por não fazer todo dia, de segunda a sexta. A gente estuda segunda, quarta e quinta porque daí na terça eu posso lavar roupa, fazer o serviço e na sexta também. Então a gente tem dois dias para fazer o serviço da casa, lavar roupa e fazer tudo o que a gente tem para fazer. Daí assim a gente ainda consegue se adaptar (Amarílis).

Eu certifiquei a costura. Na quarta, que eu vou que é formação geral, que é do segundo grau, na quinta eu não vou mais porque ficou bem puxado pra mim e na sexta eu vou porque é negócio de mecânica e manutenção de máquinas, então pra mim compensa eu estar fazendo na sexta-feira porque daí eu não preciso pagar (Margarida).

Cilósia explicou a importância da flexibilidade do curso na organização da sua rotina:

Aí eu tenho que vir pra pegar ela [filha], umas 18h30min eu já tenho que estar aqui. Aí, como as aulas nunca terminam 18h40min, sempre termina às 18h, muita gente sai nesse horário. É nesse horário que eu venho. Depende do professor. É isso, eu vou trabalhar de manhã, aí três vezes por semana eu vou lá no IFSC. Não dá pra mim fazer todos os dias. Na segunda eu não estou indo e nem na sexta. [...] Na segunda eu não estou indo porque eu perdi um pouco de aula, estampaaria que está tendo este semestre e como envolve muita conta eu achei melhor nem ir assim pela metade. E na sexta, porque a mulher que fica à tarde com ela não pode ficar depois das 17h, ela sai às 17h e daí eu tenho que ir buscar ela. A mulher sai mais cedo, às vezes tem compromisso (Cilósia).

Rosa também informou que não vai às aulas todos os dias:

De segunda a quinta. Na sexta eu não vou porque fica muito puxado, eu fiquei muito tempo sem estudar. E também pelas crianças, eles ficam sozinhos nesse período, já ficam de manhã. Aí tem a vizinha aqui de baixo, que ela vem dá café para eles e de meio-dia esquento o almoço para eles irem para a escola. E de tarde eles ficam sozinhos até eu chegar. Eu chego 18h45min. Como eu trabalho de manhã, tenho que ir dormir cedo, acaba ficando difícil, né? Aí eu optei por não ter aula na sexta.

Jacinto diz que só consegue estudar porque tem a possibilidade de escolher os dias que vai frequentar as aulas. Se tivesse a obrigatoriedade de ir todos os dias, ele e Açucena não poderiam estudar ao mesmo tempo, pois alguém teria de ficar em casa para buscar as crianças na escola. Percebe-se que maioria dos estudantes não frequenta as aulas todos os dias, o que permite conciliar os estudos com o trabalho familiar. Este aspecto foi bastante enfatizado pelas mulheres. Para estes pais e mães de família, conseguir manejar os dias de aula para encaixá-los entre as obrigações do trabalho e da família é fundamental para a sua permanência na escola.

Todos os alunos fizeram uma avaliação positiva do IFSC, do curso e dos professores. Para Antúrio, o mais importante é o apoio dos professores. Jacinto mencionou que eles são bem diferentes e a metodologia das aulas é melhor: *“Parece que eles entendem mais a gente”* (Jacinto). Rosa destacou que *“as matérias são bem interessantes, os professores ajudam bastante, tiram as dúvidas, então é bem completo”* (Rosa). Açucena destacou o seguinte:

A escola só está me ajudando, ela não está me atrapalhando. Eu parei para pensar: eu não tenho uma profissão própria, eu ainda estou pensando o que eu quero ser, eu ainda não sei. Eu quero continuar estudando, da escola eu não saio mais. Alguma coisa o IFSC vai ter para me oferecer quando eu terminar esse curso, sempre eu vou conseguir (Açucena).

Já Dália avaliou da seguinte forma:

Como eu te falei, eu achava que eu conhecia alguma coisa. O curso está me surpreendendo

muito. Eu conhecia só a parte técnica do corte, eu conheço as fibras têxteis, de onde veio cada fibra, como é composta. Saber desenhar os moldes, como fazem as modelagens, saber a história de cada um é, querendo ou não, isso reflete na tua vida. É conhecimento que eu vou levar para o resto da vida e isso para mim está sendo bem interessante (Dália).

Os estudantes informaram também que a equipe de servidores do curso mostra-se compreensiva com relações às demandas familiares e de trabalho, o que faz toda a diferença para a permanência deles. Antúrio mencionou esse aspecto, pois após o nascimento da quinta filha, que não era esperada, precisou faltar às aulas para trabalhar e cuidar das crianças. Rosa também elogiou a autonomia conferida aos alunos para que possam escolher os dias que frequentarão as aulas: *“Eu acho bom né, porque a gente consegue programar vida da gente”*. Azaleia também destacou a compreensão: *“Sim, compreendem. Eles [os professores] sabem que a vida não é fácil”*.

Os alunos dos cursos na modalidade PROEJA participam dos programas de assistência estudantil por meio da concessão de auxílio financeiro. Todos os alunos do curso recebem benefício no valor de R\$ 100,00 e podem participar dos editais do Programa de Atendimento aos Estudantes em Situação de Vulnerabilidade Social – PAEVS. Podem se inscrever para este programa estudantes com renda familiar *per capita* de até 1,5 salário mínimo; precisam cumprir vários procedimentos e, após avaliação do Índice de Vulnerabilidade Social, podem receber auxílios com valores entre R\$ 100 e R\$ 500,00. Os estudantes que se ingressaram no curso no ano de 2014 e que atendem aos critérios do programa já estavam recebendo o benefício quando foram entrevistados. Já os que se ingressaram no curso no ano de 2015 haviam feito a solicitação do benefício, mas ainda não tinham o resultado.

Tanto os benefícios do PAEVS como do PROEJA foram apontados como fundamentais para a permanência no curso. Os estudantes relataram que eles contribuem para custear despesas com transporte e alimentação, principalmente para aqueles que saem do trabalho e vão direto para o IFSC. Alguns estudantes informaram que o benefício contribui também para pagar despesas domésticas, como prestação da casa, energia elétrica e água.

A avaliação dos estudantes e os aspectos que identificaram como positivos no IFSC e no curso fazem supor que eles conseguiram retornar

aos estudos e aí permanecem porque lhes é direcionado um olhar diferenciado, capaz de compreender as suas condições de responsáveis por uma família e de trabalhadores. No entanto, em alguns momentos, a família e o trabalho colocam-se como ameaça à permanência na escola, por isso as diversas estratégias desenvolvidas por eles para equilibrar família, trabalho e qualificação profissional.

6 – A ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS PARA CONCILIAÇÃO DA TRÍPLICE JORNADA

O objetivo desta seção é traçar um percurso analítico sobre os dados da pesquisa, partindo dos modos de vida das famílias entrevistadas e relacionando-os com alguns aportes teóricos de referências para a temática apresentada. Esse exercício analítico incita a construção de algumas hipóteses acerca das famílias que trabalham para o setor têxtil e sobre as estratégias que desenvolvem para a conciliação de sua tríplice jornada: família, trabalho remunerado para o setor têxtil e qualificação profissional.

6.1 – OS MODOS DE VIDA E A PERSISTENTE EXPLORAÇÃO

Os sujeitos pesquisados estão na faixa etária entre 23 e 41 anos e seus cônjuges possuem idade entre 25 e 34 anos, período em que estão no auge da sua fase produtiva e, como foi visto, a maioria já iniciou também a fase reprodutiva. Trata-se então da combinação dos papéis de pai ou mãe, trabalhador e estudante. Os filhos, com idade entre 3 meses e 16 anos, exigem cuidado e atenção constante, o que implica uma grande carga de trabalho familiar e, ao mesmo tempo, maiores demandas financeiras, como os gastos com fraldas, leite e medicamentos, entre os mais mencionados pelos entrevistados. A ausência de assistência pública, serviços ou benefícios exalta e amplia as adversidades que enfrentam cotidianamente.

A insuficiente assistência do Estado a essas famílias consolida barreiras no acesso aos direitos sociais: saúde, educação infantil, assistência social, previdência, habitação, entre outros. Da realidade das famílias emergem os exemplos dessas barreiras. Dália, Azaléia, Margarida e Rosa já possuem casa própria. Antúrio e Íris dividem a casa com a família extensa e Amarílis mora na casa dos pais, que lhe foi cedida. Açucena, Cilósia e Astromélia pagam aluguel. O alto custo dos imóveis na cidade, se comparado ao salário que recebem, impossibilita para alguns a aquisição da casa própria.

O caráter contributivo da Previdência Social exclui os trabalhadores informais dos benefícios e garantias dessa política. Ao mesmo tempo, a política de assistência social, apoiada na focalização e na seletividade, não os alcança. A saúde, por meio do desmonte do princípio da universalidade, é entendida e obtida como mercadoria. Assim, os trabalhadores da indústria conseguem acedê-la via planos de saúde e outras formas de convênios privados. Os informais, sem

condições de financeiras para comprá-la, buscam as emergências hospitalares quando estão doentes ou os postos de saúde para aquelas situações não emergenciais, onde enfrentam longas filas. Diante disso, a hipótese que se constrói é que esses trabalhadores enfrentam uma condição de desproteção social.

Os modos de vida das famílias estudadas refletem as dificuldades que a classe trabalhadora enfrenta cotidianamente. A classe trabalhadora, ou a classe-que-vive-do-trabalho (ANTUNES, 2009), inclui a totalidade daqueles que vendem sua força de trabalho, a totalidade do trabalho social, a totalidade do trabalho coletivo assalariado, que vivencia diretamente a subsunção real do trabalho ao capital. A partir de uma noção ampliada de classe trabalhadora, o autor nela inclui todas as pessoas que vendem sua força de trabalho em troca de um salário: o proletariado industrial, os assalariados do setor de serviços, o proletariado rural, o proletariado precarizado moderno, aí compreendidos os terceirizados, os informais e os desempregados. Os modos de vida dessa classe articulam-se com as mutações do mundo do trabalho, que deterioraram os direitos do trabalho no processo de reestruturação.

A maior parte do público pesquisado é migrante, apenas Amarílis e Dendron nasceram em Jaraguá do Sul. São trabalhadores que se mudaram de cidade atraídos pelo cenário industrial de Jaraguá do Sul, pela promessa de emprego e de bons salários, pela “cultura do trabalho” (SCHÖRNER, 2000) e pelos aspectos positivos (organização, desenvolvimento, etc.) associados às cidades com colonização germânica. No entanto, ao serem empregados nas indústrias têxteis, alguns trabalhadores passaram a conviver com o adoecimento e o estresse causado pelas jornadas extenuantes, pelo trabalho em turnos, pelas atividades repetitivas e manuais em relações de forte caráter hierárquico. Assim, conformam-se os abusos que sofrem cotidianamente. O domínio do capital sobre a satisfação das necessidades elementares e sobre o uso do tempo livre os fez naturalizar a constante exploração de sua força na produção de mais-valia.

A individualização - no trabalho e na família - e a não representação de classe afirmam-se no cotidiano desses trabalhadores. Nos seus modos de vida, expressam-se significativamente o trabalho e a família, numa articulação constante. Em alguma medida, quando as estratégias de conciliação funcionam, expressa-se também a qualificação profissional.

O contexto estudado é fortemente marcado pelas mutações do mundo do trabalho apontadas por Antunes (2009). Estas permitem compreender as condições do trabalho na atualidade. O autor aponta

algumas dimensões da heterogeneidade e complexidade da classe trabalhadora amparadas pela redução do trabalho assalariado estável e um incremento do trabalho precarizado (terceirizado, subcontratado, entre outros). Esses postos de trabalho que inicialmente foram preenchidos por imigrantes, hoje englobam os “trabalhadores remanescentes da era da especialização taylorista-fordista” (ANTUNES, 2009, p. 105) que precisam buscar alternativas em condições muito adversas.

A divisão sexual do trabalho também compõe essas mutações. Cresceu significativamente a participação das mulheres no mercado de trabalho, que também se associa ao movimento de emancipação das mulheres. No espaço fabril, porém, elas se dedicam a atividades, no dizer de Antunes (2009), de *trabalho intensivo* (atividades manuais e marcadas pela rotinização), enquanto aos homens é reservado o trabalho com *capital intensivo*, com exigência de maior qualificação e em áreas mais valorizadas. Percebe-se que “[...] o capital incorpora o trabalho feminino de *modo desigual e diferenciado em sua divisão social e sexual do trabalho*. [...] *ele faz precarizando com intensidade maior o trabalho das mulheres*” (ANTUNES, 2009, p. 109, grifos do autor).

A expansão do setor de serviços, do terceiro setor e do trabalho em domicílio também materializa as mutações do mundo do trabalho. O trabalho em domicílio tem vínculo direto e evidente com o capitalismo, reintroduz formas pretéritas, como o trabalho por peça, e se mistura com o trabalho reprodutivo, acentuando o caráter exploratório. No predomínio do capital sobre o trabalho, acrescentam-se as dificuldades dos sindicatos e órgãos de representação da classe trabalhadora para incorporar as mulheres e os trabalhadores terceirizados e precarizados.

O exercício laborativo controlado pelo sistema de metabolismo societal do capital (ANTUNES, 2009) preserva essencialmente o *estranhamento* do trabalho, uma vez que “a subjetividade que emerge na fábrica ou nas esferas produtivas contemporâneas é expressão de uma *existência inautêntica* e estranhada. [...] a subjetividade que então se manifesta encontra-se *estranhada* em relação ao *que se produz e para quem se produz*” (ANTUNES, 2009, p. 130, grifos do autor). Ao lado desse estranhamento dos trabalhadores com relação ao trabalho e aos seus produtos, a fase do capital marcada pelo desemprego estrutural e pela precarização do trabalho faz emergir repercussões também na vida fora do trabalho, na esfera da reprodução social. Essas repercussões relacionam-se com o consumo de mercadorias, materiais e imateriais, fortemente incentivado pelo capital, pela ampla privatização dos serviços públicos, pelo domínio do capital sobre o tempo livre, que deve ser usufruído em espaços e atividades relacionados ao consumo. Outro

exemplo do controle do capital sobre o tempo livre aparece na necessidade constante de qualificação para conseguir inserir-se no mercado de trabalho. Os trabalhadores dedicam parte do “tempo livre” para estudar e se qualificar para garantir a sua “empregabilidade” (ANTUNES, 2009) e assim conseguir vender a sua força de trabalho.

Nessa discussão acerca da qualificação e do ingresso no mercado de trabalho, é fundamental analisar os níveis de escolaridade da população brasileira. Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - PNAD - de 2007 revelaram que no conjunto de trabalhadores com 25 anos de idade ou mais, aqueles que frequentaram curso de educação profissional apresentaram rendimento no trabalho principal superior aos que não o frequentaram (R\$ 1240,00 e R\$ 934,00, respectivamente). Receberam também remuneração superior aqueles trabalhadores com até 11 anos de estudo, ou seja, com ensino médio completo. Estes obtiveram rendimento médio de R\$ 932,00, contra R\$ 677,00 daqueles que não completaram o ensino médio (IBGE, 2009). Diante disso, constata-se que a busca pela melhoria de condições de vida e de trabalho via elevação da escolaridade faz parte da realidade da classe trabalhadora, o que justifica os desejos e motivações do público pesquisado para buscar a conclusão do ensino médio e do curso técnico.

As profundas desigualdades sociais e regionais que marcam a sociedade brasileira conformam os constrangedores indicadores educacionais do país. Os dados do IBGE mostram que no ano de 2008 as pessoas com 15 anos ou mais tinham em média 7,4 anos de estudo. Situação ainda mais grave é encontrada nos indicadores do ensino médio: os dados de 2008 mostram que a taxa de frequência dos adolescentes de 15 a 17 anos de idade era de 84,1%, mas, na taxa líquida (nível compatível com a idade), a frequência ao ensino médio neste grupo etário era de apenas 50,6%. Quando estes indicadores são associados ao rendimento mensal familiar *per capita*, as desigualdades afloram. Nas famílias mais ricas, 78,4% estavam frequentando o ensino médio, ao passo que nas famílias mais pobres apenas 30,5% (IBGE, 2009). Para o IBGE, os estudantes do ensino médio encontram desafios que se relacionam com o acesso, com a permanência e com o desempenho e conclusão do curso. Vale lembrar que esse nível de escolaridade tem sido essencial para a inserção em quase todas as funções produtivas, conforme os relatos dos trabalhadores pesquisados. No grupo de 18 a 24 anos, apenas 36,8% completaram 11 anos de estudos, e para o grupo etário com mais de 25 anos, em 2008, a média de anos de estudo era de 7 anos, o que representa uma escolaridade que ainda não atingiu o ensino fundamental (IBGE, 2009).

Os trabalhadores que compõem esses indicadores sociais são os mesmos que acedem aos postos de trabalho precários referidos anteriormente e são os mesmos que engrossam as fileiras do PROEJA. Para compensar o “tempo perdido” buscam uma formação ligeira, enxuta e que é propagandeada como garantidora de melhores níveis de emprego e de salários. No entanto, essa formação muitas vezes também é precária e insuficiente, passando longe daquela proposta de educação humanizadora que compõe os manuais do programa.

O fato é que se trata de trabalhadores que, individualmente, tentam superar a condição de pobreza em que vivem. São pessoas que se esforçam ao máximo para melhorar de vida, para garantir aos filhos um “futuro” melhor. Para as famílias pesquisadas, trabalho e educação implicam-se mutuamente: a baixa escolaridade não possibilita maiores rendimentos ou melhores postos de trabalho; ao mesmo tempo o trabalho, muitas vezes, os impede de estudar.

Na introdução deste trabalho foi apresentado o conceito de modos de vida (BERMÚDEZ, 2003), entendido como uma categoria que problematiza a relação que os indivíduos estabelecem com as estruturas econômicas e políticas, conjugando condições materiais e subjetivas e articulando os processos individuais com o contexto societal. A análise dos modos de vida dos trabalhadores do setor têxtil sugere que eles são submetidos a uma exploração que se mostra persistente e multifacetada.

A exploração manifesta-se: na desconfiança em situações de doença dos trabalhadores; no rígido controle do tempo, dentro e fora do trabalho; na separação entre concepção e execução do trabalho, que materializa as situações de estranhamento; no pouco tempo para o convívio com os familiares, entre tantos outros aspectos. Para os informais, a exploração manifesta-se: na subordinação aos fornecedores das peças (na definição da quantidade de trabalho, nos prazos, no valor da remuneração); na autonomia relativa que reduz a tão propalada ideia de liberdade; na invasão do trabalho ao espaço doméstico; na supremacia do trabalho sobre as demais esferas da vida, como a família e o lazer.

A naturalização das metamorfoses do trabalho e da subsunção do trabalho ao capital leva os trabalhadores a se igualarem às máquinas, já que devem produzir cada vez mais e pensar cada vez menos, num processo de *coisificação das pessoas e personificação das coisas*, observado na ampla valorização das mercadorias.

6.2 – A INFORMALIDADE COMO ESTRATÉGIA DE CONCILIAÇÃO ENTRE TRABALHO E FAMÍLIA

Os dados desta pesquisa revelam a ligação intrínseca entre trabalho e família, uma interdependência entre o trabalho familiar e a inserção no mundo do trabalho remunerado. Trata-se de uma interdependência estruturada, conforme definiram Saraceno e Naldini (2003, p. 261), que não é sempre igual nem estática e “a divisão do trabalho e a atribuição de deveres, responsabilidades e competências diversas aos adultos dos dois sexos constitui um dos elementos-chaves”. A posição de homens e mulheres no mercado de trabalho é demarcada pela posição no trabalho familiar. Assim, a forma como na família se decide quem e como se apresenta no mercado de trabalho mostra a interação com o ciclo de vida familiar e com outros trabalhos, remunerados ou não: trabalho doméstico, trabalho para o autoconsumo e o trabalho negro, que é exercido pelas jovens e pelas mulheres ou como um segundo emprego pelos homens adultos. A família apresenta-se como um microcosmo intermediário para coordenação e integração da força de trabalho (SARACENO; NALDINI, 2003).

Nas famílias pesquisadas, nota-se ainda a presença do padrão que mantém o homem na posição de provedor principal, pois, na maioria dos casos, os homens mantêm-se no trabalho formal. Coincidindo com o ciclo de vida familiar e com a presença de filhos, a maioria das mulheres dedica-se às atividades informais. No entanto, há famílias em que homem e mulher estão inseridos em atividades informais, como Antúrio e Gérbera, Azaleia e Crisântemo. Assim, a família se materializa como núcleo de decisão sobre o ingresso no mercado formal e sobre a divisão do trabalho.

Foi mostrado, no decorrer do texto, que as alterações no perfil das famílias e, principalmente, a incorporação da mulher ao mercado de trabalho alteraram a organização e distribuição do trabalho doméstico entre os sexos. Saraceno e Naldini (2003) enfatizam que, quando se começa a falar de mulheres com dois papéis ou de famílias de duplo ingresso, surge uma sobrecarga de trabalho e um grau elevado de incompatibilidade entre família e trabalho. Nas famílias pesquisadas, a essa incompatibilidade entre família e trabalho associam-se as dificuldades para aceder aos serviços públicos. Estas dificuldades abrangem a incompatibilidade de horários família-serviços, de conciliação da faixa etária dos filhos com aquela exigida pelos serviços ofertados, de compreensão dos critérios para acesso a alguns programas

e benefícios, a longa espera para conseguir serviços básicos de saúde na rede pública, para citar apenas as principais. É relevante apontar que

Também o uso de serviços, na verdade, exige trabalho, sob a forma de práticas administrativas, formas de participação (pensemos nos órgãos colegiais da escola, nas associações dos utentes de serviços), além de verdadeiras atividades de integração. Existem investigações, por exemplo, sobre a quantidade e a qualidade do trabalho necessário exigido para o funcionamento do serviço de saúde [...], ou para os serviços para a primeira infância (SARACENO; NALDINI, 2003, p. 277, grifos nossos).

Isso quer dizer que a família, além de se equilibrar entre o trabalho remunerado e o familiar, precisa dedicar tempo para o acesso aos serviços. Na realidade pesquisada, constatou-se a ausência desse acesso. As tensões entre o trabalho remunerado e o trabalho para acesso aos serviços foram evidenciadas nas narrativas das mães, ao contarem sobre a interlocução com as escolas onde os filhos estudam, ou na exigência de práticas burocráticas, como aquelas referentes ao cadastramento para os programas habitacionais (que Íris não conseguiu cumprir), que tornam ainda mais distante o sonho de ter a casa própria.

O sistema produtivo força o trabalhador a aderir à informalidade quando não oferece oportunidades para a conciliação, pelos altos níveis de exploração a que o submete. Margarida e Açucena contaram a pressão por produtividade e o total controle sobre o trabalhador que compõem o cenário do trabalho fabril na maioria das empresas. Para sair dessas condições, os trabalhadores não mensuram os prejuízos que terão com a ausência de contribuição previdenciária e dos direitos trabalhistas e se entregam ao trabalho informal. Eles percebem a exploração de sua força de trabalho no baixo valor que recebem por peça costurada, quando comparam com o valor de revenda; mas o caráter descartável da força de trabalho faz com que aceitem que seja extraída em condições degradantes e mal pagas.

A realidade dessas famílias indica a hipótese de que, diante da inexistência de políticas que facilitem o equilíbrio entre trabalho e demandas familiares, seja aquelas operacionalizadas pelo Estado ou pelas empresas, o trabalho informal em domicílio torna-se a principal estratégia de conciliação. A informalidade é estratégica, pois possibilita equilibrar as demandas do trabalho remunerado com as demandas da família.

6.3 – A DIFÍCIL CONCILIAÇÃO ENTRE OS TRÊS MUNDOS: FAMÍLIA, TRABALHO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Como corolário do tratamento dados às questões da conciliação entre trabalho e responsabilidades familiares no Brasil, as empresas de Jaraguá do Sul não adotaram as medidas previstas para apoiar o equilíbrio entre ambos. Minimamente, aceitam ausências esporádicas dos trabalhadores quando eles têm de tratar de questões relacionadas aos filhos, que precisam ser convicentemente justificadas. Isso causa aborrecimento e estresse aos trabalhadores, principalmente às mulheres. É presente também o controle e a fiscalização do tempo enquanto estão no trabalho. Os horários rígidos de entrada e saída, que muitas vezes não coincidem com os demais horários da família, são ponto de conflito. Supõe-se que as dificuldades enfrentadas pelas famílias seriam atenuadas se houvesse reconhecimento do conflito entre família e trabalho e aplicação de medidas de apoio aos trabalhadores. Foi mostrado que o Brasil vem ignorando as orientações e recomendações relacionadas a esta questão, tanto do ponto de vista do mercado como do Estado.

Assim, reforçam-se as saídas pela via privada, que cotidianamente são articuladas pelas famílias. Essas saídas são estratégias articuladas internamente pelo grupo familiar. A realidade dos trabalhadores do setor têxtil indica algumas delas.

Como primeira estratégia estão os arranjos e adaptações dos horários das famílias por meio do trabalho em turnos, de alterações nos horários de estudos dos filhos e da alternância de trabalho e cuidados operadas pelos pais. Essas adaptações revelam a família como um âmbito de flexibilidade que articula seus tempos em consonância com os tempos sociais externos à ela e que, com certa variação, combina, recompõe ou racionaliza a organização do tempo de acordo com a flexibilidade disponível (SARACENO; NALDINI, 2003).

Isso indica que a família é o lugar onde se procura um equilíbrio entre as diversas exigências provenientes do exterior para cada um dos seus membros, e que dentro da família tem um lugar de compensações entre um tempo e outro e entre o tempo dos vários membros, jogando particularmente na divisão do trabalho entre os sexos (SARACENO; NALDINI, 2003, p. 280).

Supõe-se que para as famílias que se dedicam ao trabalho fabril exista uma maior rigidez nos horários e na rotina do que naquelas que trabalham informalmente, em que há uma heterogeneidade de tempos e de organização. Saraceno e Naldini (2003) apontaram que, na distribuição do tempo, o trabalho por turno representa vantagens e desvantagens. Por um lado, coloca a possibilidade de ver os filhos e participar da vida da família em horários diferentes; por outro, pode ser motivo de conflito quando os horários dos demais membros não coincidirem. Isso revela que o tempo de trabalho remunerado interfere não só no tempo familiar, mas também nos tempos externos dos demais membros da família (SARACENO; NALDINI, 2003).

A segunda estratégia desenvolvida internamente pelas famílias está vinculada à divisão do trabalho doméstico e de cuidados e ao apoio garantido pelas práticas de solidariedade familiar. Presume-se que esta é a principal medida que possibilita às famílias algum grau de equilíbrio entre os três mundos. A participação dos homens no trabalho doméstico e no cuidados dos filhos mostrou-se determinante para a conciliação. As mulheres e os homens entrevistados informaram que acontece uma repartição quase igualitária do trabalho doméstico e principalmente do cuidado com os filhos menores.

As recentes pesquisas sobre os usos do tempo no Brasil apontam que a mulher continua sendo a principal responsável pelo trabalho doméstico e cuidado. No entanto, os resultados desta pesquisa destacam a contribuição dos homens neste trabalho e o posicionamento crítico das mulheres ao exigirem esta participação, o que assinala alterações na tradicional divisão sexual do trabalho. A participação dos homens no trabalho familiar foi informada como algo comum para os estudantes e para os cônjuges entrevistados, não apenas como uma exigência da mulher.

Além do papel ativo dos homens, foi destacada a importância da presença da família extensa. Nos momentos de urgência, principalmente nas situações de doenças das crianças, são as mães, as sogras, as irmãs, as cunhadas e até mesmo vizinhas e amigas que são chamadas. Ressalta-se que a solidariedade garantida pela família extensa tem ampla participação das mulheres. Quando envolve apoio financeiro, é garantida por ambos os pais, mas quando se trata do cuidado ou do trabalho doméstico, a solidariedade é prestada pelas mulheres. Supõe-se que as redes de solidariedade sejam fundamentais, não só para a conciliação família-trabalho-qualificação, mas para o sustento das famílias. Nesse sentido, concorda-se com Saraceno e Naldini (2003, p. 290) quando apontam “a solidariedade familiar como um instrumento de proteção da pobreza [...]

que vai muito além dos limites da convivência esperada e praticada”. Como foi possível perceber, na realidade pesquisada a solidariedade familiar ultrapassa os limites da coabitação e é garantida em grande medida pelas redes de parentesco e de amizade.

Meil (2011) estabeleceu seis dimensões para a solidariedade familiar, das quais duas são praticadas pelo público pesquisado: a solidariedade funcional e a solidariedade consensual. A solidariedade funcional materializa-se nas diversas formas de ajuda e apoio que os trabalhadores recebem da família, em que se destacam as práticas intergeracionais: apoio no cuidado dos filhos, nas tarefas domésticas e na distribuição financeira e de bens, ainda que esporadicamente, coabitação entre pais e a família dos filhos, entre outras. Já a solidariedade consensual materializa-se nos valores, atitudes e opiniões comuns aos membros da família.

A terceira estratégia relaciona-se com as medidas para conciliar a família e o trabalho com a qualificação profissional. Das narrativas dos trabalhadores-estudantes, supõe-se que eles só conseguem estudar porque a organização metodológica e curricular do curso foi planejada para atender às suas demandas: os horários de entrada e saída do curso são ajustados para não se chocarem com os do trabalho; no turno vespertino as aulas iniciam-se às 14h30min, após o término da jornada para aqueles que trabalham no primeiro turno; o processo de certificação de saberes possibilita que aproveitem os conhecimentos obtidos na prática profissional para a validação de algumas unidades e permite otimizar o tempo; a flexibilidade de horários possibilita a eleição das unidades que serão cursadas em cada semestre, bem como dos dias da semana em que terão aula. Tudo isso é fundamental para a conciliação com a família, principalmente porque permite a organização para a realização do trabalho doméstico. Sob esse aspecto, a organização do curso pode ser considerada como favorável à conciliação com a família e com o trabalho. A integração dos conteúdos do ensino médio com a formação profissional também é significativa para o público pesquisado; alguns trabalhadores nem eram do setor têxtil, mas escolheram o curso por este ser uma via para que conseguissem continuar estudando. A condição de trabalhadores e a posição de pais e mães de família não permitiria o acesso ao ensino tradicional ofertado pela maioria das escolas.

Entretanto, mesmo com a organização do curso mais adequada às suas realidades, os trabalhadores enfrentam desafios cotidianos para continuar estudando. A família é novamente chamada para apoiar no enfrentamento dessas dificuldades. A solidariedade familiar também

mostrou-se como um dos mecanismos de apoio fundamental para a permanência no curso.

Paralelamente às práticas de conciliação entre os três mundos desenvolvidas pelas famílias, sugere-se a emergência de famílias negociadoras, conceito desenvolvido por Meil (2011). Para esse autor, as transformações pelas quais têm passado as famílias associam-se a processos de individualização dos seus integrantes, à perda do controle social sobre os projetos de vida familiar e à maior autonomia dos integrantes das famílias. Entra em declínio a família patriarcal e emerge a família negociadora, já que as relações estão em menor medida pré-fixadas, o que possibilita uma margem maior de negociação sobre o conteúdo da relação. Já não existem modelos claros e universais de como a família deve se organizar, nem para relações entre os cônjuges nem para as relações entre as gerações.

Observam-se altos índices de negociações nas famílias pesquisadas, entre os cônjuges e também destes com os seus filhos. As famílias negociadoras evidenciam que as relações familiares se sustentam em vínculos de afinidade, e não em razão das normas sociais ou vínculos de sangue (MEIL, 2011).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação buscou superar a tradicional divisão operada pelo modo de produção capitalista entre família e trabalho, articulando produção e reprodução social. Os resultados da pesquisa apontam que a família continua a ser o sustentáculo da reprodução da força de trabalho. Essa tradicional função é reforçada para as famílias trabalhadoras do setor têxtil na medida em que não conseguem acesso aos serviços públicos. Nem o Estado nem o mercado projetam medidas de apoio ao equilíbrio entre família e trabalho e, assim, reforçam-se as funções da família, bem como a sua sobrecarga.

Diante disso, para as famílias trabalhadoras no setor têxtil, a alternativa viável é o apoio das redes de solidariedade familiar. Essas redes são ativadas em diversos momentos da vida e para executar diversas tarefas, mas sobressaem no cuidado das crianças. A ausência de suporte público para a provisão de serviços, principalmente aqueles que apoiem o cuidado das crianças, obriga as famílias a arcarem sozinhas com os ônus da reprodução. Reforça-se a afirmação de Miotto (2004), que entende a família como um espaço de pessoas empenhadas umas com as outras e com relações que se articulam com as outras esferas, como os serviços e o mercado. Os mecanismos de conciliação colocados em prática pelas famílias estudadas consistem em estratégias articuladas entre os integrantes da família, marcadas por um caráter exclusivamente privado.

A divisão do trabalho familiar entre homens e mulheres consiste numa dessas estratégias. Analisando-se os aspectos históricos da divisão do trabalho doméstico entre homens e mulheres, pode-se considerar a divisão do trabalho nessas famílias como algo novo ou inovador, pela ampla participação dos homens no trabalho familiar. A solidariedade familiar, prestada principalmente pelas mulheres, é crucial para as famílias estudadas. As mulheres são atores importantes no trabalho familiar, mas como foi visto, os homens vem assumindo parcela significativa desse trabalho. Este dado reitera a opção por enfatizar a família como ponto central de análise e os aspectos de gênero, conforme apresentado na introdução desse trabalho.

Observou-se também que os trabalhadores da indústria não receberam incentivo direto das empresas para o retorno aos estudos. Por um lado, o que os motivou foi a seletividade e a competitividade para o acesso ao mercado de trabalho. Por outro, a crença no ideário construído de que a melhoria de vida está atrelada à qualificação profissional.

Constatou-se assim uma ampla responsabilização do indivíduo: pelo seu aperfeiçoamento e pela ampliação de sua qualificação para inserir-se no mercado; pela provisão da proteção e do bem-estar à família; pelas articulações e estratégias na família para garantir a conciliação. Para aqueles que trabalham na informalidade o trabalho também é fortemente marcado pelo caráter individualista.

A realidade do trabalho informal desenvolvido pelas famílias pesquisadas também não pode ser ignorada nem naturalizada. Como foi visto, os prejuízos da relação predatória que se estabelece para a costura informal recaem pesadamente sobre os trabalhadores. Faz-se necessário reconhecer e regulamentar essa atividade, tanto aquelas realizadas nas facções, como em domicílio. A atividade de costura informal precisa sair dos cantos das casas das famílias e da esfera individual para se tornar um problema público, precisa se tornar objeto de negociação dos sindicatos e, principalmente, do Estado. Há que se problematizar as altas taxas de exploração do trabalho que esta atividade comporta, e ainda, a sua invasão no tempo e no espaço da família. No entanto, esse olhar deve ir além da proposta do MEI que foi colocada pelo governo para regulamentar e formalizar as atividades desenvolvidas pelos trabalhadores informais. Percebeu-se que esta alternativa não é acessível aos trabalhadores informais do setor têxtil de Jaraguá do Sul. O MEI guarda também muitas contradições, já que em grande medida alia-se às necessidades do mercado. A perversa estratégia de conciliação, que é o exercício de atividades informais, também não pode ser encarada como aceitável para equilibrar as tensões entre trabalho e família, pois novamente sobrecarrega e responsabiliza as famílias. Colocam-se também outras problemáticas, como o não acesso aos direitos previdenciários e trabalhistas e o não reconhecimento do direito à educação infantil pública para as crianças

Nota-se a urgência da ampliação da assistência pública e também de medidas das empresas para o equilíbrio entre família e trabalho, principalmente para o cuidado das crianças. Este equilíbrio pode ser garantido via políticas de conciliação, mas essas iniciativas ainda são incipientes no Brasil. No termos de Gama (2014, p. 236) “Não há no Brasil uma política direcionada à conjugação das necessidades laborais e familiares”. A ausência de medidas de apoio para equilibrar trabalho e demandas familiares penaliza amplamente as famílias e suas crianças: as famílias, pela condição de sobrecarga que coloca a homens e mulheres para desenvolver a dupla jornada de trabalho; os filhos, porque desde muito cedo sofrem com o não acesso a serviços públicos. A ausência de serviços públicos de cuidado no contraturno os obriga a ficar sob os

cuidados de terceiros, por exemplo, dos cuidadores, atividade também restrita ao mundo da informalidade e que se espalha pela cidade. Ou então os filhos dessas famílias, principalmente os maiores, são obrigados desde a adolescência a assumir parte da rotina doméstica e do cuidado dos irmãos menores.

Em relação à organização do curso Técnico em Vestuário PROEJA/CERTIFIC, criado como um projeto piloto em 2014, depreende-se que ela pode ser mantida e ampliada porque é favorável à classe trabalhadora e revela novas relações entre a instituição e os sujeitos atendidos.

Apesar das inúmeras descobertas, outras inquietações se colocam a partir deste exercício de pesquisa. A divisão do trabalho nessas famílias incita um questionamento: a ampliação da participação dos homens no trabalho familiar sugere uma relação de gênero mais igualitária? Ou apenas sinaliza que as condições atuais de trabalho e sobrevivência obrigam a família a desenvolver novas estratégias para satisfazer suas necessidades? A inserção no curso de qualificação profissional será capaz de promover ou possibilitar o acesso a postos de trabalho melhor remunerados? Os trabalhadores da indústria, por meio da qualificação, conseguirão alcançar outros cargos na empresa? Estes trabalhadores conseguirão sair do chão de fábrica (desejo informado por muitos deles) e ultrapassar a linha de produção? Os trabalhadores informais alcançarão o tão sonhado *status* de empreendedor? Os trabalhadores informais conseguirão ser donos de uma empresa e realizar o sonho de deixar um patrimônio para os filhos? Caso os trabalhadores informais concretizem a condição de microempreendedores individuais – MEI, suas condições de vida serão alteradas? Ou o MEI contribui apenas para mascarar e manter a precariedade do trabalho?

Por fim, cabe questionar: até quando as famílias conseguirão arcar sozinhas com os custos financeiros, afetivos, emocionais da reprodução? Até quando as estratégias privadas para conciliação darão conta das tensões para equilibrar família e trabalho, que estão colocadas para as famílias trabalhadores do setor têxtil?

REFERÊNCIAS

- ABIT. Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção. **Indústria têxtil e de confecção brasileira: cenários, desafios, perspectivas e demandas.** Brasília, junho de 2013. Disponível em: <http://www.abit.org.br/conteudo/links/publicacoes/cartilha_rtcc.pdf>. Acesso em: 03 jan. 2015.
- ALMEIDA, A.V. de. **Da Escola de Aprendizizes Artífices ao Instituto Federal de Santa Catarina.** Reed. rev. e atual. Florianópolis: Publicações do IF-SC, 2010.
- ALVES, G. **O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo.** São Paulo: Boitempo editorial, 2000.
- AMARAL, A. S. A qualificação profissional dos trabalhadores na perspectiva do Serviço Social: notas críticas. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 30, p.61-81, 2012.
- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 4. ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, 1997.
- _____. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.** 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.
- ARAÚJO, A. M. C; AMORIM, E.R.A. Redes de subcontratação e trabalho a domicílio na indústria de confecção. **Cad. Pagu** [online], Campinas, n.17-18, 2002 p. 267-310.
- ASTELARRA, J. Género e cohesión social: una primera aproximación. In: ASTELARRA, J. (Coord). **Género y cohesión social: Documento de Trabajo N. 16.** Madri: Fundación Carolina – CeALCI, 2007. p. 3-15.
- ÁVILA, R.C; PORTES, E.A. A tríplice jornada de mulheres pobres na universidade pública: trabalho doméstico, trabalho remunerado e estudos. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20 n. 3, p. 809-832, set – dez, 2012.
- BÄHR, O.G. **Os dilemas da subcontratação: os limites da “redução de custos” das grandes empresas do complexo têxtil-vestuário de Blumenau.** 2012. 116f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Regional de Blumenau, Centro de Ciências

Humanas e da Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional Blumenau, 2012.

BRAVERMAN, H. Trabalho e Capital Monopolista. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

BEHRING, E.R; BOSCHETTI. I. **Política social:** fundamentos e história. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2011. (Biblioteca Básica do Serviço Social).

BERMÚDEZ, M. de M. **Trabajadoras de la industria de la vestimenta en Montevideo:** Reflexiones sobre modos de vida y mundialización del capitalismo. Montevideo: Universidad de La Republica, 2003.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em 03 dez. 2014.

_____. Decreto nº 5154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília, 2004. Disponível em: <https://www.google.com.br/search?newwindow=1&es_sm=93&q=nº+5.154+de+2004+&oq=nº+5.154+de+2004+&gs_l=serp.3...1025901.1027471.0.1027945.12.6.0.0.0.193.193.0j1.1.0.msedr...0...1c.1.61.serp..12.0.0.8jQ5dQojWto>. Acesso em: 22 jan. 2015.

_____. Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006. Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, e dá outras providências. Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/D5840.htm>. Acesso em: 22 jan. 2015.

_____. Ministério da Educação. **PROEJA:** Programa nacional de integração da educação profissional com a educação básica na modalidade de educação de jovens e adultos. Brasília: SETEC, 2007a. Formação inicial e continuada/ensino fundamental. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/proeja_fundamental_ok.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2015.

_____. Ministério da Educação. **PROEJA**: Programa nacional de integração da educação profissional com a educação básica na modalidade de educação de jovens e adultos. Brasília: SETEC, 2007b. Educação profissional técnica de nível médio/ensino médio. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/proeja_medio.pdf. Acesso em: 21 jul. 2015.

_____. Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008. Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11741.htm>. Acesso em: 22 jan. 2015.

_____. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providência. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm>. Acesso em: 03 dez. 2014.

CALEFFI, V.M. **Reestruturação Produtiva na indústria do vestuário e as implicações para a qualificação dos trabalhadores**. 2008. 149f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação. Florianópolis, 2008.

CAMPOS, M.S; MIOTO, R.C.T. Política de Assistência Social e a posição da família na política social brasileira. **Ser Social**, Brasília, n. 12, jan-jun, p. 165-190, 2003. Disponível em: <http://seer.bce.unb.br/index.php/SER_Social/issue/view/23m>. Acesso em: 04 mai 2014.

CARRASCO, Cristina. La paradoja del cuidado: necesario pero invisible. **Revista de Economía Crítica**, Valladolid, v. 5, p.39-64, mar. 2006. Disponível em: <<http://revistaeconomiacritica.org/n5>>. Acesso em: 04 ago. 2015

CARVALHAL, T.B. O trabalho domiciliar feminino como estratégia de sobrevivência e/ou imposição do capital? **Pegada**, Presidente Prudente – SP, v. 8, n.2, p. 131-148, dez, 2007. Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/ceget/PEGADA82/9Texto-Terezinha.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2013.

COIMBRA, M.G.L.B. **A cultura do trabalho em Jaraguá do Sul**: um estudo sobre as trabalhadoras da indústria têxtil-vestuarista. 2013. 252 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Florianópolis, 2013.

_____; ORCHARD, M.S.E. As trabalhadoras da indústria têxtil-vestuarista de Jaraguá do Sul: conflitos étnicos e precarização do trabalho. In: SIMPÓSIO DE GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS. III., 2014, Londrina. **Anais...**, Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2014.

DE MARTINO, M. **Trabajo social y prácticas profesionales en el campo de la infancia y la familia**: modalidades de práticas profissionais en una institución altamente burocratizada. Disponível em: <http://www.rediberoamericanadetrabajoconfamilias.org/monicademartino.pdf>. Acesso em: 19 out. 2014.

DESLANDES, S. F. O projeto de pesquisa como exercício científico e artesanato intelectual. In: DESLANDES, S.F; GOMES, R; MINAYO, M.C. de S. (Orgs.) **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 33 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. p. 31 – 40.

ESPING-ANDERSEN, G. **Fundamentos sociales de las economías postindustriales**. Tradução: Francisco Ramos. Barcelona: Editorial Ariel S.A, 2000.

FERRETTI, C. J.; SILVA JÚNIOR, J. dos R. Educação profissional numa sociedade sem empregos. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 109, p.43-66, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n109/n109a03.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2015.

FIESC. **Federação das Indústrias de Santa Catarina**. Florianópolis, 2014. Disponível em:

<http://www2.fiescnet.com.br/web/pt/site_topo/pei/info/textil-e-vestuario> . Acesso: em 03 jan. 2015.

FRIGOTTO, G. Educação e qualificação de jovens e adultos pouco escolarizados: promessa integradora num tempo histórico de produção destrutiva. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 31, n.2, p. 389-404, mai/ago. 2013.

GAMA, A. de S. Trabalho e responsabilidades familiares no Brasil: reflexões sobre direitos do trabalho. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, n. 30, v.10 p. 149-168, 2012.

_____. **Trabalho, família e gênero**: impactos dos direitos do trabalho e da educação infantil. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2014.

GELINSKI, C.R. O; PEREIRA, R.S. Mulher e trabalho não remunerado. **Mulher e Trabalho**. v. 5, p. 79-87, 2005. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/mulheretrabalho/issue/view/177/showToc>>. Acesso em: 30 jul.2015.

GOLDANI, A. M.. Reinventar políticas para as famílias reinventadas: entre la “realidade” brasileira y la utopia. In: ARRIAGADA, I. (Org.) **Políticas hacia las familias, protección e inclusión sociales**. Santiago do Chile: CEPAL, 2005. p. 319-345 (Serie Seminarios y Conferencias, 46).

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. Tradução: Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 21 ed.. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

HIRATA, H. Teorias e práticas do *care*: estado sucinto da arte, dados de pesquisa e pontos de debate. In: FARIA, N.; MORENO, R. (Orgs). **Cuidado, trabalho e autonomia das mulheres**. São Paulo: SOF, 2010. p. 42 – 56 (Coleção Cadernos Sempreviva. Série Economia e Feminismo).

IASI, M. Trabalho doméstico e valor. In: _____. **Ensaio sobre consciência e emancipação**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p 123-141.

IBGE. Disponível em:

<<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=420890&search=||info%20gr%20E%20f%20icos:-informa%20%20F5es-completas>>. Acesso em: 10 dez.2015.

_____. **Síntese de indicadores sociais:** uma análise das condições de vida da população brasileira 2009. IBGE: Rio de Janeiro, 2009 (Estudos e Pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, 26).

_____. **Síntese de indicadores sociais:** uma análise das condições de vida da população brasileira 2010. IBGE: Rio de Janeiro, 2010. (Estudos e Pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, 27).

IFSC. **Curso Técnico em Vestuário (PROEJA-CERTIFIC):** projeto piloto. Campus Jaraguá do Sul. IFSC, 2014. Disponível em: <http://cs.ifsc.edu.br/portal/files/CEPE2014/Projeto_tecnico%20em%20vestuario_jaragua_ceppe.pdf>. Acesso em: 25 jul.2015.

LAVINAS, L. et al. (Org.). **Trabalho a domicílio:** novas formas de contratualidade. Rio de Janeiro: Ipea, 2000. 48 p. (Texto para discussão, 77).

_____. **Empregabilidade no Brasil:** inflexões de gênero e diferenciais femininos. Rio de Janeiro: Ipea, 2001. (Texto para Discussão, 826).

Disponível em:

<http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0826.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2015.

LIMA, A. A. B.; LOPES, F. A. M. **Diálogo social e qualificação profissional:** experiências e propostas. Brasília: MTE, SPPE, DEQ, 2005.

LIMA, A. L. de. **Os riscos do empreendedorismo:** a proposta de educação e formação empreendedora. 2008. 131 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

MARTINELLI, M. L. O uso de abordagens qualitativas em serviço social. In: _____. (Org.). **Pesquisa qualitativa:** um instigante desafio. São Paulo: Veras Editora, 1999. (Série Núcleo de Pesquisa; 1).

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. 11 ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

MEIL, G. **Individualización y solidariedad familiar**. Barcelona: Obra Social "la Caixa", 2011. (Colección estudios Sociales n. 32).

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. Tradução Isa Tavares. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008. (Mundo do trabalho).

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. Tradução Paulo Sérgio Castanheira; Sérgio Lessa. 1 ed. revista. São Paulo: Boitempo, 2011.

MINAYO, M.C de S. Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. In: DESLANDES, S.F; GOMES, R; MINAYO, M.C de S. (Orgs.) **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 33 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. p. 61 – 78.

MIOTO, R.C.T. Que família é essa? In: WANDERLEY, M.B.; OLIVEIRA, I.I. de M. C. (Orgs.). **Trabalho com famílias**. São Paulo: IEE-PUC-SP, 2004. p. 14-17,

_____. Família, trabalho com famílias e serviço social. **Serviço Social em Revista**. Londrina. v. 12, n. 2, p. 163- 176, jan/jun, 2010.

_____. Família, gênero e assistência social. In: CFESS (Org.) **O trabalho do assistente social no Suas**: seminário nacional. Brasília: CFESS, 2011. p. 109 – 117.

_____. Processos de responsabilização das famílias no contexto dos serviços públicos: notas introdutórias. In: SARMENTO, H.B.M. (Org.). **Serviço Social**: questões contemporâneas. Florianópolis: UFSC, 2012. p. 125-135.

_____; DALPRÁ, K. R. Serviços Sociais e responsabilização da família: contradições da política social brasileira. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL - ENPESS, 2012, Juiz de Fora. **Anais...**, Juiz de Fora, 2012.

_____; NOGUEIRA, V.M. Política social e serviço social: os desafios da intervenção profissional. **Katálisis**, Florianópolis, v. 17, número especial, p. 61-71, 2013.

_____-; CAMPOS, M. S; CARLOTO, C. M. (Orgs.) **Familismo, direito e cidadania**: contradições da política social. São Paulo: Cortez, 2015.

MOSER, A.. **A nova submissão**: mulheres da zona rural no processo de trabalho industrial. Porto Alegre: EDIPAZ, 1985. (Coleção Debate e Crítica).

MOSER, L. **Os desafios na articulação entre trabalho e família**: demandas às políticas públicas e ao serviço social. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 14., 2014, Natal, RN. **Anais...** . Natal, RN: Enpess, 2014. p. 1 - 11. CD-ROM.

NETTO, J. P.. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. Crise do capital e consequências societárias. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 111, p. 413-429, jul/set. 2012.

OIT. Organização Internacional do Trabalho. **Trabalho e responsabilidades familiares**: novos enfoques. Notas da OIT. Trabalho e família. 1. Brasília, 2010.

OLIVEIRA, C.B. **A centralidade da família na política nacional de assistência social**: um debate sobre a matricialidade sociofamiliar. Florianópolis:Universidade Federal de Santa Catarina. Centro Socioeconômico. Departamento de Serviço Social. Florianópolis, 2012. 69 p.

PAIVA, V. Qualificação, crise do trabalho assalariado e exclusão social. In: GENTIILI, Pablo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **A cidadania negada**: políticas de exclusão na educação e no trabalho. São Paulo:Cortez; Buenos Aires: Clacso, 2001. p. 49-64.

PEREIRA, C.A. **O trabalho domiciliar e sua importância no circuito de valorização do capital no setor de confecções**. Disponível em:

<<http://www.uel.br/grupopesquisa/gepal/segundosimposio/cibeliaaparecidapereira.pdf>>. Acesso em: 02 nov.2013.

PEREIRA, P. A. P. Mudanças estruturais, política social e papel da família: crítica ao pluralismo de bem estar. In: SALES, M. A.; MATOS, M. C.; LEAL, M. C.. **Política social, família e juventude: uma questão de direitos**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

RICHARDSON, R.J. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

ROJAS, J. E. A.. O indizível e o dizível na história oral. In: MARTINELLI, M. L. (Org.). **Pesquisa qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo: Veras, 1999. (Série Núcleo de Pesquisa; 1).

RUAS, R. Notas acerca das relações entre trabalho a domicílio, redes de subcontratação e as condições de competição. In: ABREU, A. R. de P.; SORJ, B. (Orgs). **O trabalho invisível: estudos sobre trabalhadores a domicílio no Brasil**. Rio De Janeiro: Rio Fundo, 1993. 132 p.

SALGADO, J. Corpo miserável, espírito empreendedor: empreendedorismo, pobreza e desemprego no Brasil. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, n. 30, v. 10, p. 129-147, 2012.

SANTOS, Kátia Paulino. Política de qualificação profissional: avanços e perspectiva no Estado do Amapá. **Pracs**: revista eletrônica de Humanidades do curso de Ciências Sociais da UNIFAP, Macapá, n. 6, p.149-163, dez. 2013. Disponível em: <<http://periodicos.unifap.br/index.php/pracs/article/viewArticle/383>>. Acesso em: 01 ago. 2015.

SARACENO, C.. A dependência construída e a interdependência negada. Estruturas de gênero da cidadania. In: BONACCHI, G; GROPPI, A. **O Dilema da Cidadania: direitos e deveres das mulheres**. São Paulo: UNESP, 1995.

_____; NALDINI, M. **Sociologia da Família**. 2. ed. atualizada. Lisboa: Editorial Estampa Ltda., 2003.

SCHÖRNER, A. **O Arco-íris encoberto: Jaraguá do Sul, o trabalho e a história: operários, colonos-operários e faccionistas**. Joinville, SC: Oficina Comunicações, 2000.

SCHÜTZ, F.. **O debate sobre serviços na política social:** implicações para o serviço social. 2013. 136 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

SEGNINI, L. R.P.. Educação e Trabalho: uma relação tão necessária quanto insuficiente. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v. 14, n 2 , p. 72-81, abr/jun, 2000.

SOUZA, L. M. de; LUCENA, C. A.. As interfaces entre trabalho - educação e as possibilidades de uma verdadeira emancipação humana: uma proposta de educação "para além do capital". In: JORNADA DO HISTEDBR, 8., 2008, São Carlos. **Anais...** . São Carlos: Histedbr, 2008. p. 1 - 21. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada8/trabalhos.html>. Acesso em: 22 jan. 2015.

TAVARES, M. A.. **Os fios (in) visíveis da produção capitalista:** informalidade e precarização do trabalho. São Paulo: Cortez, 2004.

TORRES, A. C. et al. **Homens e mulheres entre família e trabalho**. Lisboa: Deep.cid, 2004. 258 p. (Estudos n 1).

TURMINA, A. C.; SHIROMA, E. O. "Se você não mudar, morrerá: a (con)formação de um trabalhador de novo tipo no discurso de autoajuda. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 56, p.165-180, jan-mar, 2014.

VARGAS, H. M.; PAULA, M. de F. C. de. A Inclusão do estudante-trabalhador e do trabalhador-estudante na educação superior: desafio público a ser enfrentado. **Avaliação: Campinhas**, Sorocaba, v. 18, n. 2, p.459-485, jul. 2013.

ZOLA, Marlene Bueno. Políticas sociais, família e proteção social: um estudo acerca das políticas familiares em diferentes cidades / países. In: MIOTO, R. C. T.; CAMPOS, M. S.; CARLOTO, C. M. **Familismo, direitos e cidadania:** contradições da política social. São Paulo: Cortez, 2015. p. 45-94.

APÊNDICE A - QUESTÕES NORTEADORAS PARA A ENTREVISTA

Data da Entrevista:

Local:

Entrevistado:

Sexo:

Idade:

Naturalidade:

Cônjuge:

Idade:

Naturalidade:

Quadro de composição familiar:

Nome	Idade	Grau de parentesco	Ocupação	Renda média mensal	Contribuição para a previdência social

* O grau de parentesco será com base na pessoa que está sendo entrevistada.

1 – Qual a forma de inserção no setor têxtil?

2 - Por que escolheu essa forma de trabalho?

3 - No caso do trabalho em domicílio, quantas pessoas colaboram no trabalho? Quem?

4- No caso do trabalho em domicílio, como você percebe esse trabalho? Quais os pontos positivos e negativos?

5 – No caso do trabalho em domicílio, quanto você gasta mensalmente para realizar a atividade de costura? (custos com fios, energia elétrica e manutenção das máquinas)

6 – O que o motivou o retorno aos estudos? Foi uma decisão pessoal ou incentivada e consensual da família?

7 – Você considera que as suas condições de vida e de trabalho vão melhorar com a qualificação profissional? Por quê? Em quais aspectos?

8- O que mudou na sua vida depois que você começou a estudar? Quais os impactos para sua família?

9 – Como são divididas as tarefas domésticas? Quem faz o quê em casa?

10 - Quem cuida dos dependentes?

11 - Quem é responsável pelas compras e contatos necessários para manutenção da família?

12 - Como você faz para conciliar família/trabalho/estudos? Tem alguma forma / pessoa de apoio para conciliação?

13 - Quais são os serviços públicos e benefícios que acessa?

14 - A família consegue atender a todas as solicitações da escola, do posto de saúde, da igreja etc.? Como fazem para participar de reuniões, de festas da escola?

15 - Participa de algum grupo, movimento, sindicato ou associação que não seja familiar?

16 - Analisando sua rotina de segunda a sexta-feira, quantas horas do dia você usa para estudar?

17 - Quantas horas do dia você passa costurando?

18- Quantas horas do dia você usa para fazer o trabalho familiar? Quantas horas do dia você passa com os familiares? (filhos, marido, etc.)

19 – Analisando sua rotina aos sábados e domingos, quantas horas do dia você usa para estudar? Quantas horas do dia você passa costurando? Quantas horas do dia você usa para fazer o trabalho familiar? Quantas horas do dia você passa com os familiares? (filhos, marido, etc.)

20 - Analisando sua rotina, quantas horas você dorme por dia?

21- Se você pudesse mudar alguma coisa em sua vida, o que você mudaria? Você sente falta/ necessidade de alguma coisa? De quê?

22 - Como fica o relacionamento do casal nesse contexto da conciliação e diante das demandas da família, do trabalho e dos estudos?

23– Como é o comportamento dos filhos na escola/creche? Seus filhos apresentam alguma dificuldade? Como vão na escola? O que seus parentes, vizinhos, e professores falam de seus filhos? Como eles são? Em caso de problemas ou dificuldades como explica?

24- Como é o relacionamento da família com a escola/creche?

25 – Você percebe algum apoio/compreensão da empresa com relação às demandas da família?

26 – Como a empresa reage se você precisar se ausentar do trabalho para cuidar dos filhos ou para resolver problemas familiares?

27 - A empresa apoiou/incentivou/exigiu o retorno aos estudos?

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SERVIÇO SOCIAL
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Gostaríamos de convidá-lo a participar como voluntário da pesquisa intitulada: **“Família, trabalho e qualificação profissional: um estudo sobre as famílias inseridas no setor têxtil em Jaraguá do Sul”**, que se refere a um projeto de Mestrado da acadêmica Patricia Maccarini Moraes, vinculada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, orientada pela Prof.^a Dr.^a Regina Célia Tamaso Mioto. O objetivo deste estudo é conhecer e analisar as condições de vida e trabalho das famílias inseridas no setor têxtil na cidade de Jaraguá do Sul que estão vinculadas, através de um de seus responsáveis, a programas de qualificação profissional. O público a ser pesquisado compreende os alunos do curso Técnico em Vestuário (PROEJA/CERTIFC) do Instituto Federal de Santa Catarina, câmpus Jaraguá do Sul, que tenham frequentado o curso no ano de 2014 ou estejam frequentando no primeiro semestre de 2015.

Os resultados da pesquisa contribuirão para o conhecimento da realidade das famílias, de suas estratégias para garantir sua sobrevivência e ainda mostrar como se dá a inter-relação entre trabalho, família e qualificação profissional. Esse conhecimento é fundamental para reunir elementos que subsidiem a proposição de políticas públicas, especialmente no campo da conciliação família e trabalho.

Para obter esse conhecimento serão realizadas entrevistas previamente agendadas e gravadas em condições e local definidos pelos participantes da pesquisa. Todas as informações prestadas serão tratadas com sigilo e confidencialidade. O nome não será divulgado em qualquer fase da pesquisa, o que garante o anonimato. Os resultados serão apresentados em conjunto, não sendo possível identificar os indivíduos que participaram do estudo, a não ser que esse desejo seja expressamente

manifestado. As pessoas por acaso referidas durante a entrevista também terão suas identidades mantidas em sigilo.

A sua participação é voluntária, isto é, o senhor (a) poderá desistir de participar ou retirar seu consentimento em qualquer momento da pesquisa, ou recusar-se a responder a qualquer pergunta sem qualquer prejuízo ou desconforto. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição. Preferencialmente, a entrevista será realizada em seu domicílio, ou em local por você indicado. Dessa forma, você não terá nenhum custo ou quaisquer compensações financeiras com a participação nessa pesquisa. A pesquisa respeitará os apontamentos da Resolução N. 466, de 12 de dezembro de 2012, e suas complementares, que tratam dos procedimentos éticos na pesquisa com seres humanos e foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFSC através do Parecer 1.129.916

Desde já, agradeço a atenção e participação e coloco-me à disposição para maiores informações. Você receberá uma cópia deste termo, onde consta telefone e e-mail da pesquisadora e do Comitê de Ética da UFSC para poder tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

Ao aceitar participar, você deve assinar este termo de consentimento, juntamente com a pesquisadora, termo do qual você terá uma cópia.

CONSENTIMENTO

Eu _____
confirmando que fui informado (a) dos objetivos desta pesquisa, bem como a forma de participação. Eu li e compreendi este termo de consentimento, portanto, eu dou meu consentimento e concordo em participar como voluntário (a) desta pesquisa.

(Nome do participante)

(CPF do participante)

(Assinatura do participante)

(Nome do pesquisador)

(Assinatura do pesquisador)

Data: _____, de _____ de 2015.

Pesquisadora: Patricia Maccarini Moraes.

E-mail: Patymacarini@hotmail.com

Telefone: (47) 9219-3009; (47) 9234-0244.

Contato CEPESH UFSC:

Endereço: Universidade Federal de Santa Catarina, Prédio Reitoria II (Edifício Santa Clara), Rua Desembargador Vitor Lima, 222, Trindade. Florianópolis - SC. CEP: 88040-400. Telefone: (48) 3721-6094

E-mail: cep.propesq@contato.ufsc.br.